

-----MANDATO 2021-2025 -----  
-----ATA DA 78ª. REUNIÃO ORDINÁRIA  
-----DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES,  
-----REALIZADA EM 2024-11-27, NO PALÁCIO  
-----DOS MARQUESES DA PRAIA E DE  
-----MONFORTE, NA MEALHADA EM  
-----LOURES-----

--- O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, eram nove horas e trinta e oito minutos, com a presença inicial da Srª. Vice-Presidente, das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores:-----

---- FERNANDA MARIA CARDOSO SANTOS -----  
---- GONÇALO FILIPE VINTÉM CAROÇO -----  
---- NELSON CÉSAR GONÇALVES BATISTA -----  
---- NUNO RICARDO CONCEIÇÃO DIAS -----  
---- PAULA ALEXANDRA FLORA DA COSTA MAGALHÃES -----  
---- PAULO JORGE PITEIRA LEÃO -----  
---- TIAGO FARINHA MATIAS -----  
---- VASCO ANTÓNIO PINHÃO RAMOS TELES TOUGUINHA -----

PONTO UM - Dada a circunstância do senhor Vereador Bruno Miguel de Oliveira Nunes se encontrar impossibilitado de comparecer à reunião, esteve presente, em sua substituição, o senhor Vítor Hugo Batista Cacito, tendo a Câmara deliberado justificar a falta do senhor vereador, à presente reunião.---

----- **RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA (MOD. T2)** -----

--- Presente o Resumo Diário da Tesouraria (Mod. T2), de dois mil e vinte e quatro, novembro, vinte e cinco, que registava um total de disponibilidades para o dia seguinte, no montante de vinte e quatro milhões, sessenta e sete mil, setecentos e oito euro e quarenta e dois cêntimos.-----

--- Da Ordem do Dia previamente distribuída, constavam os assuntos seguintes:-----

-----  
PONTO 1. ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL  
-----DE LOURES, REALIZADA EM 2024.10.30.-----

-----  
PONTO 2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 752/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA  
-----DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025 E OPÇÕES DO  
-----PLANO 2025-2029, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES -----

-----  
PONTO 3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 753/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA  
-----DE MAPA DE PESSOAL PARA 2025, DA CÂMARA MUNICIPAL  
-----DE LOURES-----

-----  
PONTO 4. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 754/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A  
-----AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA  
-----CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO A  
-----VIGORAR NO ANO 2025; - A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE  
-----ANÁLISE DAS PROPOSTAS E A DELEGAÇÃO DE PODERES NO  
-----PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA DESENVOLVIMENTO DO  
-----PROCEDIMENTO-----

-----  
PONTO 5. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 755/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A EMISSÃO DE  
-----AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO  
-----DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU À SUA  
-----REPROGRAMAÇÃO – 2025-----

PONTO 6. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 756/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A  
-----TRANSFERÊNCIA DA VERBA DE DESPESAS ELEGÍVEIS PARA  
-----OS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E  
-----RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS  
----- (SIMAR), RELATIVA AO PAGAMENTO DE DANOS  
-----PROVOCADOS PELAS CHEIAS E INUNDAÇÕES EM  
-----DEZEMBRO DE 2022 E JANEIRO DE 2023-----  
-----

PONTO 7. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 757/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A  
-----DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS  
-----SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS  
-----DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR),  
-----CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 317/2024, REFERENTE À  
-----ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE  
-----ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS,  
-----SERVIÇO DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS  
-----PRESTADOS, A VIGORAR EM 2025, DOS SERVIÇOS  
-----INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS  
-----MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----  
-----

PONTO 8. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 758/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A DELIBERAÇÃO  
-----DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR,  
-----CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 318/2024, RELATIVA AOS  
-----DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2025, DOS SERVIÇOS  
-----INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS  
-----MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----  
-----

PONTO 9. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 759/2024 - SUBSCRITA PELO  
-----SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER  
-----À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A DELIBERAÇÃO  
-----DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR,  
-----CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 319/2024, RELATIVA AO MAPA

-----DE PESSOAL PARA 2025, DOS SERVIÇOS  
-----INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS  
-----MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

PONTO 10. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 760/2024 - SUBSCRITA  
-----PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR E  
-----SUBMETTER A CONSULTA PÚBLICA, POR UM PERÍODO DE  
-----30 (TRINTA) DIAS, O PROJETO DE ALTERAÇÃO AO  
-----REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E  
-----URBANIZAÇÃO E AO REGULAMENTO DE TAXAS DO  
-----MUNICÍPIO DE LOURES-----

**I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

--- Neste ponto foram proferidas as seguintes intervenções:-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, vamos dar início aos nossos trabalhos, entrando no Período de Antes da Ordem do Dia e dava a palavra ao senhor Vereador Gonçalo Carço.-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CARÇO: Senhor Presidente, gostaria de colocar duas questões e a primeira tem a ver com as obras da Praça da República em Sacavém. Chegaram-nos várias reclamações da população de Sacavém, devido ao facto de estarem a decorrer obras no horário noturno e durante a madrugada. A informação que, na altura, foi dada à população, por parte da Polícia de Segurança Pública, era que a Câmara tinha autorizado essas obras, nesse horário. -----

Queremos confirmar, aqui, se isso é verdade e se a Câmara, de facto, deu essa autorização. Se sim, qual a necessidade de dar essa autorização para as obras decorrerem durante a noite, perturbando o descanso da população e se essa autorização se mantém, ou foi uma autorização pontual. -----

Depois, uma outra questão, tem a ver com o Pavilhão da Escola José Cardoso Pires, em Santo António dos Cavaleiros. Chegou-nos informação que este pavilhão aguarda obras já há alguns meses, em particular, a substituição do piso, a substituição de portas e também uma abertura no solo, no exterior do

pavilhão, mas dentro do recinto da escola, que foi aberto pelos SIMAR, e que continua aberta, o que constitui um perigo para a comunidade escolar. -----  
Portanto, gostaríamos de obter informação sobre estas três questões que coloquei, relativamente ao Pavilhão da Escola José Cardoso Pires. -----

-----  
A VEREADORA, SR<sup>a</sup> FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, reitero uma questão que já aqui coloquei várias vezes, que é a data da inauguração do Centro de Saúde do Catujal. Continuam a ver-se luzes acesas durante a noite, o que dá ideia que estarão a fazer arrumações e que, brevemente, a população, finalmente, poderá usufruir daquele equipamento.-----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, na sequência da resposta a um requerimento que tivemos a ocasião de apresentar em anterior Reunião de Câmara, a propósito da dívida das Juntas de Freguesia aos SIMAR, agradecemos a resposta que nos foi dada, e que, embora tardia, é importante para nós, gostaria de saber o que é que os SIMAR estão a pensar fazer, para recuperar uma dívida, por parte das Juntas de Freguesia, que, neste momento, já ascende a uma quantia muito significativa, superior a seiscentos mil euros. É esta a dívida global das Freguesias aos SIMAR. -----  
Sendo que, entre requerimentos, nós tínhamos apresentado um requerimento no primeiro trimestre deste ano, para saber, exatamente, o valor da dívida, comparando os valores que na altura nos foram comunicados como sendo os valores da dívida à época e aqueles que resultam desta última informação que é da semana passada, se pode constatar que houve um agravamento da dívida.-----

Para além de tudo mais, apercebe-se também, a inexistência de planos de pagamento, por parte de várias das Freguesias que têm dívidas muito consideráveis. E nós estamos a falar de Freguesias que, nalguns casos, têm dívidas totais que ascendem a mais de cento e noventa mil euros, como é o caso, por exemplo, da União das Freguesias de Moscavide e Portela, ou da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, que ascende a mais de cento e sessenta e três mil euros. -----

Portanto, se a dívida, por si só, já é um fator de preocupação, a inexistência de planos de pagamento acordados com os SIMAR, ainda reforçam mais esta preocupação. Os SIMAR não vivem uma vida fácil, e vamos, com certeza, ainda nesta reunião de hoje, falar dessa circunstância. Também do ponto de vista

financeiro, os SIMAR não têm tido uma vida fácil, aliás, vão onerar os munícipes com um agravamento do tarifário, mas, em simultâneo, permitem que esta situação vá grassando, se vá desenvolvendo e se vá agravando, como se constata em poucos meses, pela resposta que nos foi dada aos requerimentos que apresentámos, para conhecer os montantes da dívida. -----  
Gostávamos de ter resposta a estas questões que agora coloquei. -----

-----  
O VEREADOR, SR. VITOR CACITO: Senhor Presidente, relativamente ao desaterro ilegal na zona industrial de Frielas, já tinha colocado esta questão, mas volto a questionar, o que é que o Executivo fez, para impedir aquele desaterro, na medida em que poderá colocar em causa, a estrada nacional. ---  
-----

A VEREADORA, SR<sup>a</sup> FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, mais uma questão. No passado sábado, os eleitos da CDU da Freguesia e do Município, foram fazer uma visita, a pedido dos moradores do Bairro da Nossa Senhora da Saúde, no Catujal. Já aqui em tempos tivemos um morador desse bairro a levantar algumas questões e nessa visita a este bairro, pudemos constatar, “*in loco*”, alguns problemas, sobretudo no espaço público, nomeadamente, manilhas partidas e esgoto a correr a céu aberto, pelo menos em dois sítios e o estado das ruas, num bairro problemático do ponto de vista de intervenção, um bairro que é irrecuperável, está numa encosta e, por isso, muito dificilmente poderá ser legalizado, e, portanto, merecem uma resolução rápida, quer por parte do Município, quer por parte da Junta de Freguesia, porque as pessoas que lá vivem necessitam de melhores condições. -----

As ruas daquele bairro, sendo estreitas e pequenas, necessitam de ser alcatroadas porque estão cheias de buracos, estão com lixo, há despejos ilegais em vários sítios, inclusive, junto aos contentores, e as pessoas manifestam uma grande preocupação em relação à situação em que aquele bairro se encontra. -----

Mais não pedem do que uma melhoria das condições de habitabilidade do espaço público, já para não falar das condições das habitações e de algumas ocupações ilegais e que cabe aos moradores ter essa intervenção. Falam também de problemas de segurança, mas isso caberá à PSP, mas, pelo menos, as intervenções no espaço público, podem e devem ser feitas, dentro da medida do possível, quer pela própria junta de Freguesia, quer pela Câmara

Municipal, tendo sempre em atenção que é um bairro irrecuperável e que intervenções mais profundas serão difíceis. -----

Mas em relação à questão dos esgotos, fomos alertados e, inclusivamente pudemos constatar que devido aos buracos e ao desgaste do pavimento, as manilhas do escoamento dos esgotos estarão junto à superfície, o que faz com que frequentemente partam e depois temos o problema da sua reparação, além dos problemas de salubridade pública que podem vir a ocorrer naquela zona.-

-----  
A SR<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, o primeiro ponto que aproveitava para dar nota, tem a ver com a Moção que está a ser distribuída sobre o “25 de Novembro” de mil novecentos e setenta e cinco. Tal como solicitado pelo senhor Presidente, coordenei um grupo de trabalho por forma a produzir o documento que hoje aqui se traz. -----

Foram realizadas auscultações e hoje trazemos este documento, que será o senhor Vereador Nelson Batista que fará a sua leitura. Portanto, passava a palavra ao senhor Vereador para a leitura da Moção e posteriormente darei as respostas às questões que foram colocadas. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Presidente, com a sua permissão, passava a ler a Moção. -----

-----  
PONTO DOIS - PELO SR. VEREADOR NELSON BATISTA FOI APRESENTADA UMA MOÇÃO, SUBCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, SRA. VICE-PRESIDENTE, SRA. VEREADORA E SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E SR. VEREADOR DO CHEGA, SUBORDINADA AO TEMA “25 DE NOVEMBRO DE 1975”, À QUAL FOI ATRIBUÍDO O NÚMERO DE PROPOSTA 762/2024 -----

-----“MOÇÃO-----

-----25 DE NOVEMBRO DE 1975-----

*O 25 de novembro de 1975, integra a história democrática de Portugal, sublinhando a vitória da liberdade e da democracia, alcançada em Abril de 1974, sobre uma fase de grande instabilidade política e ameaças de radicalismo. Nesta data, forças leais ao Estado de Direito, compostas por militares patriotas, liderados por figuras como Jaime Neves, Ramalho Eanes,*

*Lemos Ferreira e Pires Veloso, asseguraram a preservação dos princípios democráticos, pondo fim a uma tentativa de golpe que colocava em risco os valores conquistados na Revolução de Abril. -----*

*Este momento histórico, simboliza a defesa intransigente dos direitos e liberdades do 25 de abril de 1974, que haviam sido postos em causa pelas forças civis e militares que tentavam implementar um regime autoritário em Portugal. Foi um tempo de fortes tensões, em que a repressão, a censura e as coletivizações compulsórias, ameaçavam substituir o ideal de liberdade pelo de opressão. -----*

*Além disso, o 25 de novembro, representou um momento de reconciliação nacional, onde o país conseguiu ultrapassar divisões e seguir um caminho de paz social. Esse ponto de viragem, permitiu o estabelecimento de instituições democráticas sólidas, criando uma sociedade livre, plural e inclusiva. -----*

*Francisco Sá Carneiro, Adelino Amaro da Costa - ambos com o sacrifício da própria vida -, Mário Soares, Diogo Freitas do Amaral, Francisco Pinto Balsemão, entre muitos outros, lutaram muito depois do 25 de novembro de 1975, para Portugal ter uma democracia plena. -----*

*Os militares defensores da democracia e da liberdade, militares do regimento de comandos na Amadora, impediram uma tentativa de golpe, libertando Portugal de uma tentativa de radicalização do país. -----*

*Portugal viu, assim, consolidada a democracia e os seus ideais pluralistas, pondo fim a uma série de atentados à Liberdade Individual, no período do “Verão Quente” de 1975. -----*

*O 25 de novembro, permitiu o fim do Processo Revolucionário em Curso (PREC) e que fossem criadas as condições para a plenitude da Democracia Portuguesa, que a Revolução dos Cravos trouxe para Portugal. -----*

*O 25 de novembro, é efetivamente, na história contemporânea de Portugal, uma data com significado para a afirmação da democracia pluralista, pluripartidária e civilista que hoje temos. -----*

*Convém, por isso, relembrar, que a grande conquista do 25 de novembro, foi a de recentrar a vontade coletiva de uma Nação, num esforço de pluralidade e participação cívica e política, assente num modelo de respeito pela diferença e pela oportunidade do debate livre. -----*

*Esta data histórica, representou a capacidade de superar divisões antigas e afirmar os valores democráticos de Abril de 1974, que unem todos aqueles que hoje, como à data, participaram na construção de um Portugal livre e soberano.*



*Em 2025, já no próximo mandato, autárquico, contaremos 50 anos desde este acontecimento histórico, pelo que se considera assinalar a data com:-----*

- A realização de uma sessão solene no Município de Loures;-----*
- O apoio municipal a iniciativas públicas, nomeadamente conferências, debates, eventos culturais, que promovam o conhecimento da história democrática do nosso País.” -----*

-----  
-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, iríamos debater a Moção e posteriormente, responderemos às questões que foram colocadas. --

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, relativamente à Moção, em primeiro lugar, dizer que, a mesma, está subscrita pelo Executivo Municipal. E eu presumo que a CDU também faça parte deste Executivo Municipal, contudo, não subscreve esta Moção. E também não a quer subscrever. Mas talvez fosse conveniente assumir, quem são as forças políticas que se propõem e assinaram este texto e não confundir essas forças políticas com o Executivo Municipal no seu todo, porque não é verdade, que o Executivo Municipal no seu todo, subscreva este texto, como irei demonstrar. Mas fica ao vosso critério. -----

Senhor Presidente, depois, dizer que é bastante debatido, do ponto de vista historiográfico, aquilo se faz em muitos regimes, inclusivamente, no regime democrático, que é uma tentativa de controle da memória de uma sociedade. E esse controle da memória de uma sociedade, faz-se por diferentes vias, nomeadamente, por via do ensino, por via da difusão, através do pensamento oficial de um conjunto de conceções que se tenta que venham a criar uma imagem do passado que, em muitos casos, está bastante longe de corresponder àquilo que, de facto, aconteceu.-----

E esta estratégia, tem, pura e simplesmente, uma lógica, que é condicionar e construir uma hierarquia do poder, em que quem vence, do ponto de vista histórico, tenta alterar aquilo que foram os acontecimentos lá atrás, criando uma historiografia que, de alguma forma, tenta falsificar e dar um outro conteúdo, a factos, e os factos são sempre factos, que radicaram no passado. -----

Em relação ao “25 de Novembro”, e àquilo que, neste momento, decorre, pela mão de vários partidos políticos, nesta Câmara Municipal e fora desta Câmara Municipal, segue-se, exatamente, a mesma lógica. A lógica é, exatamente, a

de instrumentalizar e manipular aquilo que foram factos do passado, para deles se retirarem conclusões do ponto de vista político para o presente. -----

E foi isso que, de novo, aconteceu, desta vez, com uma expressão e uma dimensão que nunca tinha acontecido no passado, mercê, também, de uma correlação de forças, que passa pelo facto de a extrema direita, ter hoje um papel muito mais significativo do que havia tido no passado. Mas o que nos espanta, é que alguns democratas, também tenham dado a mão a essas tentativas e tenham contribuído para que elas viessem a ganhar os contornos que acabaram por ganhar. -----

Passando, concretamente, ao texto desta Moção que é presente hoje à Câmara, creio que o mesmo confirma aquilo que dissemos, aquando a vinda de uma Moção do Chega, que acabou por ser retirada da Ordem do Dia, mas cujos objetivos foram cumpridos pela mão do Presidente da Câmara, Ricardo Leão, que propôs, conjuntamente com o próprio Chega, a criação de um Grupo de Trabalho, que produziu o texto que hoje apreciamos aqui em sede da Reunião de Câmara. -----

Esta Moção, insere-se, claramente, na nossa opinião, numa tentativa de falsificação da história, que pretende equiparar o “25 de Novembro” ao “25 de Abril”. Para nós, isso é, absolutamente, claro. O que nos espanta, é que alguns tenham dado a mão, a esta tentativa, que se consuma com este texto. Aliás, querem, com isso, fazer do “25 de Novembro”, aquilo que ele não foi, seguramente. Foi o “25 de Abril” que nos trouxe a democracia, a liberdade, os direitos sociais e cívicos, e não o “25 de Novembro”, como nos pretendem fazer crer com este texto. A sessão solene proposta no texto, insere-se, claramente, numa operação de falsificação da história, uma história com que alguns nunca se conformaram, nomeadamente, com o fim do fascismo e com os avanços sociais e políticos alcançados pela revolução do “25 de Abril” de mil novecentos e setenta e quatro. -----

A tentativa de rescrita da história, tem já décadas. Que o Chega e alguns setores de outros partidos à direita, o façam, não é coisa que nos surpreenda. O que nos surpreende, é o surgimento deste texto, ter acontecido com o beneplácito e até com o empenhamento do Partido Socialista, contrariando muito daquilo que pensam os seus apoiantes e militares de abril, bastante próximos, aliás, do Partido Socialista, como é o caso de Vasco Lourenço. -----

Depois, dizer que esta Moção está evada de preconceitos, imprecisões e falsificações grosseiras. Insiste na ideia de que foi o “25 de Novembro”, que

assegurou os princípios democráticos que estariam em risco. Mas não diz quais. Depois, fala de repressão e censura, para classificar o período entre vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro e o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco e cito, “*na tentativa de substituir o ideal de liberdade, pelo de opressão*”. É assim que lá está escrito. -----  
Insinua que Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, tiveram as suas vidas sacrificadas, por lutarem para Portugal ter uma democracia plena. Como se houvesse alguma relação entre o “*25 de Novembro*” e, de facto, esse infausto acontecimento, que muitos dizem ter sido um atentado, embora nunca se tenha chegado a nenhuma conclusão definitiva sobre esse tema. Mas esta tentativa de insinuar uma qualquer relação entre o “*25 de Novembro*”, a luta pela liberdade e o atentado, é, de facto, um exercício que, convenhamos, exige alguma criatividade.-----  
Depois, confunde, deliberadamente, uma revolta militar, de um setor restrito das forças armadas, concretamente, alguns paraquedistas da Base Aérea de Tancos, em vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, com uma tentativa de golpe militar. -----  
Fala de atentados à liberdade individual, no período entre vinte e cinco de abril e vinte e cinco de novembro, sem esclarecer, no entanto, que os verdadeiros atentados, foram promovidos por bombistas pertencentes à extrema direita, nomeadamente, ao MDLP – Movimento de Libertação de Portugal e ao ELP – Exército de Libertação de Portugal, que hoje são próximos ou integram o Chega, alguns deles, aliás, ocupando destaque na bancada presidencial da Assembleia da República, como é o caso de Diogo Pacheco de Amorim, que pertenceu, exatamente, a estas organizações terroristas, que, inclusivamente, puseram bombas, mataram pessoas, incendiaram sedes de partidos políticos e que cometeram atentados de uma gravidade extrema, durante este período. Bombistas que, de facto, mataram vítimas inocentes. Gente que destruiu sedes partidárias, embaixadas e outros interesses comerciais de países estrangeiros. É, de facto, triste, que tenhamos chegado a este ponto. -----  
Realizar uma sessão solene, do Município de Loures, no próximo ano, para assinalar os cinquenta anos sobre o vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco, só pode ser interpretado como uma tentativa de ajuste de contas, com o vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro e com a história.-----

Espantoso, é que isso seja viabilizado pelo Partido Socialista de Loures. Nós não vamos por aí, seguramente. Não contarão com o voto favorável da CDU, que, obviamente, tal como desde o início fez, votará contra este texto e os seus objetivos.-----

-----  
A SR<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, só para comentar, que a CDU, desde a primeira hora, que disse que não iria participar na preparação deste documento e, portanto, não iria dar nenhum contributo para ele nem iria estar presente nas reuniões. Portanto, a Moção é subscrita pelos membros do Executivo Municipal que queiram subscrever este documento. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Presidente, também queria fazer aqui dois comentários, relativamente à intervenção do senhor Vereador Paulo Piteira, para dizer que factos, são factos. E os factos do vinte e cinco de novembro de mil novecentos e setenta e cinco falam por si. Portanto, tal e qual como o vinte e cinco de abril, o vinte e cinco de novembro, para nós, é muito importante, fez uma correção e fez com que a democracia pudesse ser pluralista e civilista, tal como está aqui manifestado a vinte e cinco de novembro. -----

Depois, dizer que o vinte e cinco de novembro, depois do vinte e cinco de abril, em termos de uma tentativa de um golpe de estado e de uma radicalização do país, fez com que, por exemplo, o senhor pudesse ter uma participação como teve hoje aqui, e muito bem, por isso temos que congratular e fazer com que, no futuro, o que se pretende com o “*25 de Novembro*”, é que também se possa dar esta oportunidade. E ninguém está aqui a comparar o que quer que seja. Estamos aqui é a valorizar o que tem que ser valorizado e que, no futuro, todas as forças políticas, possam votar favoravelmente o “*25 de Novembro*”, tal e qual como nós votamos e apoiamos o “*25 de Abril*” de mil novecentos e setenta e quatro. -----

E quando se fala no “*25 de Abril*” de mil novecentos e setenta e quatro, não é só de algumas forças políticas, é de todos. E queremos que também, tal e qual como o “*25 de Abril*” de mil novecentos e setenta e quatro, todos possam apoiar o “*25 de Novembro*”, de mil novecentos e setenta e cinco. -----

O VEREADOR, SR. VITOR CACITO: Senhor Presidente, também gostaria de dizer que a posição da CDU relativamente à Moção é normal, porque ninguém

comemora derrotas. Portanto, o “25 de Novembro” foi, efetivamente, um momento em que Portugal ganhou liberdade.-----

Os senhores defendem regimes autoritários, aliás, não devem de estar esquecidos nem do PREC – Processo Revolucionário em Curso, nem das nacionalizações, nem das ocupações em fábricas e no Alentejo. Portanto, não consigo perceber a vossa posição. Mas isso são ideias e a minha é completamente diferente e pode chamar-me de extrema direita, mas o Chega, é de extrema necessidade para Portugal. -----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, só para esclarecer que a CDU e o PCP, evidentemente, não iria participar neste grupo de trabalho, porque percebemos quais eram os objetivos deste grupo de trabalho e desta Moção. Aliás, ao que sabemos, este grupo de trabalho nem sequer reuniu, não foi ninguém às reuniões, foram enviados os contributos por email. -----

Portanto, sobre a questão do “25 de Novembro” e sobre aquilo que está aqui colocado em cima da mesa, é evidente que cinquenta anos depois do “25 de Abril”, há algumas forças que entendem que têm condições para tentar desvalorizar o “25 de Abril” e valorizar o “25 de Novembro”. É isso que algumas forças políticas entendem que têm neste momento. Essas condições subjetivas para avançar. E algumas forças deram-lhes a mão. Aliás, aqui nesta Reunião de Câmara, isso já aconteceu diversas vezes. É apenas, e só, mais uma vez que isso aconteceu de forma clara, em particular, por parte do Partido Socialista, porque é disso que estamos aqui a falar. -----

Portanto, quando falamos de opressão, quando falamos de terrorismo, quando falamos de restituição de liberdade e associar isso ao “25 de Novembro”, quero informar a Câmara, que no verão quente de mil novecentos e setenta e cinco, foram registados oitenta e seis atos terroristas, que tiveram lugar em julho, e volto a referir, que estamos a falar do verão de setenta e cinco, incluindo trinta e três assaltos, pilhagens e incêndios a centros de trabalho do PCP, e em agosto, tiveram lugar, cento e cinquenta e três ações terroristas, das quais oitenta e dois assaltos, além de destruições de centros de trabalho do PCP e do MDPCDE. Trinta e nove incêndios, quinze atentados bombistas e até assassinatos. -----

Portanto, isto era aquilo que as forças que agora se regozijam com o “25 de Novembro” e que trazem agora aqui esta saudação ao “25 de Novembro”, queriam fazer ao PCP.-----

Também entendemos dizer aqui hoje, que a revolução e os valores do “25 de Abril”, prevaleceram. Os partidos políticos, todos eles, puderam manter a sua atividade, inclusive o PCP. O PCP, manteve-se no Governo da altura, até ao ano de mil novecentos e setenta e seis, mesmo após o “25 de Novembro”. E o mais importante de tudo, a Constituição da República Portuguesa, foi aprovada em abril de mil novecentos e setenta e seis. -----

Isto são factos e grandes vitórias do povo português, que o PCP acompanha. Por isso não encaramos o “25 de Abril” nem os anos subsequentes, como derrotas. Não. Pelo contrário. Foram vitórias. Tudo isso foram vitórias do povo português e também do PCP, que acompanharam essas vitórias.-----

O que aconteceu depois a seguir e todo o retrocesso que tem vindo a acontecer nestas dezenas de anos, são outras questões políticas. Mas o essencial, é que tentaram fazer com que o PCP não pudesse atuar, não pudesse agir, e isso foi derrotado. Foi também derrotado no “25 de Novembro”. E nós não podemos deixar de lembrar, que é a opressão, os atentados, o terrorismo, o tentar pôr em causa a ação política de uma força como era o Partido Comunista Português. Isto são factos do verão de mil novecentos e setenta e cinco. -----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, vamos aprovar a Moção.-----

-----  
--- POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO SUBORDINADA AO TEMA “25 DE NOVEMBRO DE 1975”, À QUAL FOI ATRIBUÍDO O NÚMERO DE PROPOSTA 762/2024, FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL, COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SR<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA E DO SR. VEREADOR DO CHEGA. -----  
VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: A Moção apresentada, resulta da deliberação da Câmara Municipal de Loures, na sua sexagésima quarta Reunião Ordinária, ocorrida a dois de maio de dois mil e vinte e quatro, de vir a ser elaborado, num grupo de trabalho com os eleitos dos vários partidos políticos, um documento o mais consensual possível sobre o “25 de Novembro de 1975”.-----

É inegável que a referida data, constitui um marco crucial na consolidação da democracia pluralista em Portugal. Este momento histórico, reafirmou os princípios e objetivos delineados pelo “25 de Abril”, garantindo as bases necessárias para a preservação da liberdade e para o trajeto democrático que o nosso país percorre até os dias de hoje. -----

O Partido Socialista reconhece que o “25 de Novembro”, simboliza mais do que uma vitória contra os riscos de uma deriva sectária e radical; representa, sobretudo, o início de um processo de reconciliação e superação das divisões internas que emergiram no contexto das transformações impulsionadas pelas conquistas de Abril. Assinalar esta data, é celebrar a capacidade coletiva de edificar uma sociedade alicerçada no diálogo, na liberdade e no respeito pelas diferenças.-----

O respeito pela memória daqueles que lutaram pela liberdade, é essencial, assim como o reconhecimento do papel fundamental do Partido Socialista na resolução da crise de mil novecentos e setenta e cinco. -----

Compreendemos que a melhor forma de honrar este momento histórico, é recusar a reabertura de fraturas que foram superadas pelas gerações fundadoras do regime democrático. Reafirmamos, nesse sentido, o nosso compromisso, de repudiar qualquer tentativa de instrumentalização ou distorção deste momento histórico para fins populistas ou revisionistas daqueles que tentam instrumentalizar o passado para ganhos efémeros no presente. Quem o faz, ignora o dever de respeito à memória dos que sacrificaram tanto, em prol da liberdade. -----

Assim, o Partido Socialista na Câmara Municipal de Loures, declara o seu voto favorável à Moção, que que seja assinalado o quinquagésimo aniversário do “25 de Novembro de 1975”. Consideramos que se trata de mais uma oportunidade singular para promover a memória histórica, transmitir às novas gerações os valores da liberdade e da democracia, e consolidar os princípios fundamentais que sustentam o nosso país. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, quanto às questões que foram colocadas nesta Reunião de Câmara, nomeadamente, a do senhor Vereador Gonçalo Carço, sobre o Pavilhão da Escola José Cardoso Pires, dizer que já foi lançado o procedimento para o fornecimento e aplicação do pavimento, assim como de balizas e de redes, sendo que se prevê que esta intervenção tenha início entre o final deste ano e o primeiro trimestre do próximo.-----

Temos, também, um pedido de substituição de portas dos balneários, bem como a respetiva caldeira que está avariada, e estamos a iniciar os procedimentos para as respetivas reparações.-----

A SRª VICE-PRESIDENTE: Relativamente à questão colocada pela senhora Vereadora Fernanda Santos, nomeadamente, qual a data da entrada em funcionamento do Centro de Saúde do Catujal, dizer que não temos muito mais informação a aditar àquela que já tínhamos transmitido. No entanto, posso dizer que está a ser colocado o mobiliário e a ser preparado todo o equipamento para que, o mesmo, possa entrar em funcionamento.-----

Relativamente à data que tínhamos em perspetiva, para as equipas, quer a da Apelação quer a de Unhos, transitarem para lá, essa data seria até ao final do corrente mês. Temos, também, informação, de que será instalada nesta Unidade de Saúde, portanto, para a zona oriental do concelho, uma resposta para a área da saúde mental, facto que nos deixa particularmente agradados, uma vez que não tínhamos esta resposta naquela zona. Tínhamos aberto a área de Loures há dois anos, mas naquela zona não tínhamos.-----

Dizer, também, que o senhor Presidente mandou uma comunicação à senhora Ministra, no sentido de transmitir que era desejável que esta unidade de saúde fosse inaugurada no dia doze de dezembro. Aguardamos confirmação desta data, mas, da nossa parte, estão criadas todas as condições para que tal possa acontecer.-----



Neste momento, a ULS, para além das equipas que tem, tem estado a envidar esforços, eu diria até, por aquilo que temos vindo a acompanhar, todos os esforços, para que se possam aumentar o número de médicos na Unidade de Saúde do Catujal. -----

Tem, também, a perspetiva de instalação de um modelo de teleconsulta, para poder satisfazer utentes sem médico. Portanto, senhora Vereadora Fernanda Santos, à data de hoje, é a informação que temos para partilhar. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, começando pela questão colocada pelo senhor Vereador Vítor Cacito, e aproveito para lhe agradecer a intervenção que fez em Reunião de Câmara anterior e hoje também, dizer que logo que essa situação nos foi reportada, fomos logo ao local, fizemos o embargo da obra, movemos um processo de contraordenação, agora é o trâmite normal e administrativo, para o decorrer da intervenção. Mas esse levantamento foi logo feito de imediato.-----

Respondendo ao senhor Vereador Gonçalo Carço, sobre as obras na Praça da República, dizer que foi dada uma autorização para aquele fim de semana em concreto, por forma a que o trânsito não ficasse impedido durante o dia, o que iria originar um caos. Portanto, esta foi uma autorização muito peculiar para aquela intervenção e foi esporádica, não é uma autorização permanente. -----

Senhor Vereador Paulo Piteira, no que diz respeito às dívidas das Juntas de Freguesia, dar nota que o valor total são seiscentos e seis mil euros. Outra nota que queria dar, era que o valor vencido são os quatrocentos e quarenta e três mil euros e o valor é ainda em prazo de pagamento, porque temos um volume de pagamento das Juntas de Freguesia aos SIMAR mensal, na ordem dos cento e vinte, cento e trinta mil euros e ainda está em prazo. -----

Dizer que, relativamente a esta matéria, está a ser feito o levantamento com as Juntas de Freguesia, porque havia divergências, não só nos contadores, como também em alguns sistemas de rega. Em algumas regas que estavam atribuídas, está a ser feito esse levantamento junto das Juntas de Freguesia e julgamos que até ao final do ano, tenhamos os acordos de pagamento feitos com as Juntas de Freguesia, para que a situação possa ser regularizada, como tem mesmo que ser, caso contrário, terão que ser feitas outras démarches, para que ela se regularize. Mas, de facto, estamos a finalizar o levantamento, para avançarmos com os planos de pagamento com as Juntas de Freguesia.-----

A VEREADORA, SR<sup>a</sup> PAULA MAGALHÃES: Senhor Presidente, respondendo à senhora Vereadora Fernanda Santos, quanto ao estado em que se encontram algumas ruas no Bairro da Nossa Senhora da Saúde, dizer que, infelizmente, é uma situação que não é nova. É de há muitos anos. Aliás, carece de intervenção há muitos anos. -----  
É uma intervenção que não é fácil de se fazer, mas naquilo que tem estado ao nosso alcance, tudo tem sido feito. Foram feitas várias deslocações ao bairro, temos outra agendada para o dia oito de dezembro e nas deslocações que têm sido feitas, há um compromisso da PSP numa maior proximidade em mais deslocações e mais acompanhamento, em termos de segurança.-----  
Aproveitava para dizer também, que à semelhança daquilo que tem estado a ser feito nos últimos dias, na União de Freguesias de Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela, com a recolha de monos, já foi dado início ao projeto de sensibilização de recolha e acompanhamento desta problemática, que seguidamente, deverá ser feita, também, na Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação, e contaremos também com a limpeza destes espaços, em termos de deposição de RCD - Resíduos de Construção e Demolição. -----  
Tudo o mais, contaremos acompanhar, com todo o respeito que temos por aquela população, porque existem ali proprietários que estão ali há mais de sessenta anos e percebemos perfeitamente que eles necessitam de apoio.----  
Sabemos, infelizmente, que se tivesse sido fácil, se calhar os senhores também já teriam resolvido em mandatos anteriores. Mas estamos cá e dia oito iremos deslocar-nos ao local e encontraremos, com certeza, a melhor solução para os problemas mais evidentes. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, complementando a informação dada pela senhora Vereadora Paula Magalhães no que diz respeito ao Bairro da Nossa Senhora da Saúde, dizer que há aqui uma coisa que tem que ser dita. É que este bairro não é uma AUGI – Área Urbana de Génese Ilegal. Não pode ser delimitada como uma AUGI, porque a propriedade já está toda dividida em metros quadrados. Portanto não é uma AUGI.-----  
Mas tem um problema, e é um problema que nós identificamos em toda a costeira do Catujal e Unhos. Estamos a falar que este é um dos bairros que está a ser intervencionado, ao abrigo do protocolo que fizemos com o LNEC - Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para fazer a análise das costeiras.--

É uma zona que está a ser analisada e avaliada, aliás, já foram feitos os levantamentos topográficos de todos os bairros, através do protocolo que celebrámos com o LNEC, e agora vamos iniciar as sondagens, para ver a estabilização dos taludes e das costeiras, para depois podermos avançar com aquilo que for necessário e possível fazer naquelas zonas mais insuscetíveis de reabilitação.-----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, agradecemos as respostas dadas, no entanto, sobre a questão da abertura no solo dentro do perímetro da Escola José Cardoso Pires, feita pelos SIMAR, não foi dada. Não sei se terá alguma informação para nos dar ou não, nomeadamente, quando irão resolver essa situação.-----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador Gonçalo Caroço, esse pedido ficou registado e os SIMAR responderão logo que tenham essa informação.-----

-----  
**II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----  
--- **Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi solicitada a admissão na presente Ordem do Dia da Reunião, da Proposta seguinte:** -----

-----  
PONTO TRÊS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 763/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A 9.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2024 E OPÇÕES DO PLANO 2024-2028-----

-----  
--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, esta Proposta foi-nos entregue ontem às quatro da tarde. Por isso, como é evidente, não estamos em condições, até porque hoje temos uma reunião complexa, tivemos que fazer a preparação, e por isso não tivemos tempo de analisar a Proposta.

Portanto, da nossa parte, entendemos que esta Proposta não deve ser admitida. Agora, se o senhor Presidente entender que o ponto tem que ser admitido e houver razões ponderosas para isso, não iremos inviabilizar essa admissão, mas não vamos ter condições para votar a Proposta, porque, de facto, temos muita dificuldade em acompanhar esta Alteração e saber, no concreto, quais são as alterações e que consequências é que têm.-----  
Por isso colocamos esta questão.-----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Vereador, a sua questão é plausível. Portanto, o que eu propunha, era que votássemos a sua admissão, explicávamos as razões da urgência da sua aprovação, e depois os senhores vereadores avaliarão se estão em condições de votar ou não.-----  
Portanto, vou colocar a admissão da proposta.-----

-----  
--- ADMITIDA POR UNANIMIDADE-----  
-----

-----  
PONTO QUATRO – ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, REALIZADA EM 2024.10.30-----

-----  
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE.-----

OS SRS. VEREADORES PAULO JORGE PITEIRA LEÃO E VITOR HUGO BATISTA CACITO, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO, POR NÃO TEREM ESTADO PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A ATA.-----  
-----

-----  
PONTO CINCO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 752/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2025 E OPÇÕES DO PLANO 2025-2029, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES-----  
-----

-----  
*“Considerando que: -----*

*A. O princípio da autonomia financeira, consagrado no artigo 6.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime*

*financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estipula que os municípios têm património e finanças próprios; podendo elaborar, aprovar e modificar as opções do plano, os orçamentos e outros documentos previsionais;-----*

*B. De acordo com o princípio da anualidade, plasmado no artigo 9.º-A da Lei supra melhor identificada, os orçamentos das autarquias locais são anuais, coincidindo o ano económico com o ano civil;-----*

*C. Atendendo ao princípio da unidade e universalidade, previsto no artigo 9.º-B da Lei até então invocada, os orçamentos municipais compreendem todas as receitas e despesas de todos os seus órgãos e serviços sem autonomia financeira e apresentam o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante total no ano em que os compromissos são assumidos;-----*

*D. Face ao princípio da estabilidade orçamental, contido no artigo 5.º da mencionada Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, as autarquias locais estão sujeitas na aprovação, tal como na execução, dos seus orçamentos a tal princípio; ou seja, à sustentabilidade financeira e a uma gestão orçamental equilibrada, devendo o orçamento prever as receitas necessárias para cobrir todas as despesas;-----*

*E. No âmbito do calendário orçamental legalmente estabelecido, o órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 30 de novembro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte e a sua aprovação deve ser efetuada, pelo órgão deliberativo, na sua sessão ordinária de novembro ou dezembro;-----*

*F. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece, entre outros, o regime jurídico das autarquias locais, compete à câmara municipal elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento e da a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I daquela mesma Lei, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento; não podendo, ao abrigo do n.º 3 deste último preceito legal, a proposta ser alterada na assembleia municipal, sem prejuízo de poderem ser acolhidas em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pelo órgão deliberativo;-----*

- G. Foram observadas na elaboração do orçamento municipal ora proposto as regras previsionais estabelecidas quer na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, quer no ponto 3.3. do DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), quer na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 “Contabilidade e Relato Orçamental” vertida no DL n.º 192/2015, de 1 de setembro, na sua versão atual, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;-----
- H. Nos termos do disposto no n.º 46 do ponto 11 da NCP supra identificada, as entidades do subsetor local preparam as demonstrações orçamentais previsionais constituídas pelo orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e pelo plano plurianual de investimentos;-----
- I. Por sua vez, o n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, estipula que o orçamento municipal inclui, nomeadamente, os seguintes elementos: relatório que contenha a apresentação e a fundamentação da política orçamental proposta; mapa resumo das receitas e despesas; mapa das receitas e despesas, desagregado segundo a classificação económica; articulado que contenha as medidas orientadoras da execução orçamental; proposta das Grandes Opções do Plano, compostas pelas atividades mais relevantes e plano plurianual de investimentos, com nota explicativa que fundamenta, a qual integra a justificação das opções de desenvolvimento estratégico, a sua compatibilização com os objetivos de política orçamental, e a descrição dos programas, incluindo projetos de investimento e atividades mais relevantes da gestão;-----
- J. O n.º 2 do preceito legal mencionado na alínea antecedente estabelece que o orçamento municipal, inclui, em anexo, os orçamentos dos órgãos e serviços do município com autonomia financeira, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo pelo município, e o mapa das entidades participadas pelo município identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente;
- K. Foram auscultados os serviços municipais e as Freguesias do Concelho de Loures nos trabalhos preparatórios, desenvolvidos no âmbito da elaboração da proposta de Orçamento Municipal para 2025 e Grandes Opções do Plano para 2025-2029 que ora se apresenta;-----

L. Atendendo ao estabelecido no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprova o Estatuto do Direito de Oposição, foram ouvidos, sobre a proposta mencionada no ponto anterior, os partidos políticos representados no órgão deliberativo e que não fazem parte do órgão executivo, ou que nele não assumem pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas;---

Tenho a honra de propor: -----  
Que a Câmara Municipal de Loures delibere submeter a aprovação da Assembleia Municipal de Loures, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e da a) do n.º 1 do artigo 25.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, supra melhor identificada, a proposta de Orçamento Municipal para 2025 e Grandes Opções do Plano para 2025-2029, conforme documento em anexo. -----  
(...)” -----  
-----  
-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----  
-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, relativamente a este Orçamento e Plano de Atividades, vou dar umas notas prévias sobre este importante documento para dois mil e vinte e cinco, e depois pedia aos senhores vereadores com funções executivas, que também fizessem uma apresentação relativamente às suas áreas.-----

Assim, dizer que este Orçamento e estas Grandes Opções do Plano, para dois mil e vinte e cinco, refletem aquilo que é o conjunto de investimentos que estavam planeados e planificados fazer-se. Portanto, este Orçamento de dois mil e vinte e cinco, basicamente, reflete aquilo que é o Plano de Investimentos e requalificação para Loures que, como todos sabemos, foi lançado em dois mil e vinte e quatro.-----

Este Orçamento para dois mil e vinte e cinco, é muito alavancado pelo PRR e pelos empréstimos bancários e totaliza um total de trezentos e quarenta e um milhões de euros. Estamos a falar de cerca de quatro por cento, acima do Orçamento inicial de dois mil e vinte quatro.-----

Outra nota prévia, dizer que relativamente às transferências do Orçamento de Estado, por uma questão de prudência e das regras contabilísticas em vigor,

mas acima de tudo por uma questão de prudência, porque há municípios que fizeram de forma contrária, nós, como disse, por uma questão de prudência e cumprindo as regras contabilísticas vigentes, atualizámos, unicamente, à taxa de inflação, o que significa com isto, que ainda há uma verba que irá crescer no Orçamento e que será incluída numa Alteração Orçamental, durante o exercício de dois mil e vinte e cinco, de três milhões e meio de euros, que aquilo que está previsto no Orçamento de Estado, a mais daquilo que é a taxa de inflação. Portanto, quando o Orçamento de Estado for aprovado, durante o exercício de dois mil e vinte e cinco, faremos essa Alteração Orçamental, à qual irá crescer mais três milhões e meio de euros, provenientes do Orçamento de Estado, face àquilo que foi a nossa atualização, unicamente referente à taxa de inflação. -----

Destes trezentos e quarenta e um milhões de euros, cento e quarenta e nove milhões, são destinados ao desenvolvimento de infraestruturas e de serviços essenciais para o desenvolvimento do nosso Concelho. Estamos a falar de um investimento, só para a habitação, de cinquenta e dois milhões de euros. Para a educação, serão cinquenta e quatro milhões. Na saúde, cerca de treze milhões de euros, em transportes e infraestruturas rodoviárias, vinte e quatro milhões de euros. Nove milhões para o ordenamento do território. E quatro milhões de euros, para a ação social. -----

Portanto, este Orçamento para dois mil e vinte e cinco, reflete um esforço sem precedentes, de modo a que continuemos a transformar o Concelho de Loures, numa comunidade mais equilibrada, inclusiva e moderna. -----

No que diz respeito às intervenções, em termos de obras municipais, destaco algumas, tendo em conta o seu volume financeiro. Estamos a falar de intervenções muito significativas, com a adjudicação e início da obra prevista para janeiro, nomeadamente, da Escola Gaspar Correia, na Portela. Também para janeiro, a adjudicação da Escola Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros. E também em janeiro, a adjudicação da Escola do Infantado, em Loures e da Escola do Zambujal, em São Julião do Tojal.-----

Depois, temos também duas escolas já em obra, que são a nova Escola da Portela da Azóia e a número cinco de Camarate. Também estes, investimentos muito avultados. Dar, igualmente, nota, que os projetos estão todos em execução, sendo que alguns já estão prontos. -----



No que diz respeito às restantes Escolas Básicas, um, dois, três e secundárias do nosso concelho, no âmbito da negociação entre a Associação Nacional de Municípios e o anterior Governo, prevê-se, segundo indicações da CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que no final do primeiro trimestre do próximo ano, possam sair os avisos de candidatura e, aí, já estaremos com os projetos prontos. Aliás, já estamos a fazer reuniões com a comunidade educativa respetiva, para a apresentação desses mesmos projetos e, caso seja esse o entendimento da comunidade educativa, sofrerem algumas alterações. Isto tudo, para que, mal os avisos saíam, não no âmbito do PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, mas do BEI - Banco Europeu de Investimento, possamos fazer as respetivas candidaturas às restantes Escolas Básicas dois/três e secundárias do nosso concelho, que há muitos e muitos anos, anseiam por uma requalificação.-----

Vai ser, também, um ano de arranque do novo complexo desportivo municipal, no Infantado, em Loures, que aguarda, unicamente, o visto do Tribunal de Contas, uma vez que é um projeto de conceção/construção.-----

A nível da segurança, queria aqui destacar a construção do futuro posto territorial da GNR, em Bucelas, que aguarda, unicamente, o visto da APA – Agência Portuguesa do Ambiente e ainda, se possível, o lançamento do concurso público, para a instalação de sessenta câmaras de vídeo-proteção, já devidamente articuladas com a PSP, para serem instaladas nas zonas identificadas pela mesma, no nosso concelho. Portanto, iremos fazer a adjudicação do projeto e, se ainda der tempo, lançaremos o respetivo concurso público, para a instalação destas sessenta câmaras de vídeo-proteção.-----

Também ao nível da segurança, e quero reforçar esta matéria, porque acho que é importante, é a necessidade da existência de mais policiamento de proximidade, que é, aliás, um sentimento sentido pela população do nosso concelho. Por isso, sabendo nós que a PSP tem meios muito reduzidos para fazer esse policiamento de proximidade, com a qualidade e dimensão que todos nós desejamos, estamos prontos para que, no primeiro trimestre do próximo ano, possamos assinar um protocolo com a PSP e com as Juntas de Freguesia, onde, juntamente com as Juntas de Freguesia, iremos adquirir seis viaturas para a PSP.-----

Dizer, também, que a Câmara Municipal de Loures, para além destas seis viaturas, ficará ainda a assegurar a manutenção de mais viaturas, totalizando doze viaturas da PSP, que ficarão no Concelho de Loures, para fazer esse

policiamento de proximidade. De salientar uma cláusula muito importante nesse protocolo, que é o facto de essas viaturas só poderem sair do Concelho de Loures, em caso de emergência. Por isso, estas doze viaturas, seis novas e mais outras seis, cuja manutenção será da responsabilidade do município, serão para ficar no concelho, para fazerem esse policiamento de proximidade. Ainda em relação aos bombeiros, dizer que todos nós estamos gratos pelo trabalho que eles fazem, diariamente, no nosso concelho, e é por isso que este Executivo Municipal, tem apostado fortemente, naquilo que é o aumento das transferências financeiras para as sete corporações de bombeiros do nosso Concelho, numa lógica de mais capacidade para proteção da nossa população. Por isso, só no ano de dois mil e vinte e cinco, está previsto transferirmos três, ponto, dois milhões de euros. São mais duzentos e vinte mil euros, do que em dois mil e vinte e quatro. Mas se recuarmos a dois mil e vinte e um, que foi o último ano de gestão da CDU, foram dois milhões de euros. Estamos a falar de um aumento de um, ponto, dois milhões de euros, só no Orçamento de dois mil e vinte e cinco, em comparação com o Orçamento de dois mil e vinte e um, para as sete corporações de bombeiros, o que é reflexo da aposta do Município, nessa maior capacidade das nossas corporações de bombeiros. -----  
Naquilo que respeita ao espaço público, de referir o novo Parque Verde, o futuro Parque Papa Francisco, que foi um legado da Jornada Mundial da Juventude. Um espaço com trinta e seis hectares, que vai solucionar como fruição para toda aquela população, que, durante anos e anos, se viu impossibilitada de usufruir daquele espaço, devido a um conjunto de contentores que estavam instalados naquele espaço. Por isso, quero realçar a importância, não só do montante financeiro, em articulação com o Governo, mas, acima de tudo, pela oportunidade que, finalmente, as pessoas e a população do Concelho de Loures, podem ter no usufruto daquele espaço, que agora, uma vez pronto, servirá de palco a grandes eventos culturais e musicais, para além daquele que é o nosso projeto, o qual já estamos a analisar, para avançarmos com a construção de um conjunto de equipamentos de apoio, nomeadamente, no que respeita a restauração, para apoio a todo esse espaço que, como sabemos, é grande. -----  
Ainda relativamente a intervenções no domínio público, dar nota daquilo que vai ser o início da obra de requalificação do Jardim de Moscavide. Também o início da construção, no próximo ano, do novo Parque Urbano da Portela Norte,

na Freguesia da Portela, bem como a requalificação, que está bem visível, da Praça da República em Sacavém.-----

Também a requalificação do Parque Adão Barata e as obras de melhoramento do Parque Municipal de Cabeço de Montachique, que, assim, finalmente, terá capacidade para poder receber, por exemplo, bandas. Aliás, ainda recentemente, recebemos um conjunto de bandas filarmónicas de Palmela e de Espanha e no Concelho de Loures não havia capacidade para elas pernitem. Tiveram que ir para a Quinta das Águas Férreas e para o Estoril. E isto era algo de que o Movimento Associativo se queixava imenso. -----

Por isso esta intervenção no Parque Municipal de Cabeço de Montachique, que, para além daquilo que é a requalificação de melhores condições, irá ter a capacidade para instalação de camaratas, para que os visitantes que recebemos, quer no âmbito das coletividades, quer da cultura, ou do desporto, possam dormir de forma digna.-----

No âmbito da saúde, já foi aqui falado da inauguração das novas instalações do Centro de Saúde do Catujal, prevista para o próximo mês, mas também o início dos novos Centros de Saúde da Bobadela e de Camarate, que se prevê já para janeiro do próximo ano, bem como a conclusão do novo Centro de Saúde de Santo Antão do Tojal, que se prevê que seja no primeiro trimestre do próximo ano.-----

Na área da mobilidade, lançaremos o concurso para a construção do novo ramo da saída da A1, em São João da Talha, estamos a aguardar, apenas, o parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Aliás, iremos ter uma reunião no próximo mês, para agilizar o processo, de forma a que possamos lançar o concurso público para esta obra tão esperada pela população do Concelho de Loures, o mais rapidamente possível, bem como estarmos em condições, durante o próximo ano, de lançarmos o concurso para uma importante obra de mobilidade, que é a nova variante a Bucelas, também durante anos e anos falada e nunca concretizada.-----

Continuaremos a fazer aquilo que tem sido um esforço do Município, que é o asfaltamento de um conjunto de vias e ruas do nosso concelho, através de uma empreitada geral de um milhão e meio de euros. Daremos, obviamente, continuidade, ao mesmo tempo, ao asfaltamento de outro conjunto de vias, por uma administração direta por recursos internos da Câmara, e que também tem sido um esforço da Câmara, e quero desde já elogiar os trabalhadores da Câmara e vamos continuar com a empreitada que já supera um milhão de

euros, nas medidas de acalmia para reforço da segurança rodoviária, muito particularmente, junto aos estabelecimentos de ensino do nosso concelho. E tem sido notório esse esforço. -----

Temos também previsto para janeiro, a conclusão e a inauguração da nova rotunda da Quinta do Património, em Sacavém, que está a andar de uma forma muito célere. E também em janeiro, se prevê a inauguração da importante via, que é a Variante Interior a Loures, para melhor circulação na cidade de Loures, em particular na rua interior de Loures. -----

Durante o próximo ano, teremos também, como já aqui foi falado, a requalificação da Praça da República, em Sacavém, mas também uma importante obra, que já está em execução, que é a nova rotunda na Estrada Nacional dez, junto ao LIDL, em Santa Iria da Azóia, que vai beneficiar, em muito, principalmente nas horas de ponta, quer da manhã, quer da tarde, um conjunto significativo de trânsito, tendo em conta que hoje existem aqueles semáforos, que nem sempre estão a funcionar e isso faz com que haja muitas filas, tanto para quem quer entrar na Estrada Nacional dez, tanto para quem sai da IC2.-----

Por isso, é uma obra que está em execução, e que é muito importante para a circulação viária naquela zona, que é a Estrada Nacional dez, em Santa Iria da Azóia. -----

Durante o próximo ano, também vamos lançar um projeto que, na minha opinião, é deveras importante, que é uma requalificação da Estrada Nacional dez, permitindo uma maior segurança pedonal que hoje não existe e um reforço da iluminação de toda aquela via, que bem precisa. -----

Também estamos em articulação com a empresa Copam – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A., antes das bombas da BP, na Nacional dez, que tem sido um ponto muito fulcral, a nível de complicações de trânsito, quer para quem sai dessa via para entrar na Estrada Nacional dez, quer para quem quer entrar nessa via, saindo da Estrada Nacional dez.-----

Por isso, em curto prazo de tempo, vamos apresentar e assinar um protocolo com a Copam, relativamente à construção de uma rotunda, que beneficiará, obviamente, a Copam, pela saída de viaturas pesadas, mas também irá beneficiar em muito, toda aquela circulação, quer a entrada nessa via, quer a entrada na Estrada Nacional dez. Por isso, este projeto desta rotunda da Copam, é de extrema importância e será incluída no projeto de requalificação de toda a Estrada Nacional dez, incidindo muito particularmente, naquilo que é

o reforço da segurança rodoviária, em particular a circulação pedonal, com passeios dignos para as pessoas poderem circular e com uma iluminação, que neste momento é uma lacuna.-----

Quanto à questão da expansão do metro para Loures, dizer que ainda ontem falei com o senhor Ministro das Infraestruturas, falei, também, com a senhora Presidente do Conselho de Administração do Metro, por isso, se tudo correr bem, prevê-se que estejamos em condições, neste caso o Metro, de fazer a adjudicação da empreitada no final do primeiro trimestre, no máximo em abril, do próximo ano.-----

Ainda em matéria de mobilidade, estamos a finalizar o projeto do LIOS – Linha Intermodal Sustentável, o novo projeto em BRT – Bus Rapid Transit de mobilidade para a zona oriental do Concelho de Loures, de forma a que possamos apresentar ao Governo, para assegurar a respetiva fonte de financiamento, mas também uma sessão pública para apresentação do mesmo, a toda a população do concelho, particularmente a da zona oriental.--

Continuamos, obviamente, no Orçamento para dois mil e vinte e cinco, a reforçar aquilo que tem sido uma aposta clara nos transportes metropolitanos de Lisboa, particularmente, na Carris Metropolitana, sendo que o Município prevê mais de quatro milhões de euros, só para dois mil e vinte e cinco, nesse reforço de carreiras e de mais e melhores transportes públicos para o nosso concelho. -----

Antes de passar a palavra aos senhores Vereadores, enquanto Presidente de Câmara, queria dar nota de um profundo agradecimento a todos os trabalhadores do Município, porque são eles, na prática, que executam todo este Plano de Atividades e Orçamento, que o planificam, que o executam, e por isso uma palavra de gratidão e de agradecimento, pelo profissionalismo e empenho que todos os trabalhadores do Município de Loures tiveram, e muito particularmente, com este documento, ao Departamento Financeiro, que apresenta estes documentos de forma muito profissional, muito cuidada e muito exigente. -----

Por isso, também o meu agradecimento à senhora Diretora, a todas as chefias e a todos os trabalhadores do Departamento Financeiro, pelo trabalho que fizeram na preparação deste Orçamento para dois mil e vinte e cinco e Grandes Opções do Plano. -----

A SR<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE: Senhor Presidente, passaria a apresentar algumas das áreas que estão sob a minha responsabilidade e começava pela área da habitação, dizendo que depois de criadas regras e definidos os procedimentos para a gestão do parque habitacional, continuará a ser prioridade a recuperação da dívida, a reabilitação do edificado existente e a construção de novos fogos, atendendo a várias soluções habitacionais. -----

Nestas Grandes Opções do Plano para dois mil e vinte e cinco, estão inscritos projetos que permitem consolidar a planificação prevista para este mandato autárquico, nomeadamente, a reabilitação de mil, duzentos e nove fogos habitacionais, a reabilitação de sessenta e seis, para novas atribuições e ainda a construção de duzentos e dezasseis novos fogos, na Freguesia de Camarate. Permite-nos, também, a elaboração da carta municipal e habitação, um instrumento determinante para os próximos anos, em matéria da habitação. ---

A terceira alteração ao nosso Regulamento de Habitação do Município, permitiu que, em dois mil e vinte e cinco, possamos vir a implementar um novo programa. O Programa Habitação Mais trinta e cinco, que vem dar uma resposta complementar ao Programa de Apoio ao Financiamento à Habitação Jovem, já por nós conhecido. -----

Pretende-se criar um projeto novo. O projeto "*Um Bairro para Todos*", que possa ser uma iniciativa de regeneração urbana, com o objetivo de transformar espaços públicos e comunitários, em ambientes mais inclusivos, democráticos e sustentáveis. Por este meio de processos participativos inovadores, pretende-se promover a coesão social, fortalecer o sentimento de comunidade e envolver todas as forças vivas, neste processo que será conjunto e, naturalmente, com a liderança, em termos de harmonização, da Câmara Municipal. -----

Na área do DCDJS, o Departamento de Cultura, Desporto, Juventude e Saúde, destacaria o trabalho da dinamização de várias formas de expressão artística, que continuará a ser privilegiado na comunidade, em estreita proximidade com o Movimento Associativo, como tem sido nosso apanágio, com as entidades locais e com as tradições do nosso concelho. -----

As comemorações dos cinquenta anos do "*25 de Abril*", ainda terão expressão no ano de dois mil e vinte e cinco. Os maiores eventos culturais, continuarão a ser uma aposta no âmbito da oferta e acesso a toda a população, destacando-se a continuidade das comemorações do aniversário do Concelho, quer na zona norte, quer na zona oriental do concelho. -----

Em dois mil e vinte e cinco, é apresentada a integração de mais um momento cultural local, que neste momento está perspectivado e que envolverá também toda a comunidade local, as Juntas de Freguesia, que será a organização das marchas populares de Loures.-----

A visão do município na área do desporto, tem sido muito clara. Construir uma comunidade mais ativa, mais saudável e mais feliz, com oferta de desporto para todos e a interiorização da atividade física como um hábito. Tem disto tido reflexo, o aumento, quer do número de atletas federados, quer o número de praticantes. Como disse o senhor Presidente, continuaremos a apostar e a alargar a rede de equipamentos desportivos e a qualificar o existente, com destaque para aquele que o senhor Presidente já referiu, que é o novo complexo desportivo municipal de Loures, entre outros. -----

O município, na área da juventude, assenta a sua estratégia para a missão de captar, fixar e desenvolver conhecimento, criando condições para uma juventude mais dinâmica, empreendedora, capaz de conceber o seu futuro, com confiança, autonomia, segurança e com a capacidade de intervenção e participação na comunidade.-----

Para este efeito, mantem e reforça a oferta das suas atividades, com destaque para o relançamento do GAJI, o Gabinete de Apoio à Juventude Itinerante, com o reforço do número de iniciativas e as áreas de intervenção, através do projeto “*Loures 360*”, junto da comunidade escolar. -----

No domínio da saúde, o município continuará a trabalhar em duas frentes. Por um lado, a melhorar as condições em que são prestados os cuidados de saúde, contribuindo para que os profissionais vejam a sua atividade desenvolvida, com mais qualidade e conforto e, por outro lado, facilitar o acesso das populações a estes mesmos cuidados de saúde.-----

Volvido um ano do exercício da descentralização de competências, estima-se que no ano de dois mil e vinte e cinco, sejam concretizadas, em grande número, as intervenções de manutenção nas unidades de saúde sinalizadas e com acesso ao financiamento de PRR, respondendo a situações de elevado estado de degradação, devido à ausência de obras e de manutenção, durante muitos anos em que esta responsabilidade estava na Administração Central. -----

Também a gestão da frota automóvel, utilizada pelas equipas para a prestação de cuidados de saúde, será mais eficiente, com a aquisição de mais viaturas. Será dada continuidade ao investimento programado, tal como o senhor

Presidente já aqui referiu, quer com a construção de três novas unidades de saúde, quer a “*ta*” requalificação nas sete unidades ao abrigo do PRR. -----  
Ainda no domínio da saúde, o trabalho municipal junto das Unidades Locais de Saúde, para a criação de condições de novas respostas de atendimento, na rede de cuidados de saúde primários. Esta, continuará a ser a nossa principal prioridade, nomeadamente, com a disponibilização de serviços de proximidade, como sejam o atendimento complementar e a intervenção das equipas de saúde mental. -----  
Outro dos projetos que estamos a preparar para implementar em dois mil e vinte e cinco, e que já está testado noutros territórios e que acreditamos que será uma mais valia, é a prescrição social, numa forma de colocar o utente a usufruir de recursos da comunidade, muitos deles municipais, para conquistar ganhos em saúde e, conseqüentemente, maior qualidade de vida.-----  
Em dois mil e vinte e cinco, teremos, também, concluído, um documento muito importante nesta área, que é a Estratégia Municipal de Saúde, que ajudará a traçar o caminho das políticas locais de saúde para os próximos anos. -----  
Na área do DIDS, o Departamento de Igualdade e Desenvolvimento Social, diria que, nesta área, o destaque vai, sem dúvida, para o apoio municipal ao desenvolvimento, a consolidação e reabilitação da rede de equipamentos sociais, no âmbito do PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, que irá refletir um aumento de oferta das respostas sociais, na área da infância, para pessoas com deficiência e para a população idosa. Assim, estão neste momento, em fase de construção, em diferentes níveis, doze equipamentos sociais, seis com financiamento de PRR e seis com financiamento PARES, distribuídos ao longo do nosso concelho, que permitirão a criação de novecentas e noventa novas vagas, quer creche, ERPI - Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas, centro de dia, centro de apoio domiciliário, lar residencial e ainda a constituição de cento e sessenta novos postos de trabalho.-----  
Isto resulta de um investimento global de vinte milhões e quatrocentos mil euros, dos quais o município se responsabilizou com vinte por cento, num total de quatro milhões de euros, refletindo-se, parte deste valor, no Orçamento de dois mil e vinte e cinco. -----  
A consolidação das respostas e uma ação social de proximidade, continuará a ser aposta do município, no combate às questões das desigualdades e exclusão social e a cobertura do território, com o trabalho das equipas de



acompanhamento e atendimento, permite alcançar uma intervenção mais rápida e eficaz junto das pessoas.-----

O município, cumprirá, ainda, os desígnios do Plano Municipal para a Integração de Migrantes, e tem prevista a elaboração do Plano Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência. -----

Uma nota no que respeita ao Movimento Associativo e ainda IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social, com o novo regulamento que aprovámos recentemente nos Órgãos, o “*Mais Loures*”. Está prevista uma dotação para o ano de dois mil e vinte e cinco, na ordem do milhão e meio de euros, prevendo assim, a possibilidade de responder aos eixos do desporto, da juventude, da cultura e recreio e o apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social. Por último, mas não menos importante, são os trabalhadores da Câmara Municipal e que são os nossos alicerces. Em dois mil e vinte e cinco, o município continuará a investir na sua segurança, saúde e bem-estar. A sua proteção e a promoção de um ambiente de qualidade no local e trabalho, mantém-se como área prioritária. No que respeita às remunerações, estão previstas as respetivas atualizações e foi considerado um valor, para fazer face às alterações remuneratórias obrigatórias e facultativas. -----

Em matéria de recursos humanos, há um incremento de sete, vírgula, dois milhões de euros, comparativamente ao ano anterior.-----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, fazendo uma breve apresentação das áreas que tenho, no que diz respeito ao Orçamento Municipal, dizer que, tal como foi o compromisso que tivemos desde o início do mandato, mantemos uma aposta efetiva e uma aposta resolutive, no que diz respeito às Áreas Urbanas de Génese Ilegal.-----

Temos como objetivo, lançar já para o próximo ano, as obras da UGT3 e da UGT 16 e continuar a dar todo o apoio necessário, para a regularização desses mesmos problemas. -----

Estamos, também, empenhados, no que diz respeito às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, não só naquelas que podem ser licenciadas, mas assume uma particular relevância, o trabalho que temos vindo a desenvolver no âmbito do protocolo de cooperação técnico-científico com o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para avaliação da gestão do risco do território afeto às AIRU's – Áreas Insuscetíveis de Reconversão Urbanística, já tendo sido iniciado o processo e os estudos, que vão permitir ao município, a avaliação e

a reabilitação em concreto, das condições de viabilidade para se manterem/legalizarem, as áreas insuscetíveis de reconversão urbanística. Sem estes estudos, os moradores nunca verão a situação das suas habitações resolvidas. -----

Este ano, já foi concluído o levantamento topográfico dos quatro bairros prioritários, que são o da Nossa Senhora da Nazaré, o Tentelhão, o Cabeço da Agueira, a Quinta do Belo, Manteigas, Sapateiras e, tal como falámos há pouco, a Nossa Senhora da Saúde. -----

Em dois mil e vinte e cinco, serão contratualizados com o LNEC, os respetivos planos de trabalho para a realização das sondagens nesses mesmos bairros. A resolução do Bairro das Costeiras, constitui um objetivo fundamental para o Município de Loures. Importa, por isso, salientar, que este primeiro passo dado pelo atual Executivo Municipal, foi um processo, sem dúvida, prioritário e extremamente importante. -----

Pretendemos, também, construir um território sustentável e amigo do ambiente, pelo que temos vindo a desenvolver uma estratégia ambiciosa, nos domínios da energia e sustentabilidade ambiental, assente em três eixos. Educar para a sustentabilidade. A educação é o alicerce de qualquer transformação duradoura, por isso apostamos na promoção da literacia ambiental, com iniciativas concretas e orientadas, envolvendo tanto a comunidade educativa, como a população em geral. -----

Vamos avançar com as campanhas estruturadas, em três eixos estratégicos: descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território. Além disso, daremos início a um grande projeto de ação de comunicação de sensibilização, ligado ao projeto piloto de indicadores de sustentabilidade ambiental, que culminará numa campanha dedicada às alterações climáticas. Este esforço, será possível com um investimento de cinquenta mil euros, apoiado pelo Fundo Ambiental e pelo Programa “*People and Planet*”. -----

No que diz respeito à monitorização dos indicadores de sustentabilidade ambiental, sabemos que é essencial para agir. Por isso, vamos implementar o projeto piloto de indicadores de sustentabilidade ambiental, com foco na economia circular e na ação climática, promovendo a recolha seletiva mais eficiente e inteligente, através da introdução de novos modelos de contentores subterrâneos, os “*molak*”, em seis urbanizações. Este projeto conta com um investimento de oitocentos mil euros anuais. Adicionalmente, asseguraremos o destino adequado de todos os resíduos municipais e continuaremos o combate

às deposições ilegais, com um investimento de mais de cento e cinquenta mil euros. -----

Daremos, também, ação à qualidade do ar, ruído e monitorização das massas de água, fortalecendo a ligação entre sustentabilidade ambiental e qualidade de vida. -----

No que diz respeito à eficiência energética, esta é uma prioridade estratégica. Vamos implementar um projeto de eficiência energética, na iluminação pública, uma parceria inovadora que não representa um impacto direto no Orçamento Municipal, mas que poderá trazer benefícios significativos a longo prazo, com um investimento privado acima dos doze milhões de euros. -----

Numa outra área, confiando na capacidade e competência das nossas Juntas e Uniões de Freguesia, garantir respostas mais céleres e eficientes às necessidades e anseios das populações, bem como em contribuir para a qualificação e valorização dos territórios, a Câmara Municipal pretende aprofundar e desenvolver a cooperação com as Freguesias, dando assim continuidade à trajetória crescente iniciada já em dois mil e vinte e um, na relação entre a Câmara Municipal, Juntas e Uniões de Freguesia, fazendo uma avaliação direta daquilo que foi o auto de competências assinado para as competências próprias, fruto dessa avaliação, ver se existe a possibilidade de dotar as Juntas de Freguesia de mais competências, porque consideramos que a resolução dos problemas em proximidade, é muito mais eficaz. -----

Nas tecnologias de informação e comunicações, tem vindo a ser assumida uma importância crescente e uma evolução constante, na sociedade e nas organizações. -----

Esta Câmara pretende acompanhar este fenómeno, reforçando e modernizando, como tem sido obvio naquilo que fazemos e provamos em Reunião de Câmara, os sistemas e equipamentos informáticos, para as comunidades, de modo a ajustá-los às necessidades e exigências, por forma a que a autarquia possa elevar os seus padrões de segurança, fiabilidade e qualidade. -----

-----  
A VEREADORA, SR<sup>a</sup> PAULA MAGALHÃES: Senhor Presidente, no que diz respeito ao Departamento de Logística, Transportes e Oficinas, este Orçamento dá continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores, alinhando-se com o compromisso deste Executivo, em melhorar os serviços prestados à nossa população. -----

Trata-se de um Orçamento de continuidade, que reflete a prioridade na renovação da frota de viaturas e de equipamentos municipais. Está, também, prevista, a aquisição de novos equipamentos, que permitam um desempenho mais eficaz e abrangente, atendendo às necessidades identificadas pela população e às exigências do trabalho diário, sempre em cooperação com todos os outros departamentos.-----

Não menos importante, este Orçamento, reconhece e enfrenta os desafios que resultam do desgaste natural e do elevado uso das viaturas e equipamentos, o envelhecimento da frota e o aumento das necessidades de manutenção. Por isso, é urgente a modernização do parque de viaturas municipal, abrangendo, tanto veículos ligeiros e pesados, como maquinaria essencial às operações. -- Gostaria, ainda, de destacar, o excelente trabalho e dedicação dos profissionais do quadro de pessoal, que, mesmo com uma equipa reduzida, têm assegurado com grande competência, a manutenção de uma frota tão extensa e diversificada. O empenho destes trabalhadores, é uma demonstração de compromisso, em servir a comunidade de forma eficiente. Com este Orçamento, reforçamos a continuidade de uma gestão focada, sustentável e atenta às necessidades locais. -----

No que diz respeito ao Serviço da Polícia Municipal, o Orçamento apresentado para este serviço, reflete, igualmente, um projeto de continuidade do trabalho realizado nos últimos anos, mantendo o foco no reforço da segurança, eficiência e proximidade, junto da população.-----

Trata-se de um Orçamento de continuidade, que inclui um aumento de recursos humanos, de dez novos elementos, para fortalecer as equipas e melhorar a capacidade de resposta da Polícia Municipal. Este aumento de efetivo, será acompanhado pela aquisição de equipamentos essenciais, como, por exemplo, coletes balísticos, reforçando a segurança dos nossos agentes, condição indispensável para que possam desempenhar as suas funções de forma relevante e eficaz.-----

Além disso, este plano, reforça o investimento na formação de todos os agentes, assegurando que estejam devidamente preparados, para que possam responder às exigências do serviço, com competência, profissionalismo e uma atenção cada vez maior, às necessidades da população. -----

No sentido de ampliar a abrangência do serviço prestado à comunidade, este Orçamento, prevê, também, um reforço de frota, garantindo maior mobilidade e presença ativa das equipas junto dos munícipes. -----

Este investimento, traduz o compromisso deste Executivo, em assegurar uma Polícia Municipal, cada vez mais capacitada, próxima e atuante. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Presidente, quanto às áreas que eu tutelo, dizer que quanto ao Departamento do Ambiente e no que diz respeito às linhas de água, vamos dar continuidade à requalificação de novas áreas, aumentando o investimento na manutenção dos troços anteriormente intervencionados, nomeadamente, os concretizados em dois mil e vinte e três, com o financiamento do POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, do controle sustentável da Ribeira da Póvoa e do Rio de Loures. Em dois mil e vinte e quatro, nas linhas afluentes a este, tal e qual como de acordo com o PERLA, o Plano Estratégico e Reabilitação de Linhas de Água do Município de Loures. -----

Iniciamos o estudo sobre as ribeiras na zona oriental, nomeadamente, a ribeira da Apelação, Camarate, Unhos e Apelação e as ribeiras da vertente virada ao Tejo, em Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela. Este cofinanciamento, aprovado pelo "*Lisboa 2030*". -----

Vamos também iniciar a intervenção da limpeza das margens do leito da ribeira do Prior Velho e prevê-se que sejam feitas intervenções de melhoria do escoamento hídrico, incluindo o desassoreamento e a manutenção da vegetação, instalação das galerias ripícolas, como estratégia de prevenção, fenómeno de cheias, salvaguardado a proteção de pessoas e bens, apontando na fluência das populações associadas à valorização e proteção do património natural e paisagístico, como já efetuado na várzea de Loures, sendo que o total do investimento para estas áreas, de dois milhões, cento e setenta e seis mil euros. Irá dar-se, também, continuidade, no trabalho de intervenção em outras ribeiras.-----

No que diz respeito à gestão cemiterial, vamos dar continuidade à manutenção cemiterial, prevendo-se a recuperação do edificado e, em relação à recuperação do edificado, dar nota da recuperação da capela do cemitério de Loures. Vamos, também, fazer a manutenção dos equipamentos fundamentais à atividade, nomeadamente, dos fornos, à recuperação das áreas exteriores, nomeadamente, a repavimentação dos arruamentos do cemitério de Loures e de Camarate e vamos também fazer uma intervenção na zona de deposição de cinzas, no Roseiral, no crematório de Camarate, tratando este espaço com

a dignidade que ele merece, num total de investimento de trezentos e vinte e três mil e quinhentos euros. -----

No que diz respeito à defesa da floresta e à prevenção de incêndios, vamos intensificar a questão da limpeza dos caminhos rurais, relativamente a anos anteriores e temos aqui um total de investimento, de cerca de oitenta e dois mil euros, para esta requalificação de caminhos rurais. -----

No que diz respeito à requalificação e melhoramento dos parques verdes, como o senhor Presidente já referiu, vamos fazer um investimento significativo na melhoria dos parques existentes, nomeadamente, no Parque Urbano do Infantado, no PUSIA – Parque Urbano de Santa Iria da Azóia, no Parque Adão Barata e no Parque Municipal de Cabeço de Montachique, não só através da sua manutenção regular, mas, sobretudo, na substituição de equipamentos obsoletos, dos pavimentos degradados e das estruturas que carecem de recuperação e reabilitação, destacando aqui o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, com a colocação e intervenção do edifício que servirá como camarata para sessenta utentes, que dará resposta, como já foi dito anteriormente, ao desporto, juventude, entre outras áreas. -----

Temos, também, uma sala multiusos, um bar de apoio ao parque, com um total de investimento nestas áreas, de cerca de três milhões de euros. Dar destaque aqui, também, que, além deste investimento que vamos aqui fazer, acresce, também, a manutenção do Parque das Sete Casas e a encosta de Santo António dos Cavaleiros, no valor de um milhão, quatrocentos e cinquenta mil euros. -----

No que diz respeito à eficiência hídrica, é outro aspeto que merece investimento e se operacionaliza, nomeadamente, na recuperação de abastecimento dos furos e captações, no caso dos espaços verdes, como já fizemos também no ano transato, na continuidade da reconversão dos espaços, mas adaptados a baixas exigências hídricas e na instalação de tecnologia e gestão eficiente nas hortas municipais. -----

Dá-se, também, continuidade, ao programa de conservação da natureza e biodiversidade, baseado na riqueza biológica dos parques e estação da biodiversidade, e aqui vou destacar aquilo que diz respeito ao Paul das Caniceiras, uma área protegida de interesse local, onde prevemos instalar já no decorrer do próximo ano, um observatório de avifauna e criar acessos e sinalética. -----

No que diz respeito a outra das áreas que tutelou, a Divisão de Economia e Inovação, dizer que vamos continuar a fazer um forte investimento na captação de novo investimento para o concelho, sempre em colaboração e com esta via verde que temos com o urbanismo. Vamos dar apoio ao comércio e serviços, como já foi feito anteriormente. Até ao momento, já visitamos mais de quinhentos estabelecimentos e vamos intensificar essas visitas, de modo a criar uma base de dados consolidada no nosso concelho, que possa dar resposta a quem a procura. -----

No setor primário, vamos dar continuidade ao reforço e à proximidade aos agricultores e aos empresários do setor primário existentes no concelho, garantindo o acesso, através de protocolos já celebrados, com um conjunto de informação que permitirá a capacitação dos mesmos.-----

Em relação à responsabilidade social e empresarial, que foi aprovado aqui na Reunião de Câmara, dizer que, neste momento, já temos quinze empresas que aderiram a esta responsabilidade social, cujo objetivo é criar e ganhar escala, para criar projetos que possam dignificar e valorizar o nosso território.-----

Depois, temos o “*Loures Innovation HUB*”, que, finalmente, está em condições de estar de portas abertas e de assegurar um conjunto de atividades, que permitirão que os novos empresários existentes no concelho e fora dele, participem nas temáticas, financeira, marketing comercial, propriedade industrial, além de apoiar, também, naquilo que diz respeito às literacias, para que estas empresas possam ter sucesso e serem valorizadas no mercado empresarial.-----

Pretende-se, também, que o “*Loures Innovation HUB*”, seja uma incubadora de referência e de inovação, não só no concelho, mas também a nível nacional, e não mais uma incubadora. Com as parcerias e os protocolos que temos, nomeadamente, com o IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., a ANI – Agência Nacional de Inovação, a AIP – Associação Industrial Portuguesa, a CONFAGRI – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal e da CCIP – Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, pretendemos cada vez mais, com este protocolos, valorizar as respetivas empresas e empresários no nosso concelho e fazendo ações e eventos com os parceiros.-----

De destacar que, para o próximo ano, iremos continuar a valorizar os eventos que temos, fazendo com que os mesmos ganhem escala e não, mais que uns

eventos, tendo plena consciência, que esta Divisão não é para fazer eventos, mas sim para valorizar os empresários e as empresas, no nosso território.-----

-----  
O VEREADOR, SR. VASCO TOUGUINHA: Senhor Presidente, começava por agradecer a todos os funcionários e dirigentes desta Câmara Municipal, mas, em especial, aos das áreas que tutelo, por terem implementado os diferentes Orçamentos e agora, em particular, este para dois mil e vinte e cinco, assim como pelo bom serviço, na implementação das decisões tomadas em conjunto. A nível de atuação global e que se reflete, uma vez mais, neste Orçamento para dois mil e vinte e cinco, das áreas que tutelo, digamos que, tanto eu, enquanto vereador, como os restantes dirigentes, temos a responsabilidade e o sentido da boa gestão dos dinheiros públicos e na melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade. -----

E isto reflete-se em manter as atividades que fazem sentido, mas também ter a coragem de decidir e terminar com algumas que fazem menos sentido. E isto tem-se refletido, nomeadamente, na Divisão de Turismo, pois esta Divisão não se deve de confundir com uma Divisão de festas, mas sim, com uma Divisão que tem a sua missão, que é promover e divulgar o território do nosso concelho. Portanto, reforçámos atividades que faziam sentido para esta missão, e terminamos outras que não faziam. Nesta lógica, melhorámos o Festival do Caracol Saloio, amplamente conhecido, aliás, há uma melhoria contínua, e todos os Orçamentos refletem essa mesma melhoria.-----

Também já realizámos dois congressos mundiais de Enoturismo e iremos, no próximo ano, realizar o terceiro, sendo que este será realizado, exclusivamente, no território de Loures e temos promovido a região demarcada de Bucelas.----

Também em dois mil e vinte e cinco, teremos o vigésimo quinto aniversário da Associação de Carnaval de Loures, que também contará com um incremento bastante significativo no Orçamento. -----

No âmbito do bem-estar animal, temos melhorado, também, a nossa presença e cooperação, com diferentes entidades, sejam elas forças de segurança, com a realização, inclusivamente, de formação para a GNR, PSP, Polícia Municipal e outras entidades parceiras, para que também eles estejam dotados de conhecimento, para que possam atuar sem terem que estar sempre a ligar para a nossa Divisão, e sejam também eles agentes parceiros de cooperação, aqui na relação com o bem-estar animal. -----



Temos, também, realizado parcerias com outras entidades, nomeadamente, com dois centros comerciais do nosso concelho, o Loureshopping e o Centro Comercial da Portela, para a realização de atividades e ações de sensibilização para a adoção e para o não abandono dos animais. -----

Dizer, também, que estamos empenhados na conclusão do projeto e construção do novo CRO - Centro de Recolha Oficial Animal, que também será, não só um espaço melhor para os nossos funcionários, que certamente será, mas também permitirá dar mais respostas para os nossos munícipes e para os animais. -----

No que diz respeito à Divisão de Património Cultural e Bibliotecas, também não posso deixar de referir a contínua aposta no alargamento do horário das bibliotecas, para efeitos de estudo em período de exames, o que se tornou um sucesso. Todos os anos temos mantido e em dois mil e vinte e cinco, será o mesmo.-----

Também em dois mil vinte e cinco, conseguiremos mudar por completo, os horários das duas bibliotecas municipais. Ou seja, passarão a ter um horário mais alargado, permitindo que os munícipes tenham mais possibilidade de se deslocarem às nossas bibliotecas. E isto é dar o equipamento à população. ---

Dizer, igualmente, que, em parceria com a AML – Área Metropolitana de Lisboa, a questão do “cowork” revelou-se um sucesso, uma vez que tem vindo a trazer novos públicos à Biblioteca Municipal José Saramago e que em dois mil e vinte e cinco, iremos manter a dinamização do mesmo.-----

Igualmente em dois mil e vinte e cinco, iremos realizar, também em parceria com o Centro Comercial da Portela, um festival literário, com uma empresa contratada a The Book Company – Serviços de Organização, Produção e Promoção de Eventos, que escusa de ser apresentada, tal é a relevância que tem no mundo dos festivais literários do nosso país.-----

Também em dois mil e vinte e cinco, queremos implementar, espero que consigamos, o roteiro literário do “*Constantino, Guardador de Vacas e Sonhos*” no Freixial, em Bucelas, que penso que será mais uma rota literária, que já temos e queremos manter, de José Saramago, e tentaremos implementá-la no concelho para visitaçãõ. -----

Quanto aos museus, temos renovado as exposições temporárias. Também consta para dois mil e vinte e cinco, exatamente, a mesma aposta. Criamos a revista “*Jano*” e iremos manter, para que, a mesma, possa divulgar o bom

trabalho que é feito dentro da rede de museus e que chegue a um público mais alargado. -----

Também bastante importante para dois mil e vinte e cinco, será a renovação da capela Espírito Santo, no Conventinho, uma importante obra que esperamos que esteja concluída no próximo ano, que trará, certamente, mais visitantes a este nosso património municipal. -----

Em suma, esta tem sido a nossa postura. Ou seja, manter o que se tem que manter, otimizar aquilo que já temos e melhorar os serviços ao público e as atividades realizadas. O ano dois mil e vinte e cinco, certamente, não será diferente.-----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, quero agradecer as apresentações que foram feitas por todos os elementos deste Executivo que têm responsabilidades e pelouros, até porque foram importantes para percebermos algumas questões que, ou não estavam claras, ou não estão contempladas neste Orçamento, estranhamente. -----

Podia ser uma falha nossa de perceção ou de estudo, mas após estas apresentações, relativamente a este último Orçamento deste mandato, porque, para o ano, o próximo Orçamento já será da responsabilidade do novo Executivo que vier a sair das eleições autárquicas de dois mil e vinte e cinco, fica já claro, que não será possível, ao Partido Socialista e ao Partido Social Democrata, como aliás dissemos ao longo destes anos, fazerem tudo aquilo que andaram a prometer a toda a gente. -----

Muita coisa ficará por fazer, e o que é mais grave, é que olhando para este Orçamento, nós vemos que dos cento e quarenta e nove milhões de euros de investimento que estão aqui previstos, apenas pouco mais de dez milhões, são de fundos próprios desta Câmara Municipal. Tudo o resto é de empréstimos contraídos até quase ao limite do endividamento desta Câmara. São verbas do PRR que estão previstas vir a entrar no próximo ano e mais alguns fundos comunitários e alguns fundos nacionais.-----

É evidente que esta situação não é replicável, porque não vai haver fundos do PRR, a seguir a dois mil e vinte e seis. Não vai haver a possibilidade de contrair mais empréstimos, nem de perto, com a dimensão que foi feita neste mandato. E acontece que o próprio serviço da dívida dos próximos anos, vai disparar. Já em dois mil e vinte e cinco, aquilo que está previsto neste Orçamento, é que

ele seja de oito milhões de euros e vai aumentar, ainda mais, nos próximos anos. -----

Isto quer dizer, que esta Câmara Municipal, além de, infelizmente, ter perdido aqui uma oportunidade de ouro para transformar muitas das respostas do nosso concelho, para a população de Loures e também para a população que aqui trabalha e estuda, ou que nos visita, além de ter perdido essa oportunidade de ouro em muitas matérias, está, também, a impedir, que nos próximos anos, alguns dos investimentos estruturantes possam vir a ser feitos. E esta é a nossa principal preocupação com este Orçamento que está aqui a ser hoje apresentado. -----

Vale a pena referir, que muitas das obras que aconteceram neste mandato, ou que ainda vão acontecer neste mandato, são, evidentemente, obras que, ou foram adjudicadas, ou foram lançadas pela CDU, ou tinham projetos terminados ou próximos de estarem terminados, também pela CDU. -----

Existem muitos exemplos desses que podemos aqui dar. E até existem muitos exemplos de projetos que estão ainda agora no Orçamento para dois mil e vinte e cinco, ainda nem sequer estão concretizados, mas que são projetos que foram inviabilizados aqui nesta Câmara Municipal, pelo PS e pelo PSD no ano de dois mil e vinte. Há cinco anos atrás. Aliás, esses projetos ainda cá andam. Os senhores estão cá há três anos, e além de terem impedido que esses projetos avançassem em dois mil e vinte, estamos em dois mil e vinte e quatro, quase em dois mil e vinte e cinco, e ainda não resolveram aquilo que impediram de resolver há cinco anos atrás. E vamos ver o que é que vão resolver. -----

E, evidentemente, não podemos deixar de referir aqui, algumas dessas promessas que foram feitas à população e que não estão neste último Orçamento desta maioria PS/PSD. Portanto, não estando neste Orçamento, não serão concretizadas neste mandato, como foi assumido, não só em programas eleitorais, mas também junto das pessoas. -----

E podemos referir, a título de exemplo, o fim das portagens da CREL e da A8, para a zona norte. O Centro Cultural de Loures. Promessas do Partido Socialista. Não estamos a falar do programa da CDU. Estamos a falar das promessas do Partido Socialista. O LIOS à Portela e a Sacavém. Não esquecendo quando o PS exigia que fosse até Santa Iria da Azóia. A construção do novo parque de estacionamento em Moscavide. A reabilitação do edifício 4 de Outubro. A criação do Centro de Artes. O cheque fitness para os jovens entre os dezoito e os trinta anos. O programa de Habitação Jovem.

A criação de numa bolsa de habitações com renda acessível para a classe média. A regeneração dos bairros municipais e dos seus espaços públicos. A reabilitação dos centros históricos. A revitalização de mercados municipais, em particular, em Loures e em Moscavide. Estes são apenas alguns dos exemplos. Mas poderíamos continuar a dar exemplos daquilo que prometeram e não vão cumprir.-----

Portanto, aquilo que, evidentemente, tiramos desta proposta que nos é hoje apresentada, é que mesmo reunindo condições excecionais, e quando falamos de condições excecionais, falamos de centenas de milhões de euros que continuam disponíveis, mas que agora já dificilmente poderão ser aproveitados por esta maioria, para projetos que, infelizmente, ficaram pelo caminho, ou que se atrasaram, impedido que as verbas do PRR pudessem ser aproveitadas na sua plenitude. Portanto, para além de, de facto, terem perdido uma oportunidade única, ainda fazem com que o futuro do município, esteja comprometido. -----

E isto foi aquilo que nós fomos avisando ao longo de todo este mandato. Da parte da maioria, foi sempre sendo dito que, até ao final do mandato, iriam cumprir as suas promessas. No entanto, chegados aqui, evidentemente, já percebemos que as promessas não passaram disso mesmo. Serviram, apenas, para enganar a população. Serviram, apenas, para conseguir os votos necessários para ganharem as eleições, mas não é para isso que devem servir os partidos políticos. Os partidos políticos devem servir para falar verdade às pessoas e para cumprir aquilo com que se comprometem com as pessoas. Mas não é isso que está aqui presente. Não é isso que o PS e o PSD nos apresentam e, por isso, evidentemente, nós não iremos acompanhar este Orçamento para o próximo ano de dois mil e vinte e cinco. -----

-----  
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, previamente a algumas questões que irei colocar sobre matérias concretas, não posso deixar de fazer um comentário à intervenção do senhor Presidente, porque, de alguma forma, fiquei perplexo, só coincidente, deixe-me dizer-lhe, com uma parábola da natureza, que fala do cuco que faz o ninho em casa alheia. E eu, ao ouvi-lo falar, só me lembrava do cuco. Porque ter o deslante e a calma, de vir aqui falar de alguns projetos, que os senhores votaram contra, e anunciá-los como se fosse obra vossa, com uma calma e uma desfaçatez tão apaziguadora, só me faz lembrar do cuco, que, efetivamente, faz o seu ninho na casa dos outros.

E dou-lhe o exemplo de algumas coisas que disse, como é o caso das camaratas do Parque Municipal de Cabeço de Montachique. Um projeto que já estava pronto muito antes de este Executivo tomar posse. Portanto, vir aqui anunciar, que ainda bem que se vão construir as camaratas do Parque Municipal do Cabeço de Montachique, depois de os senhores terem votado contra este projeto, de facto, faz-me lembrar o cuco. Aliás, só vão fazer uma parte dele. Mais, sendo que vamos para dois mil e vinte e cinco, ou seja, passados mais de quatro anos, sobre a altura da votação contra, vir aqui anunciar, com grande à vontade e com grande valia, que, finalmente, vamos ter camaratas no Parque Municipal do Cabeço de Montachique, sendo que só agora é que vão começar a concretizar uma parte, depois de os senhores terem votado contra a obra que ia permitir fazer as camaratas e muito mais, é, realmente, só comparável com o cuco. -----

Depois, outras questões que nos saltam à vista, e que nos fazem ver um novo presidente, que está completamente mudado, é falar da saída da A1 em São João da Talha. Quando em novembro, logo após ter ganho as eleições, disse que ia resolver tudo, que ia concretizar com grande facilidade esse projeto, pasme-se, que passados três anos, ainda estamos à espera do parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Portanto, esta é uma grande mudança das propostas e da forma de estar do senhor Presidente, em que a realidade o consegue atrasar nas veementes propostas que fez e da grande concretização como era a saída da A1. -----

Depois, também o ouvi falar da rotunda de Santa Iria, um projeto previsto e uma obrigação já prevista, no âmbito de um licenciamento - nem foi obra da Câmara -, foi uma exigência do anterior Executivo, que em dois mil e vinte e um, essa entidade construiu, efetivamente, na zona de Santa Iria, essa rotunda. Pasmese, mais uma vez, o senhor Presidente, vem dizer que em dois mil e vinte três, três anos depois, está-se a construir essa rotunda. -----

De facto, para quem dizia, junto dos organismos estatais, que iria com grande velocidade, concretizar obras, realmente, três anos depois, uma obra que já estava prevista e consignada nas obrigações desse promotor, finalmente, vai conseguir avançar com ela e realçar como se fosse uma grande obra sua. Isto, realmente, é mesmo de cuco. Permita-me esta comparação com a natureza. - Muitas outras coisas poderia dizer, como a VUI – Via Urbana Interior, em Loures, já em construção e outras tantas obras que os senhores votaram contra. Portanto, ouvi-lo aqui hoje, com esta calma, falar das obras que estão

em curso e que estão previstas, depois de ter votado contra, os empréstimos para as mesmas, é, realmente, um grande topete da parte do senhor Presidente. -----

Senhor Presidente, depois, em relação a este Orçamento, outras coisas relativamente às quais gostaria de ter resposta, têm a ver com a área do urbanismo, designadamente, com uma rubrica relativamente pequena, são cinquenta e seis mil euros. Quais são os estudos de ordenamento que estão previstos para este serviço, considerando a escassa relevância do valor, face a outros anos. Portanto, quais são os estudos de ordenamento que o Executivo em funções pretende fazer.-----

Também no âmbito da reabilitação urbana, e não estou a falar das vias em curso ou das vias previstas, como a nacional dez, que, apesar de o senhor Presidente ter vindo aqui hoje dar nota como grande projeto, vá-se lá saber para quando será a sua requalificação, mas do ponto de vista da reabilitação urbana, como centros históricos e a continuação da reabilitação de centros urbanos do nosso concelho, nomeadamente Loures, Bucelas, Moscavide, Prior Velho e Sacavém, o que é que está previsto para estas zonas do nosso concelho, porque no âmbito da reabilitação urbana, pouco ou nada vi neste Orçamento.-----

Depois, sobre o plano de ciclovias, gostava de saber o que é que está previsto. Porque as únicas que consegui encontrar neste Orçamento, são as que estão previstas nas novas vias que estão em construção. Mas não é disso que eu estou a falar. Do que eu estou a falar, é num plano de mobilidade suave, um plano de ciclovias, que estava previsto instalar e que desapareceu do Orçamento.-----

Mas ainda sobre a mobilidade, gostava de ouvir o senhor Presidente, que hoje anunciou aqui que o projeto LIOS foi transformado num BRT – Bus Rapid Transit, e considerando que estava em curso um protocolo assinado e pago com o metropolitano, para fazer “*estender*” o projeto do metro ligeiro de superfície para Sacavém, que projeto é este de BRT, se é o metropolitano que está a pagar este projeto, ou se foi uma mudança de estratégia deste município e porquê.-----

E já agora, senhor Presidente, e face a esta novidade, há algo que me causa algum espanto. O nosso concelho tem transporte pesado, a linha da Azambuja que precisava efetivamente, de ser requalificada, para ter uma resposta concreta para a nossa população. Temos metro convencional até Moscavide.

Vamos ter metro ligeiro de superfície, que se pretendia articular com a zona oriental e prolongamento para a zona norte do concelho, que vai ter um impacto no nosso município, e recorde-se que o metro ligeiro de superfície, era para ter uma lógica de continuidade por todo o concelho, nomeadamente, uma ligação a Sacavém, vem agora o senhor Presidente anunciar o BRT. Portanto, efetivamente, o que eu gostava de saber, é qual é o fundamento técnico, para que o BRT seja agora uma opção, em que fase é que isto está e qual é a articulação, primeiro, com os concelhos limítrofes e depois, com a área Metropolitana de Lisboa. -----

Depois, senhor Presidente, relativamente a obras coercivas, nada vi. Há, apenas, uns valores simbólicos neste Orçamento. Sobre o Infantado, recordo aqui que o senhor Vereador Nuno Dias, no final do ano passado, anunciou que até ao final do primeiro trimestre de dois mil e vinte e quatro, o acordo com o urbanizador do Infantado estaria pronto. Estamos no final de dois mil e vinte e quatro e gostava de saber qual é o ponto de situação desta obra coerciva, que tanto importa, nomeadamente, na rede de abastecimento de água ao Infantado. Sobre as AUGI'S - Áreas Urbanas de Génese Ilegal, temos ouvido algumas mentiras, nomeadamente, no aniversário do concelho, o senhor Presidente, no seu discurso, teve a oportunidade de dizer, que até agora, já tinha emitido mais alvarás do que nos dois mandatos da CDU. Portanto, eu já aqui pedi e reitero esse pedido, que nos faça chegar essas contas. Porque, senhor Presidente, sabe que as mentiras ditas muitas vezes, ficam mal. Aliás, como Presidente da Câmara, fica-lhe mal. -----

Portanto, reitero esse pedido, de que nos disponibilizem o número de alvarás emitidos para as AUGI'S, quer no mandato da CDU, quer no atual mandato. -- Depois, relativamente à área do ambiente, dizer que ouvi com atenção o senhor Vereador Nelson Batista, especificamente, sobre a reabilitação das linhas de água, trabalho que é caro à CDU, mas parece que o que o senhor vereador diz, não tem muita adesão à realidade do Orçamento. E é isso que eu queria saber. Fala na continuidade da reabilitação do trabalho que foi feito no POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, das linhas da Póvoa e de Loures, mas o que eu vejo previsto em Orçamento, é uma verba que é relevante, de cerca de um milhão de euros, para a valorização das ribeiras da zona oriental. Queria saber, especificamente, a que é que se refere este milhão de euros. Falou de um programa específico, gostava de saber mais detalhes sobre o mesmo. No entanto, para a zona norte do Concelho, só

encontro mil euros como valores definidos. Tem lá mais uma verba de cento e quarenta e nove mil euros a definir, por isso gostava de saber, com que verbas é que pretende, efetivamente, dar continuidade ao trabalho que se conseguiu, face à verba que tinha sido garantida de seis milhões de euros, para a reabilitação das linhas de água do POSEUR. -----

Ou seja, concretamente, queria saber, quais são as verbas que estão previstas e definidas para a reabilitação das linhas de água da zona norte de Loures, nomeadamente, na várzea de Loures. -----

Depois, falou também da reabilitação da ribeira da Apelação, nomeadamente, das suas galerias ripícolas. Senhor Vereador Nelson Batista, eu já aqui tive a oportunidade de dizer várias vezes, que era muito importante que se utilizasse, com reformulação ou não do projeto que aqui tinha sido deixado sobre a Via T7, o dinheiro que estava garantido, para que os esgotos de Camarate deixem de correr para a ribeira da Apelação. Antes de reabilitar as galerias ripícolas dessa ribeira, que se conseguisse canalizar, efetivamente, todo o esgoto de Camarate, que corre para a ribeira da Apelação. -----

Também gostaria de saber, quais são as verbas que estão previstas para esta obra e se a grande dificuldade que os SIMAR identificavam para conseguir a regularização daquele esgoto que corre para a ribeira da Apelação, está ultrapassada e quando é que vai ser feita, se já tiveram a oportunidade de visitar o projeto e de o rever e se os SIMAR já conseguiram reformular o projeto, tendo em conta que já passaram três anos e todo o esgoto de Camarate, continua a correr para a ribeira da Apelação. -----

Portanto, vejo que há uma rubrica para a Via T7, saber se é para esta obra que ela está prevista, se sim, quando e em que termos isso vai acontecer, e se passados três anos, os esgotos vão deixar de correr. Portanto, se antes de reabilitar as galerias ripícolas da ribeira da Apelação, vão fazer com que o esgoto proveniente de Camarate, que corre para essa ribeira, deixe de correr, porque o projeto estava pronto, a verba e a participação da APA, já estavam previstas em protocolo, portanto, saber quando é que vão fazer esta importante regularização daquela ribeira. -----

-----  
O VEREADOR, SR. VITOR CACITO: Senhor Presidente, nós, Chega, depois de tomarmos conhecimento deste Orçamento, aprez-nos fazer alguns reparos e manifestar algumas preocupações, nomeadamente, a abertura do Centro de Saúde do Catujal, que tarda em estar disponível à população. -----



A excessiva carga de pessoal na Câmara Municipal. O excessivo endividamento da Câmara. O estado geral das estradas no concelho de Loures. As excessivas derrapagens do metro e do seu início. Preocupam-nos, também, os serviços prestados no hospital Beatriz Ângelo. A construção do complexo desportivo do Município de Loures e os constrangimentos que traz ao Grupo Sportivo de Loures. A aprovação dos processos das AUGI'S e a segurança de proximidade e nas escolas, entre tantas outras coisas que eu podia aqui enumerar.-----

-----  
A VEREADORA, SR<sup>a</sup> FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, tenho um conjunto de questões que se relacionam sobretudo com a área cultural. Assim, perguntava à senhora Vice-Presidente, uma vez que tem o pelouro da cultura, em relação ao projeto "*Música em Si Maior*" e "*Música em Si Menor*", um projeto emblemático do Concelho de Loures, na programação regular da música dita erudita, que consegue trazer ao nosso concelho uma programação regular nesta área e para vários tipos de público. Nós notámos um decréscimo significativo nas verbas previstas para dois mil e vinte e cinco e a questão que nós colocamos é se este projeto é ou não para ter continuidade e o porquê do decréscimo destas verbas. -----

Outra questão diz respeito ao concurso "*Composição*". Já tivemos a primeira edição, estava para ser editado um "*CD*", não tivemos nota se terá sido editado ou não, mas como este concurso era suposto ser bienal, deveria ter sido lançada a segunda edição este ano. Como até à data não temos nota de ter sido lançado, mas tem verbas significativas em dois mil e vinte e seis, pressupomos que haverá uma interrupção, portanto este ano e no próximo não será lançado o concurso, que seria em dois mil e vinte e seis. Portanto, gostaríamos de saber, se esta nossa assunção está correta, ou se é uma má interpretação dos dados. -----

Depois, outra questão tem a ver com a "*Academia de Ofícios*", nomeadamente, qual é a ideia que este Executivo Municipal tem para este projeto. -----

Quanto à "*Festa do Associativismo*", que tem uma verba muito residual contemplada, saber se é para continuar ou não. -----

Depois, há aqui no Orçamento uma verba que nos intrigou, que é para o "*Sunset de Moscavide*". Sendo que esta é uma iniciativa emblemática da Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, gostaria de saber qual é o motivo de a mesma passar para a Câmara Municipal. Qual o motivo, porque é que agora

surge no Orçamento Municipal, se foi um pedido da Junta e, se houve correspondência trocada com a Junta de Freguesia sobre algum pedido nesse sentido, gostávamos de tomar conhecimento dela.-----  
Depois, também nos intrigou uma rúbrica para um encontro Motard em Loures e, por isso, ficámos um pouco curiosos, como é que esta verba aparece aqui no Orçamento Municipal. Saber se existe algum motivo ou algum pedido das Associações Motards do Concelho e por que motivo aqui aparece. -----  
A mesma coisa, para um dos novos eventos que aqui aparece, que, aliás, a senhora Vice-Presidente já referiu, que são as Marchas Populares. Mas também aparece um festival de fado e um festival multicultural. Qual é a ideia subjacente a estas propostas de novas atividades?-----  
Para terminar, gostaríamos de saber qual é o ponto de situação do “*Plano Nacional das Artes*”. Nós aprovámos aqui neste Órgão o protocolo com outras entidades, nomeadamente o Poder Central, portanto gostaríamos de perceber exatamente, porque não é fácil perceber no Orçamento, o que é que se prevê para o próximo ano e qual é o ponto de situação deste Plano.-----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, antes de responder a algumas das questões que foram colocadas, dar nota do seguinte: Eu, de facto, fico perplexo, porque, e utilizando a palavra que o senhor Vereador Tiago Matias disse, é preciso haver mesmo topete, da parte de quem esteve cá oito anos a governar esta Câmara, que foi a CDU, vir agora exigir que nós, em três, tivéssemos feito aquilo que eles não conseguiram fazer em oito. De facto, é preciso haver mesmo muito topete, relativamente a esta matéria. -----  
Ouvir falar aqui de mentiras, que foi o que a CDU usou durante oito anos à população, não fica bem a um partido político como a CDU. Durante oito anos, andaram a alimentar a população do Concelho de Loures, com projetos, com desenhos, com bonecos, como aqui se viu. Foi aquilo que a CDU apresentou durante oito anos à população do Concelho de Loures.-----  
Portanto, vir agora esta mesma CDU, os mesmos protagonistas, as mesmas pessoas que lá estiveram, as que enganaram a população durante oito anos, e a população respondeu da forma como respondeu, há três anos atrás, nos resultados eleitorais, virem aqui hoje, com um exercício, e reconheço o esforço que os senhores vereadores fizeram para contradizer e debater este Orçamento para dois mil e vinte e cinco, reconheço esse esforço nos senhores vereadores, o que lhes posso dizer é que é preciso haver mesmo muito topete.

Nós, em três anos, conseguimos fazer mais, e vamos fazer neste mandato, aliás, quem avalia é a população do concelho de Loures. E nós estaremos cá, em outubro do próximo ano, para fazer essa avaliação, daquilo que a população entendeu como desempenho do atual Executivo da Câmara Municipal Loures. Porque do último, a população já fez a avaliação, recusando o comunismo no nosso concelho. Recusou a visão comunista no nosso concelho. Aquela visão redutora do desenvolvimento do progresso. Como, aliás, se viu aqui. -----

O senhor Vereador Tiago Matias veio falar da saída da A1. Mas nós sabíamos, aliás, está dito nestas reuniões de Câmara e está escrito, que pela CDU, esta obra jamais avançaria, por ser da responsabilidade do Poder Central. É isso que nos separa e que a população ficou cansada, ao longo de oito anos de gestão CDU, nesta Câmara. -----

A saída da A1, de facto, era o Governo que tinha que a fazer. É verdade. Por isso é que nós tivemos que iniciar todo um processo, como deve de ser, porque nada havia. E, obviamente, que nós agora, queremos que ela seja feita. Por isso, pedimos um empréstimo bancário, que os senhores votaram contra. Com toda a legitimidade, porque entenderam que essa era uma obra do Poder Central. Mas essa visão redutora que os senhores sustentaram durante oito anos, é aquela que nós não queremos que volte a acontecer no nosso concelho. -----

E não foi só o caso da saída da A1. Foi também o caso do quartel da GNR de Bucelas, que, nitidamente, os senhores disseram que era outra obra que tinha que ser o poder Central a fazê-la. E aí reconheço a frontalidade que a CDU teve, ao dizer que essa obra jamais avançaria, se fosse a CDU que estivesse nesta Câmara.-----

Agora pergunto o seguinte: em relação ao Centro Cultural de Loures, o que é que os senhores fizeram durante oito anos? Nada. Nada! A CDU, durante oito anos, não fez nada. Então eu pergunto, porque é que os senhores dizem que nós, em três anos, não fizemos, que vão ser quatro, e que jamais se podem comparar com oito. Mas estou convicto, e é isso que vou trabalhar arduamente, para que aconteça, é que eu possa estar aqui para fazer essa comparação dos oito anos de gestão CDU, com os oito anos de gestão PS. Vamos cá estar, vamos trabalhar para isso, com muita motivação, podem ter a certeza, para que daqui a cinco anos, possamos fazer essa comparação. Oito anos CDU, oito anos PS. -----

Esse exercício de compararem os oito anos de gestão CDU, com os três anos do atual Executivo PS/PSD, é desonesto do ponto de vista intelectual. E é só isto que eu quero dizer. É muito desonesto do ponto de vista intelectual.-----

Depois, dizer, também, o seguinte: podem dizer o que disserem, mas nós estamos a fazer investimento como nunca antes foi feito. Sem paralelo. Podem dizer o que quiserem. Nós, neste mandato, e é verdade que usufruímos do PRR, mas para usufruirmos do PRR, tínhamos que ter capacidade. E foi por isso que contraímos um conjunto de empréstimos bancários, para resolver um conjunto de problemas adiados de oito anos da gestão CDU. E é por isso que nós estamos a construir o Centro de Saúde dos Tojais. É por isso que em janeiro vamos começar a construir o novo Centro de Saúde da Bobadela. O novo Centro de Saúde de Camarate. É por isso que agora, no mês de dezembro, vamos inaugurar o novo Centro de Saúde do Catujal.-----

Falemos de escolas. É verdade que aproveitámos a questão do PRR, para a requalificação das escolas básicas dois/três e secundárias do nosso concelho. Mas foi um processo negocial árduo, por parte da Câmara, juntamente com a Associação Nacional de Municípios e o Governo. Não nos podemos esquecer disso. Em que das trinta e duas escolas prioritárias um, no país inteiro, conseguimos que duas estivessem lá incluídas. Que são aquelas, cuja obra vai ter início já em janeiro, como a Maria Veleda, em Santo António dos Cavaleiros e a Gaspar Correia, na Portela. E há uma parte considerável dessas obras que o Município tem que financiar, porque o PRR não financia os cem por cento. Por exemplo, a colocação dos monoblocos, que, em muitos destes casos, ascendem a mais de um milhão de euros em cada uma destas escolas. -----

Mas íamos desaproveitar o PRR? Não fazíamos a obra? É claro que vamos fazer a obra. É como a escola da Portela da Azóia, que esteve esquecida durante oito anos de gestão CDU e agora é que está em obra. Oito anos esquecida. Oito anos abandonada. -----

São estes os exemplos que tivemos durante oito anos e que fez com que a população demonstrasse o seu descontentamento. E cá estarei para fazer a comparação entre os oito anos CDU e os oito anos do PS, assim a população reconheça e nos dê esse voto de confiança. -----

Depois, dizer, ainda, o seguinte: o cuco do senhor Vereador Tiago Matias, andou escondido durante oito anos. Não cucou. Esteve escondido. Oito anos não fez cuco. Não fez nada. Zero. Por isso é preciso ter muito topete, mesmo

muito topete, para se fazer a intervenção que o senhor vereador Tiago Matias acabou de fazer. -----

Quanto às questões colocadas, nomeadamente do LIOS, importa responder que o Município apresentou a solução que estava prevista em carril, em elétrico rápido, e foi recusada pelos senhores Presidentes de Junta respetivos, neste caso, da Portela e Moscavide e Sacavém e Prior Velho. Nós iniciámos um novo processo, porque, de facto, aquele sistema de mobilidade, satisfazia, apenas, Sacavém e Portela, Nós, na altura, entendíamos, e entendemos agora, que a zona oriental, particularmente, Santa Iria da Azóia, São João da Talha e Bobadela, também careciam de um sistema de mobilidade, que esse, a CDU tinha apresentado, não respondia às necessidades da outra zona oriental do Concelho de Loures. É por isso que nós estamos a finalizar o projeto de BRT, que depois, obviamente, iremos apresentar aqui na Câmara, em corredor próprio, nalguns sítios onde ela é possível, na grande maioria sim, para permitir desaguar, quer nas estações do comboio, quer na estação do metropolitano de Moscavide. -----

Dizer, também, que está tudo articulado com o Município de Lisboa e o de Oeiras, que são os três municípios que estavam envolvidos neste processo, aliás, Oeiras, também abandonou o sistema de carril e adotou o sistema em BRT. Portanto, essa articulação com os serviços e com os projetos existiu. Aliás, a empresa que está a fazer o projeto para Lisboa, é a mesma que está a fazer para Loures. Por isso, essa articulação entre serviços da Câmara de Lisboa e da Câmara de Loures existiu, e agora já está agendada uma reunião entre mim e o Presidente da Câmara de Lisboa, para definirmos um conjunto de estratégias para direcionar à tutela para que, neste caso, o Governo, encontre o financiamento para este projeto que, obviamente, queremos trazê-lo aqui à Câmara e fazer a sua apresentação pública à população do Concelho de Loures. -----

Não abandonamos a nossa pressão, sobre aquela que é uma velha aspiração da população da zona oriental, nomeadamente, a expansão do metropolitano em subterrâneo, nomeadamente, a Sacavém e à Portela e temo-la feito de forma escrita e de forma verbal. Não abandonámos essa nossa reivindicação. Aliás, continuamos a reivindicar, quer por escrito, quer verbalmente. Já o fizemos no anterior Governo e continuamos a fazê-lo no atual, para que essa velha aspiração do metropolitano em subterrâneo, possa ser concretizada. Esperamos é que todas as forças políticas estejam ao nosso lado, para que o

Governo possa cumprir esse sonho, essa vontade da população, em particular, de Sacavém e do Prior Velho. -----

Quanto à questão do senhor Vereador Gonçalo Carço, relativamente às respostas para a habitação jovem, para a classe média, senhor Vereador, nós temos um programa para os jovens até aos trinta e cinco anos, para que tenham uma ajuda para o pagamento da prestação ao banco ou arrendamento, que já supera o meio milhão de euros, e que não se compara com os cento e tal ou duzentos mil euros, que os senhores tinham no passado. Portanto, senhor vereador, é preciso ter muito topete, para vir falar de apoios aos jovens, quando nós triplicámos o valor do apoio que os senhores davam aos jovens do nosso concelho. -----

Desta forma, estamos a apoiar mais de duzentas e cinquenta famílias jovens do nosso concelho, no pagamento da prestação ao banco. Em média, cada família, está a receber duzentos euros de apoio. A agora vamos iniciar um novo programa, que é para os mais de trinta e cinco, que também têm uma grande dificuldade no pagamento das suas obrigações. -----

Portanto, os senhores, fazerem algumas das afirmações que aqui foram feitas, é preciso ter alguma falta de tato e de sensatez. -----

Termino, dizendo aos senhores vereadores, que tudo farei para que possamos fazer essa comparação, entre os oito anos da CDU e os oito anos do PS. Estarei cá para fazer essa comparação. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Tiago Matias, no que diz respeito à rubrica dos cinquenta mil euros para projetos de ordenamento, dizer que são projetos específicos para as AUGI'S, considerando aquilo que nós queremos avançar com as RIM'S - Reconversão de Iniciativa Municipal. Não sei se era essa a rubrica que estava a identificar nas orgânicas, mas, de facto, os cinquenta mil euros, é porque nós queremos avançar com novos projetos de RIM'S para as ASUGI'S, e temos estudos de planeamento feitos para avançar. Sabemos que os cinquenta mil euros, possivelmente, não chegarão para a execução de todos os projetos que queremos nas RIM'S, mas é um avanço que queremos que seja feito. -----

Dizer, também, que estamos a finalizar os trabalhos de estudos necessários, quer na Portela da Azóia, quer no Bairro da Fraternidade, para podermos avançar e abrir novas frentes de reconversão por iniciativa municipal,

nomeadamente, em Camarate, no Bairro de Angola, e nos bairros adjacentes, para podermos avançar.-----

Senhor Vereador, quando fala da questão das AUGI'S, gostemos ou não, tivemos uma diferença muito grande nas AUGI'S. E dou-lhe um pequeno exemplo. Em dois mil e dezanove, é emitido o alvará da UGT7, na Portela da Azóia e as obras só começaram em dois mil e vinte e um. Nós estamos a falar de coisas distintas. Aquilo que nós fizemos na credibilização do processo das AUGI'S, foi emitir os alvarás, fizemos as obras ... olhe, por exemplo, emitimos o alvará da UGT5 há bem pouco tempo e foi entregue com as obras a avançar. Não tivemos um ano e meio à espera para começar as obras da UGT7 na Portela da Azóia. É esta diferença no tratamento das AUGI'S.-----

E sim, senhor vereador, já emitimos mais alvarás e mais projetos de loteamento, do que o senhor em seis anos, que foi os anos que o senhor vereador esteve na Câmara, enquanto vereador. Isto sim é uma realidade. Portanto, não vale a pena estarmos a escamotear. -----

Eu quando comecei a ir às reuniões na Portela da Azóia, com as UGT'S, eu via a dificuldade que tinha, porque o projeto e o processo não estavam credibilizados. E eu não tenho culpa se o senhor vereador, quando estava em funções, delegou esta área, em pessoas que não tinham a capacidade de gerir este processo. Mas, de facto, o projeto não tinha credibilidade. Era isto que estava a acontecer. Daí, dizer-vos que uma das grandes alterações que houve nessa matéria, foi dizermos, claramente, que, atualmente, na maioria dos processos de reconversão por iniciativa municipal, estamos com uma taxa de adesão, acima dos noventa e seis por cento. E isto define, claramente, a velocidade que imprimimos, aquilo que fizemos no processo de reconversão e o apoio direto que damos, quer às Comissões de Administração Conjunta, quer nas de iniciativa municipal e aquilo que desenvolvemos com a população, sem autismos, mas olhando para o problema e resolvendo-o. É isso que estamos a fazer e que vamos continuar a fazer. -----

Para completar a minha intervenção, dizer que ninguém chega ao município, agarra e amassa tudo o que recebe e deita fora. Isso seria um mau trabalho que fazia à democracia e até ao interesse local. Ninguém faz isso. Naturalmente, que há projetos que vinham da administração CDU e que nós continuamos. Da mesma forma que em dois mil e treze, vocês chegaram e continuaram com muito daquilo que nós tínhamos. É natural e é democrático que assim aconteça. Mais, é, também, um sinal de inteligência política e

emocional. E é isso que nós fazemos. Agora, não queiram que seja a bancada da oposição a definir as políticas e o caminho que queremos para o nosso concelho. Essa definição foi feita no dia das eleições autárquicas. Foi feita não por vocês, mas por quem votou para nós estamos cá. -----  
Portanto, dizer que estou perfeitamente confortável com este Orçamento, nas áreas que tenho sob a minha tutela e que vamos avançar e queremos avançar rapidamente, como já demos passos sobre isso, para a Revisão do Plano Diretor Municipal, que faz sentido que seja revisto. Por isso, vamos avançar agora, porque não queremos esperar dez anos para iniciar um processo de revisão. Da mesma forma que nos anos anteriores, para podermos avançar o mais rapidamente para o processo de revisão do PDM, tivemos que fazer a adequação, essa sim, que já podia estar feita desde dois mil e quinze. -----  
São opções. E a nossa opção no ordenamento do território, foi a de avançar já com um processo de revisão e com todos os projetos adequados para essa matéria.-----

-----  
O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Respondendo às questões colocadas pelo senhor Vereador Tiago Matias, nomeadamente, no que diz respeito à requalificação das linhas de água financiadas pelo POSEUR, dizer que o procedimento já está a decorrer, portanto, já está na DCP – Divisão de Compras Públicas. -----

Dizer, igualmente, que temos os valores devidamente enquadrados e contemplados para esta regularização, assim como, no que diz respeito a estas linhas de água, nomeadamente, na zona da várzea, já está acordado com a Associação de Beneficiários da Lezíria, que serão eles, única e exclusivamente, a fazer a contemplação e a beneficiação dessa área. -----

Está, também, em tratamento, o novo protocolo que vai ser alargado à Associação de Beneficiários da Lezíria, portanto, está contemplada para dois mil e vinte e cinco, a questão da manutenção e conservação destas linhas de água, nomeadamente, na zona da várzea.-----

Depois, no que diz respeito à zona norte, e quando o senhor vereador diz que no Orçamento só estão contemplados mil euros, senhor vereador, quero dizer-lhe que, apesar de termos aqui, apenas, mil euros, há sempre a possibilidade de se fazerem revisões orçamentais, e aumentar-se este valor. Mas também quero dar-lhe nota, que este ano, foi um ano de grande intervenção na zona norte, nomeadamente, com algumas intervenções em algumas linhas de água



e também temos a intenção de trabalhar muito com a administração direta, ou seja, com os nossos equipamentos, por isso também temos um valor de duzentos e cinquenta mil euros, contemplado no Orçamento para esta questão. Relacionado com o projeto da zona oriental, estamos a implementar um projeto para as linhas de água da zona oriental, que vai incidir nas ribeiras da zona oriental, nomeadamente, como disse, na ribeira da Apelação. -----  
No que diz respeito à questão que o senhor Vereador colocou sobre os SIMAR, nomeadamente, do esgoto que corre para a ribeira da Apelação e quando é que a obra vai ser feita e se o projeto já foi revisto, não lhe vou conseguir responder neste momento, por isso farei chegar a resposta posteriormente. No entanto, posso dizer-lhe, que este projeto, vai ser um projeto bastante ambicioso, e temos a intenção de, em dois mil e vinte e cinco, já sabermos que tipo de intervenção é que vamos ter que fazer nestas linhas de água, que bem necessitam e que anteriormente, nunca foram reabilitadas e conservadas da melhor forma.-----  
Portanto, estamos a fazer algo que nunca foi feito antes e estamos com intenção de trabalhar, são opções, e a nossa opção é trabalhar as linhas de água da zona oriental, como ainda nunca tinha sido feito anteriormente, verificar as necessidades, contemplá-las e executá-las.-----

-----  
A SR<sup>a</sup> VICE-PRESIDENTE: Relativamente às questões colocadas pela senhora vereadora Fernanda Santos, nomeadamente, em relação ao projeto “*Música em Si Maior*” e “*Música em Si Menor*”, dizer que o mesmo naturalmente, terá continuidade e tem inscrita uma dotação, que acho que é suficiente, de trinta e seis mil euros. Também tivemos em linha de conta, a execução do corrente ano, para a definição de verba.-----  
Depois, dizer que, inclusivamente, aumentamos a dotação para o “*Loures capital do clarinete*”, trabalhando com as duas rúbricas, mas cujos destinatários dos programas, em termos do público alvo, são os mesmos. -----  
Quanto ao concurso “*Composição*” e o facto de ser bienal, senhora vereadora, este modelo de concurso está a ser repensado, uma vez que teve pouca adesão. Portanto, os serviços estão a repensar o modelo para o próximo ano. Quanto à “*Academia dos ofícios*”, a senhora vereadora saberá que se tem mantido no Orçamento, mas desde dois mil e vinte e um, que não tem tido desenvolvimentos. No entanto, temo-la mantido, para não terminar, mas, efetivamente, o seu compromisso de concretização está em apreciação. -----

Quanto à “*Festa do associativismo*”, abrimos esta rúbrica para discutir o modelo a realizar com o tecido associativo. -----

Quanto à inscrição do “*Sunset de Moscavide*” no nosso Orçamento Municipal, dizer que o êxito desta iniciativa municipal, acho que é sobejamente conhecido para todos. Neste momento, é, talvez, um dos pontos altos, do ponto de vista da programação no nosso concelho. A Câmara tem vindo, ao longo dos últimos anos, cada vez mais, a afirmar-se como coorganizador e entendemos por bem, que na esteira desta coorganização e no âmbito, inclusivamente, de outros projetos que desenvolvemos com outras Juntas de Freguesia, que este também devia de ter a sua inscrição no Orçamento da Câmara Municipal. -----

Quanto ao “*Festival do fado*”, estamos a pensar. Sabemos que temos um público alvo, com gosto pelo fado, com bastante veemência no nosso concelho. Temos uma proposta em carteira e estamos devidamente a analisar. -----

Quanto ao “*Festival Multicultural*”, por certo, terá tomado nota que abrimos rúbrica, mas só inscrevemos verba para dois mil e vinte seis.-----

Quanto ao “*Plano Nacional das Artes*”, até há poucos dias, estávamos sem nenhuma informação de como é que ele iria ter prossecução, mas felizmente, nesta data, já foi apresentada uma nova estratégia e amanhã irá já realizar-se uma reunião com as escolas, por causa dos projetos e na sexta feira, uma reunião com o grupo do PNA – Plano Nacional das Artes, para definição dos próximos passos.-----

Quanto ao encontro Motard, sim, de facto, temos uma proposta em carteira que nos foi apresentada. Também valorizamos as dinâmicas que têm sido concretizadas desse ponto de vista e entendemos que poderá ser um bom momento para o nosso Concelho e de nos afirmarmos, também, por esta via. Há importantes concentrações, como sabemos, quer a sul, em Faro, quer no centro, em Góis. Portanto, sendo que Loures tem uma forte representação, entendemos que poderá ser um evento interessante para o nosso concelho, que vamos testar, naturalmente, e se, efetivamente, tiver condições para se realizar noutros anos, cá estaremos, mas nunca sem fazermos as primeiras edições deste evento, que tem que ter a oportunidade de se apresentar e de inovarmos e sermos cada vez mais ecléticos nas verdadeiras aceções, em toda a natureza dos nossos projetos, sejam eles de carater desportivo, cultural ou outro.-----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, antes de fazer uns pedidos de esclarecimento adicionais, relativamente ao que foi anunciado pelo senhor Presidente, dizer que das palavras que teceu, registo que o senhor e o senhor Vereador Nuno Dias, quando as coisas começam a correr mal para o vosso lado, quando a conversa começa a descambar, o primeiro argumento que conseguem utilizar, é que ganharam as eleições. Claro que ganharam. Mas alguém está a pôr isso em causa? Ou o confronto da oposição, legítimo e democrático, não pode ser feito, que vão sempre falar que ganharam as eleições. Nós já sabemos isso. Mas o que, efetivamente, está aqui em causa, é o trabalho que estão a executar. -----

Senhor Presidente, permita-me que lhe diga, que há uma coisa que me custa. É que o senhor lhe estala o verniz. Depois, também há uma coisa que, efetivamente, a mim, me incomoda muito, que é a mentira. Incomoda-me a mentira! Por isso, quero já desmentir duas coisas que o senhor Presidente aqui disse e que eu não lhe admito, porque são mentiras grosseiras, e peço que seja reposta a verdade, e vou repor a verdade. Primeiro, e relativamente à saída da A1, em São João da Talha, a CDU não votou contra o empréstimo. Depois, nunca aqui ouviu dizer, que a Câmara Municipal, enquanto Executivo da CDU, se iria pôr de fora na comparticipação da saída da A1. Aliás, pode-se constatar na Ata da reunião.-----

Portanto, para não se falar aqui em palavras vãs, que são mentiras, ou que não são verdades, ou que não aconteceram e que os comunistas não têm uma visão de progresso, têm. Têm. Têm uma visão de progresso e sempre tiveram e trabalharam para isso. Com muitos projetos que, muitos deles, ainda estão nas gavetas. Porque digo-lhe uma coisa, senhor Presidente, nós temos em muito boa conta, as finanças desta autarquia. E quando falamos com o senhor Ministro das Infraestruturas, à data, sabe quem era? Era o seu Secretário Geral, o Pedro Nuno Santos. E tenho todo o gosto em entregar-lhe a Ata dessa reunião, onde diz que nós comparticipávamos a saída da A1, ao contrário do que está aqui a afirmar. Comparticipávamos sim, porque considerávamos e consideramos, que essa obra é fundamental para aquela zona do território. Portanto, não diga que nós não considerávamos isso importante. E como prova, vou entregar-lhe a Ata dessa reunião, onde apresentámos ao seu Secretário Geral, atual Ministro das Infraestruturas, uma proposta de comparticipação diversificada, pelos vários interessados, sobre esta obra. -----

E sim, não pagávamos tudo. Não. Porque não era da nossa responsabilidade pagar tudo. E fizemos muito trabalho para que essa obra pudesse avançar, nomeadamente, um estudo de tráfego, aprovado, que vos deixámos, para que se pudesse avançar com o projeto. Não fora isso, ainda o projeto não estava pronto, que ainda não está, que ainda estamos à espera, pasme-se, por falta de um parecer da APA. Isso é que é lamentável. Porque, para quem dizia que resolvia tudo muito rapidamente, ainda estamos à espera desse parecer. -----  
Portanto, senhor Presidente, é falso, é mentira, que a CDU tenha dito que não pagava a saída da A1. Aliás, apresentou uma proposta de comparticipação dessa obra, com uma justa repartição de responsabilidades, que o seu Secretário Geral, à data, presentemente, Ministro das Infraestruturas, não se pôs fora dessa responsabilidade. -----  
Portanto, que o senhor Presidente queira assumir todo esse papel, é uma questão sua. Agora já vem dizer que o técnico também tem que pagar uma parte dessa obra e que em novembro de dois mil e vinte e um não era assim. Agora já diz que, no âmbito do Plano de Pormenor, já tem que pagar uma parte, já são alterações que daqui decorrem. -----  
Sobre as AUGI'S eu fico muito espantado e lamento muito a pessoalização deste tipo de questões. Naturalmente, que o trabalho não foi deitado fora e é uma prova de inteligência. Senhor Vereador Nuno Dias, sem autismos, quero dizer-lhe o seguinte: o trabalho e a credibilização deste processo das AUGI'S, foi reiniciado com a aprovação do PDM, após catorze anos de estagnação, que, como sabe e bem, a desmotivação de catorze anos da reformulação e da revisão desse instrumento no território, foi essencial para se retomar os processos de legalização das nossas AUGI'S. E foi um caminho difícil de recomeçar porque aí assim, a descredibilização estava instituída dentro das AUGI'S.-----  
Senhor vereador, relativamente aos projetos de adesão. Se bem se recorda, a maioria dos processos, iniciado novamente o processo, após o Executivo da CDU tomar posse e aprovado o novo PDM, as médias de adesão foram essas, iguais às que me referiu. Diversas tiveram esse processo de adesão. Não é nenhuma novidade. Por isso seja sério. Os senhores não descobriram a pólvora. Os técnicos são os mesmos, as equipas são as mesmas. Naturalmente que há alterações, mas a maioria dos processos e a aprovação dos processos de reconversão, nomeadamente, os processos de loteamento, foram feitos connosco. O senhor sabe bem disso. -----

Senhor Vereador, podemos inventar os números e os dados. Outra coisa, é vir-se aqui dizer que já fizeram mais em três anos, do que nós, CDU, em oito, que agora já passou para seis. Mas tragam os números. Por isso, volto a dizer que me chateia a mentira. Uma coisa que me chateia mesmo muito, é que as pessoas mintam. Que se façam valer de todo o trabalho que foi produzido, ainda bem. Agora não mintam. Não há necessidade disso. Isso chateia-me. Portanto, senhor Vereador e senhor Presidente, reitero o pedido, para que entreguem a esta Câmara, os alvarás emitidos no mandato da CDU, e os alvarás emitidos nos três anos do vosso mandato. -----

Depois, senhor Presidente, dizer-lhe que é muito interessante fazer comparações. O senhor disse que os seus quatros anos de mandato vão ser melhores do que os nossos oito anos. Portanto, já estamos a alterar, já vamos comparar oito com oito. -----

Senhor Presidente, acha que é sério e honesto intelectualmente, comparar períodos da nossa vida e do nosso tempo, em que tanta coisa aconteceu, nomeadamente, a pandemia, o PRR, o estado em que os senhores deixaram a Câmara, em que o senhor à data, era vereador, com o presente? Aliás, há um Ricardo Leão, que esteve doze anos como vereador e deixou esta Câmara no estado em que deixou e depois há um novo Ricardo Leão, renascido, agora Presidente, que quer comparar oito anos da gestão CDU, com os seus oito anos. Já fala em oito anos. -----

Parece que é um Presidente renascido. O Vereador Ricardo Leão, que deixou a Câmara como deixou, quando perderam as eleições, o que está para trás, escondeu e *“meteu bem debaixo do tapete”*. Acha que isso é honesto e sério? Na minha opinião não é. Acho que, efetivamente, não é sério nem honesto, fazer esse tipo de analogias, porque há coisas que não são comparáveis, como os estados da nossa sociedade, das nossas finanças. Tudo o que acontece não é comparável. E digo-lhe senhor Presidente, há uma coisa que o senhor tem e que, efetivamente, o executivo CDU não teve a oportunidade de ter, que foi ter projetos prontos para fazer obra e obras a decorrer. Projetos importantíssimos, como a variante de Loures, que o senhor, quando cá chegou, já tinha o projeto pronto, e cujo empréstimo o senhor recusou. -----

Portanto, deixe-se de demagogias baratas, porque ainda bem que tem muitos projetos e ainda bem que tem o dinheiro do PRR para fazer obra, porque o valor de investimento que este Orçamento tem, nunca antes houve, graças a umas

circunstâncias concretas da sociedade e da vida, que a CDU não teve, quando tomou o poder. -----  
-----  
-----

--- **Eram doze horas e seis minutos, quando a Sra. Vice-Presidente se ausentou definitivamente da presente reunião.** -----  
-----  
-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, começando por esta última questão que o meu camarada Tiago Matias colocou, dizer que eu ainda sou do tempo, em que o Presidente da Câmara dizia “*estaremos no fim deste mandato, em condições de o comparar com os oito anos de mandato da CDU*”. Eu ainda sou desse tempo. Mas agora já estamos noutra tempo. E, se calhar, é melhor só comparar os eventuais oitos anos do PS com os oito anos que foram da CDU. Já mudámos. -----

Portanto, isso também é um sinal de que as coisas não estão a correr conforme o PS e o PSD queriam, possivelmente, mas não estão de certeza, a correr conforme aquilo que nos tentam “*vender*” aqui e à população de Loures, em particular no último ano. Não estão. -----

Depois, queria dizer que, de facto, não é honesto, querer comparar quatro anos de gestão do PS, com oito anos de gestão da CDU. Mas também não é honesto, querer comparar estes quatro anos deste mandato, fossem eles de gestão do PS, do PSD ou da CDU, com qualquer outro mandato desta Câmara Municipal. Isso é que, de facto, não é nada honesto. E o senhor Presidente sabe disso muito bem. Mas faz-se valer dessas possibilidades únicas e tremendas que aconteceram no nosso país, ao longo destes últimos anos. Mas o senhor Presidente faz o seu papel, porque tem que aproveitar esta situação, para valorizar aquilo que lhe está a acontecer. Mesmo que em termos de Orçamento Municipal, nós estejamos a falar de menos de dez por cento para todo este investimento que está previsto, porque tudo o resto vem do endividamento e, em particular, das verbas dos fundos comunitários. Por isso, nunca será honesto, comparar este mandato ou o próximo que vier a acontecer a seguir às eleições, porque ainda terão aqui algumas dezenas de milhões de euros que virão de candidaturas que possam, eventualmente, ainda vir a acontecer ao PRR. Portanto, não é honesto que o senhor Presidente faça essa comparação. Não é nada de novo, mas não podemos deixar de o referir. -----

Agora, o senhor Presidente dizer, que está satisfeito com aquilo que conseguiu neste mandato, mesmo com todos estes instrumentos que tinha à sua disposição, isso deixa-nos muito preocupados. Deixa-nos preocupados, porque o senhor Presidente tinha a fasquia muito baixa. Vejamos, então o senhor Presidente está satisfeito de ter perdido a oportunidade de construir mais setecentos novos fogos municipais no nosso Concelho? Está satisfeito com o facto de ter perdido essa oportunidade? Que faria toda a diferença, em particular, para alguns projetos que o Partido Socialista afirmou no seu programa eleitoral que queria avançar, que eram projetos de arrendamento acessível e projetos de arrendamento para jovens. E não somos nós que dissemos isto. Foi o Partido Socialista que o disse. -----

Portanto, não nos venha com a comparação entre o que é que os senhores fizeram em quatro anos, com o que nós fizemos em oito. Não. Não estamos a comparar isso. Nós estamos a comparar, é aquilo que os senhores se comprometeram e prometeram às pessoas e aquilo que vocês fizeram. Só agora é que o PS e o PSD concluíram que, afinal, aquilo que apresentaram às pessoas, não o conseguiram fazer neste mandato? Não. Os senhores já sabiam disso, antes de o mandato se iniciar e quando se propuseram às eleições também já sabiam disso. E é isso que estamos a comparar. É a vossa desonestidade para com a população do Concelho. Agora estamos a ver, que, afinal, é melhor não compararem aquilo que se propuseram fazer, com aquilo que estão a conseguir fazer. Porque está muito longe, mesmo muito longe, daquilo que prometeram à população. -----

Está satisfeito com o facto de ter conseguido colocar duas escolas, que eram responsabilidade da Administração Central, no PRR? Está satisfeito com isso? Está satisfeito quando perdeu a possibilidade de fazer obras que estavam previstas na Escola Mário Sá Carneiro? Está satisfeito? Está satisfeito com isso? -----

Senhor Presidente, está satisfeito com a percentagem de execução do PRR deste Orçamento? O senhor Presidente sabe qual é a percentagem de execução do PRR, deste Orçamento de dois mil e vinte e quatro? Se não sabe, vou dizer-lhe. A percentagem de execução do PRR neste ano de dois mil e vinte quatro, é de dezoito, vírgula, cinco por cento. Ou seja, a Câmara, neste momento, tinha previsto a entrada de mais sessenta milhões de euros, só de verba do PRR, que não entrou. E estamos em novembro. Está satisfeito com esta taxa de execução do PRR no Concelho de Loures? Está satisfeito com a

taxa de execução do investimento no Concelho de Loures, que ultrapassa pouco mais do que os vinte por cento, em dois mil e vinte e quatro?-----  
É que isto tem consequências, porque tudo aquilo que não avançar no ano de dois mil e vinte e quatro, evidentemente, que terá que passar para o ano dois mil e vinte e cinco. E isso arrastará também outras obras depois para dois mil e vinte e seis. Por isso, o que é importante perguntar, é quem é que vai pagar as obras que não cumprirem o prazo do PRR. Quem é que vai pagar? Porque vão haver obras que, neste momento, estão candidatas, estão aprovadas, algumas delas o Município já está a receber algum ressarcimento por parte do PRR, muito pouco, estamos a falar de dezoito por cento daquilo que estava previsto no Orçamento inicial. Quem é que vai pagar isto? É o Município que vai ressarcir as verbas do PRR, das obras que estão a terminar até ao prazo que está estipulado? É que isso é muito preocupante, senhor Presidente. Por isso, pergunto se está satisfeito com esta possibilidade?-----  
Gostaria de dizer, também, o seguinte: o senhor Presidente está satisfeito com aquilo que foi a “*performance*” do atual Executivo neste mandato. Pois bem, eu quero dizer, que se não tivesse sido a CDU, no mandato anterior, com todas as obras que deixou em andamento, adjudicadas ou projetadas, este Concelho seria um marasmo. E só para lembrar, dizer que aquilo que está feito neste mandato ou que, eventualmente, ainda poderá vir a ser feito neste mandato, mas que decorre da ação, do pensamento da modernização e da evolução que a CDU meteu neste concelho nos seus últimos oito anos de mandato, vou-lhe dizer algumas. Começamos pela frente ribeirinha, que teve o voto contra do Partido Socialista, como todos se recordam, mas que está feita. A rotunda de À-das-Lebres, o pavilhão desportivo do Infantado, a requalificação das escolas número três de Sacavém, número três de Unhos e Flamengo, que permitiram a abertura de mais salas de pré-escolar. A requalificação dos acessos ao Centro Comunitário de Santo António dos Cavaleiros. A rotunda da Estrada Nacional dez, em Santa Iria da Azóia. A Variante a Loures. As obras do Museu da Cerâmica. Estas duas que acabei de referir, inviabilizadas pelo PS e pelo PSD, em dois mil e dez. O talude adjacente aos edifícios da rua Domingos José de Moraes, em Sacavém. Também inviabilizada pelo PS e pelo PSD, em dois mil e vinte. A Escola do Zambujal, a Escola número cinco de Camarate, a requalificação do Parque Municipal do Cabeço de Montachique, também inviabilizada pelo PS e pelo PSD, em dois mil e vinte. Os novos equipamentos sociais na área da infância e da terceira idade, com terrenos cedidos, apoios e



projetos e candidaturas, ainda da gestão da CDU, das IPSS do Concelho. Os centros de saúde de Santa Iria da Azóia, do Catujal, de Santo Antão do Tojal, o estádio municipal, ou o Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água, o PERLA. Entre outras. -----

Tudo isto foram obras que estão feitas, ou poderão vir a estar feitas, mas que não seriam possíveis se a CDU não tivesse nesta Câmara, no mandato de dois mil e dezassete/dois mil e vinte e um. -----

Vejam o que aconteceria a este concelho, se retirássemos, deste mandato, estas obras que são pensadas e que avançaram pelas mãos da CDU, aqui em Loures. Seria, de facto, muito pouco. -----

Senhor Presidente, quanto à questão do apoio aos jovens para habitação, e aos apoios à população com mais de trinta e cinco anos, não fomos nós que pusemos no programa eleitoral, que iríamos arranjar casas para os jovens e para a população da classe média, a rendas acessíveis. Foram os senhores que puseram isso no vosso programa eleitoral. E o que é que fizeram quanto a isso? Nada. Nada. E agora vêm falar-nos dos apoios aos jovens, na habitação? Do pagamento de rendas ou créditos à habitação. Olhe, quando chegámos a esta Câmara não havia nada. Não havia nada! Tivemos que ser nós a fazer o Regulamento e a dar início a todo esse processo, que os senhores continuaram e evoluíram. Mas ainda bem que continuaram e que evoluíram. Mas casas a rendas acessíveis no nosso concelho, zero. Nenhuma. -----

Depois temos aqui outra questão que importa perceber. O PRR termina no ano dois mil e vinte e seis, ou seja, as obras terão que estar concluídas até esse ano. Mas neste Orçamento, nós temos, na parte da habitação, mais de cento e vinte milhões de euros, que estão previstos serem investidos depois do final do PRR. E nós queremos saber o que é isto. -----

Então está-se a dizer, que depois do PRR terminar, vamos gastar cento e vinte milhões de euros na habitação? Mas quem é que vai pagar? Qua viabilidade é que isto tem? O que é que está previsto, que possibilite este investimento, quando ele não foi feito quando devia de ter sido feito. Está aqui para quê? Para fazer de conta que as coisas vão acontecer. Volto a perguntar. Quem é que vai pagar? Como já perguntei, quem é que vai pagar as obras que ultrapassarem o prazo do PRR? Quem é que vai pagar? -----

Senhor Presidente, colocada agora, algumas questões relacionadas com o Orçamento. E a primeira tem a ver com as verbas a definir. Nós, neste Orçamento, temos sessenta e três milhões de euros de verbas a definir. Para

quem não sabe, verbas a definir, são verbas que estão no Orçamento, mas que ainda não têm fonte de financiamento definida. Portanto, não há, ainda, financiamento para elas. Estamos a falar de sessenta e três milhões de euros, são cerca de vinte por cento do total do Orçamento e gostaríamos de saber, se o senhor Presidente tem alguma perspetiva, de como é que vai obter as verbas necessárias, para que estes investimentos que estão previstos no Orçamento, tenham o financiamento necessário e passem de verbas não definidas, a verbas a definir.-----

Depois, senhor Presidente, uma das rúbricas que tem no Orçamento, é uma rúbrica que dá pelo nome de recuperação de dívida. E essa rúbrica tem inscrito dezassete, vírgula, três milhões de euros. Acontece que esta mesma rúbrica, em dois mil e vinte e três, teve uma arrecadação de zero euros e em dois mil e vinte e quatro, até ao momento, esta mesma rúbrica, tem uma arrecadação de zero euros. Portanto, aquilo que queremos saber, é porque é que se continuam a pôr estes valores extremamente elevados, dezassete milhões de euros, quando a arrecadação, nesta rúbrica, de recuperação de dívida, é de zero euros. Portanto, saber porque é que se mantém esta rúbrica aberta e com estes valores.-----

Depois, uma outra questão, tem a ver com as AUGI'S. O senhor Vereador Nuno Dias já referiu, mas eu gostaria de questionar diretamente, se os investimentos previstos são na UGT3 e UGT16, ou se há mais alguma AUGI, onde esteja previsto mais algum investimento sem ser nestas duas UGT'S. -----

Depois, sobre a requalificação da Estrada Nacional dez, esse sonho que o senhor Presidente veio aqui falar, tem, para o próximo ano, trezentos e dez mil euros. Portanto, parece-me ser um sonho pequenino. -----

Relativamente às despesas com pessoal, regista um aumento de oito milhões de euros. Nessas despesas com pessoal, estão previstos cerca de um milhão de euros para o reposicionamento obrigatório, e quatrocentos mil euros para o facultativo. Portanto, estes quatrocentos mil euros são insuficientes, como já se demonstrou na última vez em que se atribuiu a opção gestionária, em que ficaram dezenas e dezenas de trabalhadores de fora, mesmo cumprindo os critérios, e é isso que, seguramente, vai acontecer, com este valor que está no Orçamento.-----

Mas aquilo que queríamos perceber é, não obstante o facto de estarmos a falar de um aumento de oito milhões de euros, nos reposicionamentos da carreira, está, apenas, um milhão e meio. Portanto, estão aqui mais seis milhões e meio

e gostaríamos de perceber porque é que está previsto este aumento, na área das despesas com pessoal. -----

Por último, relativamente às transferências para as empresas municipais ou empresas públicas, estamos a falar de cerca de um milhão de euros, também gostaríamos de perceber o que é que está aqui incluído e a que é que se destinam estas transferências que estão aqui previstas no Orçamento.-----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, queria tecer alguns comentários e colocar algumas questões. E o primeiro comentário, tem a ver com a forma como tem decorrido aqui o nosso debate. Um debate que tem sido muito marcado por muitas referências ao passado, como se fosse o passado que estivéssemos aqui a discutir, e não propriamente o Plano de Atividades para dois mil e vinte e cinco e seguintes, algum futuro, em muitos casos, um futuro hipotético, tanto que o debate já é baseado na ideia de que o Partido Socialista já ganhou as eleições, apesar de ainda não as ter disputado, o que é uma coisa que não abona muito a favor da visão democrática que deve imperar aqui neste nosso debate político e eu até acho que implica alguma sobranceria por parte do Partido Socialista, que tem a ideia que isto são tudo “*favas contadas*” e que as eleições já estão decididas, quase que nem precisa de ir a votos, e fala-se pouco do presente. Mas o presente é muito importante. E é importante, sobretudo, para conseguirmos aferir, também, da confiança que podemos ter, em relação a alguns dos protagonistas e algumas das forças políticas que estão hoje representadas na Câmara e que eventualmente, aqui estarão, também, no futuro. -----

E há duas questões que gostaríamos de colocar, que, de alguma forma já foram afloradas aqui pelo meu camarada Gonçalo Carço, mas que eu gostava de reforçar. A primeira tem a ver com o seguinte: o senhor Presidente afirmou, a determinada altura, no início do mandato, que para melhorar o tráfego de automóvel, aqui no Concelho de Loures, a Câmara Municipal iria dar uma participação, pela utilização que os habitantes de Loures fazem, diariamente, da A8 e da CREL.-----

Como até ao momento esta promessa não foi cumprida, gostávamos de saber se está prevista alguma verba no Plano de Atividades e Orçamento para este efeito, para o ano dois mil e vinte e cinco e qual é o seu valor. -----

Um outro dado que importa, também, reter, é que o senhor Presidente afirmou, também, a determinada altura, no início do mandato, que, consigo, a contentorização enterrada, iria avançar no concelho de Loures.-----

Nós temos aguardado a resposta a um requerimento que apresentámos, nomeadamente, o número de contentores enterrados que foram instalados pelos SIMAR, relativamente ao qual ainda não obtivemos resposta. Mas gostava de saber se está prevista alguma verba para esse efeito, no Orçamento da Câmara Municipal, ao abrigo das transferências para os SIMAR. E se não estiver, saber se alguém a previu no Orçamento dos SIMAR, o que, a ter acontecido, nos escapou. -----

Senhor Presidente, creio que é notória, a inexistência, nalgumas áreas, de um pensamento estruturado em relação a questões que são muito importantes para o futuro de Loures. É o caso das infraestruturas culturais e desportivas. Já “*en passant*”, o senhor Presidente fez aqui uma referência ao Centro Cultural de Loures. Sabe que o assunto nos é caro, e, obviamente, previu que isso pudesse vir à colação, neste debate que estamos aqui a ter, sobre o presente e o futuro do nosso Município. -----

E aquilo que se pode concluir da leitura do Plano de Atividade e Orçamento que temos à nossa disposição e que estamos hoje aqui a debater, é de que o Centro Cultural não tem lugar na lógica, na estratégia, na visão, que o Partido Socialista tem para o Concelho de Loures. Que ele faz falta, eu creio que é, absolutamente, evidente para todos. Aliás, ainda no fim de semana passado, tanto o senhor Presidente como eu, estivemos no mesmo local, mas em períodos diferentes, a assistir ao “*Festival Internacional de Bandas*” e, a determinada altura, a senhora Vice-Presidente, confidenciou-me que era quase impossível conseguir-se assistir, com qualidade, aos espetáculos, naquelas cadeiras do Pavilhão Paz e Amizade. -----

É verdade, mas o problema não é só das cadeiras nem do pavilhão, é que Loures, sendo um dos maiores municípios do país, continua a não ter hoje, uma infraestrutura cultural, à altura da dimensão populacional que tem e do papel que pode ter na Área Metropolitana de Lisboa. -----

Ao contrário do que o senhor Presidente aqui disse, a CDU, deixou ficar, não só um estudo e a justificação sobre a importância de termos cá um centro cultural, até do ponto de vista económico, porque é uma peça que pode ser estruturante para colocar Loures nas deslocações e no calendário dos eventos culturais e, com isso, estimular a própria economia local, como deixamos ficar,

também, um concurso que foi feito, no sentido de apurar o projeto que ia ser executado. Há um estudo prévio relativamente à infraestrutura que foi escolhida em sede de um procedimento concursal que envolveu a Ordem dos Arquitetos, e tudo estava pensado, mas, mais do que isso, estava orçamentado, para se poder executar esta obra. Aliás, chegou à fase de se encontrar o respetivo vencedor. -----

Mas o Partido Socialista entende que nada disto é importante e desperdiça este projeto, porque acha que, de facto, o Centro Cultural é um luxo. No entanto, não foram luxos, alguns acontecimentos efêmeros que muito recentemente tiveram lugar na área do concelho. Agora isto que é perene e que pode constituir uma peça diferenciadora no conjunto da Área Metropolitana, os senhores acham que não vale a pena. -----

Mais, para além de não quererem o Centro Cultural, nem sequer fazem qualquer alusão, mesmo de passagem, a uma infraestrutura vagamente semelhante. De facto, não é possível encontrar, hoje, na Área Metropolitana de Lisboa, um concelho que esteja tão maldotado de equipamentos a nível cultural e que possibilitem a fruição por parte da população, como é o caso daquilo que existe no concelho de Loures. Não é possível encontrar outro de igual dimensão, em idêntica circunstância. -----

Por outro lado, também no domínio da leitura pública, apesar de, neste momento, decorrer, numa das Freguesias do Concelho de Loures, uma petição pública, exatamente, para ser construído um polo de leitura, nesse espaço geográfico, nenhum novo equipamento é anunciado. Portanto, não se corresponde minimamente, àquilo que são os anseios da população. Mas isso é uma coisa que é completamente alheia à vontade do Executivo, que não inscreve, seja o que for, para conseguir concretizar esse legítimo anseio da população. Refiro-me à Portela, que é o sítio onde essa petição está a decorrer. Por outro lado, dizer, igualmente, que não se consegue vislumbrar, mesmo que vaga, qualquer ideia sobre o que vai acontecer ao Palácio Valflores, que, apesar de ter uma verba inscrita no Orçamento para a continuidade da obra de recuperação do edificado, nada se diz quais as funções a que vai ser afeto, em termos de futuro, pese embora exista um estudo, que deixámos ficar, que preconiza soluções e propostas diversas. Aliás, ainda na última Reunião de Câmara, tive a ocasião de voltar a relembrar, que existe um estudo com propostas diversas, relativamente à afetação futura do palácio Valflores. Mas

isso é matéria, relativamente à qual não existe qualquer pensamento neste documento.-----

Ainda continuando no património edificado, naquilo que tem que ver com o Museu Municipal e a Quinta do Conventinho, está inscrita uma verba de trezentos e cinquenta mil euros, que eu presumo que seja destinada à recuperação da capela, que há pouco o senhor Vereador Vasco Touguinha aqui referenciou, mas que está muito longe das necessidades de intervenção que todo aquele espaço tem, em relação a muros de suporte e a muitos outros problemas estruturais que o edificado ali apresenta. É, de facto, muito escasso e, mais do que isso, é preocupante o estado de degradação a que o imóvel está a chegar, bem como a ausência de intervenção.-----

Mas se passarmos para o domínio do desporto, cabe-nos aqui perguntar o que é que vai acontecer em relação a novos pavilhões. Para além daquilo que está pensado para a escola de São João da Talha e que está aqui, de facto, inscrito, nada se diz para legítimos anseios, também, de algumas zonas que estão muito pressionadas e que ajudam a pressionar equipamentos municipais que hoje não conseguem dar resposta à sua procura. Veja-se o caso de Santo António dos Cavaleiros e, nomeadamente, a questão da AMSAC – Associação de Moradores de Santo António dos Cavaleiros, que é uma entidade que tem uma atividade desportiva muito intensa, com várias equipas envolvidas em escalões importantes de competição, e que tem muita dificuldade em encontrar o seu espaço para a prática, em muitos casos, porque as infraestruturas municipais não comportam toda a procura que sobre elas recai e, obviamente, não podem também dar a resposta que esta entidade precisa.-----

A AMSAC tem um projeto, que julgo que tem vindo a ser discutido com o Executivo Municipal, no sentido de ser criada uma infraestrutura desportiva naquele espaço, capaz de albergar a sua procura e de dar resposta às suas necessidades, mas também relativamente à qual nada se diz. -----

Por outro lado, também nos preocupa, a não inscrição de qualquer verba para intervenções de fundo, naquilo que tem que ver com a conservação e manutenção das piscinas municipais, que, em vários casos, apresentam sinais evidentes de degradação e que carecem de intervenções, em termos de obra, que não são, obviamente, suportáveis, até porque a propriedade de boa parte destas piscinas municipais, é da Câmara Municipal de Loures, e é a ela que compete fazer as intervenções de fundo. Mas o que é facto, é que não se

consegue perceber, aqui no Plano de Atividades e Orçamento, qualquer ideia relativamente a estas intervenções necessárias.-----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, queria, com toda a calma, dizer o seguinte: ouvir os senhores vereadores da CDU criticarem o facto de nós falarmos do passado, é curioso, porque o senhor Vereador Paulo Piteira usou e abusou, desse passado do PS, no segundo mandato da CDU. Não se imiscuia de fazê-lo. E estava no seu direito. Por isso, é curioso o senhor Vereador Paulo Piteira vir dizer que falamos do passado, quando o senhor usou e abusou nas comparações com o PS e com o passado.-----

O senhor Vereador fez várias comparações com o passado. Não só em relação ao primeiro mandato da CDU, como também ao segundo. O senhor continuava a fazer essas comparações com o passado. Portanto, vê-lo, agora a criticar quem fala do passado, quando o senhor vereador usou e abusou dessa ferramenta, desse discurso, é, no mínimo, estranho e caricato. -----

Depois, senhor Vereador, relativamente ao Centro Cultural de Loures, o senhor, com a sua intervenção, passou um autoatestado de incompetência, àquilo que foram os oito anos de gestão CDU. Então onde é que a CDU esteve? É verdade que lançaram um concurso de ideias. Em oito anos, lançaram um concurso de ideias. Mas, se a preocupação da CDU, em relação ao Centro Cultural de Loures é tanta, acho que oito anos para lançar um concurso de ideias, é muito pouco. -----

Depois, em relação a pavilhões desportivos, em oito anos de gestão CDU, no primeiro mandato não foi construído nenhum. Por isso, o senhor Vereador Paulo Piteira, vir agora exigir que nós, em três anos, fizéssemos os pavilhões desportivos todos, é, de facto, no mínimo caricato.-----

Por isso, o reflexo dos oito anos de gestão CDU, foi um atestado de incompetência, em matérias relativamente às quais, a CDU está tão preocupada com elas. Foram sonhos, foram bonecos, foram ideias.-----

Pergunta-me o senhor Vereador Gonçalo Carço, se estou satisfeito. Estou, senhor Vereador. Estou satisfeito. E vou dizer-lhe porquê. Estou satisfeito, porque neste mandato, nós vamos iniciar, em janeiro, a importante obra de requalificação da Escola Maria Veleda em Santo António dos Cavaleiros. E estou satisfeito, porque era uma velha aspiração, um velho anseio, um sonho, de toda aquela comunidade educativa. -----

Portanto, o senhor vereador pergunta-me se eu estou satisfeito e eu digo-lhe que estou. Estou satisfeito, porque em janeiro, vamos iniciar essa importante obra.-----

E continuo a estar satisfeito, porque, em janeiro, vamos iniciar outra importante obra, que é a requalificação da Escola Gaspar Correia, na Portela, que é uma velha aspiração de toda aquela comunidade educativa e que finalmente vai ser concretizada. Por isso, sim, estou satisfeito. -----

Pergunta-me se eu estou satisfeito com o início das obras, em janeiro, da Escola Básica do Infantado, que vai ser uma escola praticamente nova, vai sofrer uma reformulação profunda, no valor de mais de seis milhões de euros. Sim, estou satisfeito. E estou ainda mais satisfeito, porque tivemos a capacidade e a disponibilidade, ao contrário do passado, de ouvir as alterações que a comunidade educativa quis propor, em relação ao projeto que estava colocado, e a escola ficaria em regime duplo. E foram as Associações de Pais, foi a comunidade educativa, em conjunto connosco, que encontramos uma solução. Sim, estou satisfeito, porque vamos ter uma nova escola, mais capacidade de resposta e, acima de tudo, um polidesportivo que vai ficar coberto, para dar resposta a toda uma população escolar, que, quando chove ou quando faz sol, fica limitada a um espaço de vinte metros quadrados. Aliás, iremos fazer a cobertura de pavilhões desportivos, em todas as freguesias do concelho de Loures. -----

Sim, estou satisfeito, por já termos inaugurado a cobertura do polidesportivo do Alto da Eira, em Santa Iria da Azóia, que foi prometida àquela população, àquela comunidade escolar, o acesso a um equipamento coberto. Coisa que durante os oito anos da gestão CDU, foi zero. -----

Sim, estou satisfeito, porque também aquele equipamento no Alto da Eira, terá a possibilidade de, ao fim do horário escolar, servir a comunidade educativa, porque bem sabemos que os pavilhões desportivos estão sobrelotados com a dinâmica do Movimento Associativo, e isso é salutar. Mas o desporto informal, não tem acesso a um pavilhão desportivo. E a cobertura desses polidesportivos, também tem essa finalidade, que é no pós horário escolar, estarem disponíveis para serem usados pela comunidade. E que resposta é que os senhores deram durante a gestão CDU? Zero. -----

Sim, estou satisfeito, por irmos inaugurar a cobertura do polidesportivo da Escola Básica de Bucelas. Sim, estou imensamente satisfeito, porque vamos fazer mais oito coberturas de polidesportivos entre este ano e o próximo. Mais,



ainda este ano, vamos dar início, ainda, ao do Prior Velho, que vai dar resposta à Escola Básica do Prior Velho e vai dar resposta aos clubes e à dinâmica desportiva daquela população, que passará a ter mais um equipamento desportivo coberto. Assim como vou ficar satisfeito, com aquilo que vai ser feito no resto do concelho. São mais de dez coberturas de polidesportivos que vão ser feitas. Por isso, quando o senhor Vereador Gonçalo Carço pergunta se estou satisfeito. Sim, estou muito satisfeito. -----

Aliás, em equipamentos cobertos, no primeiro mandato da CDU, a resposta foi zero. Por isso estou satisfeito. -----

Dizer ainda mais o seguinte: pergunta o senhor Vereador Gonçalo Carço, se estou satisfeito? Continuo a estar satisfeito, porque vamos iniciar as obras na Escola Básica do Zambujal e a cobertura do polidesportivo. Sim, estou muito satisfeito com isso, como estou satisfeito com as obras na Escola Básica da Portela da Azóia, que estão a andar a bom ritmo. Escola, que os senhores, durante oito anos, não quiseram saber. É só perguntarem à população da Portela da Azóia. Onde é que os senhores andaram durante oito anos que não fizeram nada naquela escola indigna? Perguntem à população da Portela da Azóia! A resposta é óbvia. Não fizeram. Durante oito anos, não fizeram nada.- Portanto, se o senhor Vereador pergunta se estou satisfeito. Sim, estou muito satisfeito, porque foi um compromisso que assumi perante aquela população da Portela da Azóia, em Santa Iria da Azóia. -----

Sim, está a ser feita a Escola Básica da Portela da Azóia. Assim como a Escola número cinco de Camarate, cuja obra está a bom ritmo. Portanto, sim, estou satisfeito. Como estou satisfeito com os projetos que estão a andar para a requalificação de outras escolas básicas dois/três e secundárias do nosso concelho. E quando fala da Escola Mário Sá Carneiro, foi uma opção da comunidade educativa, não avançarmos só com o pavilhão, mas com todo o projeto de requalificação da escola, com o pavilhão desportivo. -----

Por isso, vamos fazer a candidatura ao BEI – Banco Europeu de Investimentos, cuja abertura, como já disse e repito, se prevê que seja no final do primeiro trimestre, para, aí, podermos candidatar essa e outras. Mas falando daquelas que vão ter pavilhão desportivo, a Escola de São João da Talha, está no nosso projeto, incluindo o pavilhão desportivo. -----

Também está no nosso projeto, incluir o pavilhão desportivo na Sttau Monteiro. Por isso, quando o senhor Vereador falou de sobrançeria. Não, senhor vereador. Eu disse que tudo irei fazer, para merecer a confiança da população.

E se assim acontecer, como estou convicto que aconteça, e sem sobrançeria, digo que estamos a trabalhar. Por isso, assim tenhamos todos saúde, para estarmos cá, para fazermos essa comparação dos oito anos. -----

Depois, o senhor vereador Gonçalo Caroço, pergunta, também, se continuo a estar satisfeito. Sim. Continuo a estar satisfeito, porque vamos dar início, rapidamente, assim que o visto do Tribunal de Contas chegue, à questão do Grupo Sportivo de Loures, nomeadamente, a construção do novo complexo desportivo municipal, que é municipal, mas que vai ser a casa do Grupo Sportivo de Loures. -----

Quanto à questão da localização dos “*moloks*”, os contentores subterrâneos, sim, nós prometemos, só estamos à espera do visto do Tribunal de Contas, que deve estar quase a sair, e vamos iniciar, como nos comprometemos, com a colocação “*moloks*”, contentorização em subsolo, particularmente nas urbanizações do Concelho de Loures, porque, infelizmente, nas zonas antigas, há um cadastro que não existe, por isso essa tem que ser uma segunda fase. Mas em relação a esta primeira fase, aquilo que foi o nosso compromisso, foi a sua colocação nos Terraços da Ponte, na Quinta do Conventinho, na Urbanização do Almirante, na Urbanização da Quinta da Parreirinha. Portanto, senhor vereador, fique descansado, que ela vai acontecer.-----

Depois, em relação à educação, também estou satisfeito, porque iniciamos este ano, e vamos continuar, e depois, obviamente, avaliar a progressão desta medida, a isenção do pagamento das refeições escolares, ao escalão “*B*” do pré-escolar e do primeiro ciclo e agora, pela primeira vez, do segundo ciclo. Portanto, sim, estou satisfeito com esta medida, assim como também estou satisfeito, com a medida de alargamento da isenção de todas as crianças NES – Adolescentes com Necessidades Especiais, da gratuidade das refeições. Sim, estou satisfeito com esta medida.-----

Tal como as fichas escolares, sem complexos ideológicos, pela primeira vez, também estamos a entregar ao ensino privado. -----

Também continuo satisfeito, porque tudo fizemos e tudo estamos a fazer, para que, mal venha o parecer da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, possamos avançar com o quartel da GNR de Bucelas. Portanto, estou satisfeito, como estou satisfeito com a medida que vamos implementar já no próximo ano, para que possamos lançar o concurso público para a colocação das sessenta câmaras de vídeo-proteção no nosso concelho. Um trabalho árduo, feito em articulação com a PSP. -----

Estou satisfeito, pelo facto de estarmos a alocar verbas, em conjunto com as Juntas de Freguesia, para adquirir seis viaturas para a PSP, para perfazer doze viaturas para fazer o policiamento de proximidade, apesar de a Câmara de Loures ter que ficar com a manutenção de mais seis viaturas. No entanto, por um lado, sim, estou satisfeito com esta medida, mas, por outro, estou triste, porque não era a Câmara de Loures que tinha que fazer esta aquisição.-----  
Contudo, estas doze viaturas, são muito importantes, porque vão servir para reforçar a segurança e o policiamento de proximidade. Por isso, sim, estou muito satisfeito. -----  
Depois, também tivemos a capacidade e a prioridade política, no reforço de apoio aos bombeiros. Porque não nos podemos lembrar deles, apenas quando nos convém. Mas nós, neste mandato, estamos sempre a progredir, sempre a aumentar. Por isso, se o senhor vereador me perguntar se estou satisfeito. Sim, estou muito satisfeito. Aliás, se compararmos o Orçamento de dois mil e vinte e um da CDU, em que se transferiram, para os bombeiros, dois milhões de euros, com o Orçamento de dois mil e vinte e cinco, em que está orçamentado três milhões e duzentos mil euros, sim estou muito satisfeito.-----  
Aliás, dito pelos próprios bombeiros, já é o segundo ano consecutivo. E segundo as reivindicações que fazem no secretariado concelhio dos bombeiros, estão todos satisfeitos, porque o aumento para o próximo ano, era aquele que pediam, que são duzentos e vinte mil euros. E assim foi, duzentos e vinte mil euros.-----  
Aquando a criação das Equipas de Intervenção Permanente, as EIP's, e não é preciso recuar muito tempo, os municípios tinham que pagar cinquenta por cento e o Governo os restantes cinquenta, a resposta era que naquele ano, só podiam ser três e, por isso, tinham que fazer um sorteio para ver quais eram as corporações habilitadas. Foi por sorteio. E fomos nós, mal tomámos posse, que invertemos toda essa situação, porque todas as sete corporações de bombeiros têm direito. Por isso estou muito satisfeito, porque fizemos uma curva completamente diferente daquilo que no passado era o olhar para os bombeiros. -----  
Ainda ao nível da segurança, quando chegámos à Câmara Municipal de Loures, reforçámos a Polícia Municipal de Loures, não só no número de agentes, como também ao nível das viaturas. Ainda muito há para fazer, bem sei, mas fizemos uma inversão muito grande, relativamente àquela que era a vossa aposta, no passado, na Polícia Municipal.-----

Também estou satisfeito, pelo facto de conseguirmos negociar com o Governo, aquilo que é o legado da Jornada Mundial da Juventude, que vai ser o futuro Parque Verde, o futuro Parque Papa Francisco. Estou eu satisfeito, e está toda aquela população que passa pelo IC2 e vê as obras a andar. É só perguntarem às pessoas se não estão satisfeitas com aquela obra. Estão satisfeitas, porque há uns anos atrás, aquele espaço estava repleto de contentores e foi na sequência da Jornada Mundial da Juventude, é verdade, que permitiu que aquele espaço fosse devolvido à população. Por isso estou satisfeito com o andar daquela obra que vai dar lugar ao futuro Parque Papa Francisco. Um parque verde, de fruição, de encontro das famílias, de encontro das pessoas, relativamente ao qual, agora, vamos iniciar o nosso projeto, nomeadamente, apoio sanitário e restauração, que é importante que haja esse apoio. ----- E foi importante idealizarmos aquele parque, não só para a questão de um parque verde, para usufruto das pessoas, do laser, mas, acima de tudo, um recinto de espetáculos que ali está criado e que vai permitir que Loures receba grande eventos culturais e musicais, que, até à data, estava arredado de poder competir com outros municípios da Área Metropolitana de Lisboa. E é provável que venhamos a ter uma boa surpresa, nos “*tais*” festivais de verão. ----- Mais, aquele Parque Papa Francisco, vai permitir, por opção nossa, a construção de um parque de estacionamento para as pessoas que usam a estação de comboios da Bobadela. Com a IP – Infraestruturas de Portugal, vai fazer o prolongamento da passagem pedonal sobre a linha do comboio e a linha das mercadorias, para acesso ao Parque Papa Francisco com o estacionamento que estamos a construir, para que as pessoas, de forma mais confortável, possam usar esse meio de transporte. Sim, estou satisfeito.----- Assim como estou satisfeito, porque fomos dar resposta a uma velha aspiração da população, principalmente, de Moscavide, que é a requalificação do Jardim de Moscavide e que é uma obra importante e há muito tempo ansiada por aquela população e que os senhores votaram contra. E é isso que têm que explicar àquela população. E que bem sabemos, que se fossem os senhores que estivessem a governar esta Câmara, não teríamos a requalificação daquele jardim. ----- Para o próximo ano, também se irá iniciar aquela que foi uma promessa, um compromisso, que é a construção do novo Parque Urbano na Portela Norte. E bem sei que, sendo uma aspiração da Junta de Freguesia de Moscavide e Portela, a CDU sempre se opôs. Mas nós não. Nós não olhamos para quem é

que propõe. Olhamos para o fim da proposta. E ela, na nossa opinião, é muito bem-vinda. Por isso, vamos ter um parque urbano novo, de fruição, de equipamentos desportivos, com uma sala polivalente para eventos culturais, musicais, artístico, na Freguesia da Portela. E se me permitem um aparte, o senhor vereador Paulo Piteira, como morador na Freguesia da Portela, deveria de ficar contente. -----

Continuo satisfeito, porque, muito brevemente, iremos inaugurar a nova rotunda da Quinta do Património. Algo que a CDU sempre se opôs. Mas perguntem àquela população se também estão satisfeitas por irem beneficiar daquela rotunda. Eu perguntei, por isso estou satisfeito, porque, finalmente, está-se a dar resposta a uma aspiração, a uma necessidade daquela população. Sim, estou satisfeito e aquela população também está satisfeita. -----

Também estou satisfeito, com a obra que estamos a fazer, de requalificação da Praça da República, em Sacavém. Bem sei que há transtornos no trânsito. Bem sabemos. Mas a obra está a andar a um ritmo muito bom, para depois se dar início, mal se acabe esta obra, à do jardim da Praça da República. Sim, eu estou satisfeito, assim como toda aquela população de Sacavém. -----

Também a requalificação do Parque Adão Barata e os melhoramentos do Parque Municipal do Cabeço de Montachique, são motivo de satisfação. -----

Também a construção do novo Centro de Saúde do Catujal, que será inaugurado brevemente, apesar da ausência de médicos e que é um motivo de preocupação, assim como dos Centros de Saúde da Bobadela e de Camarate, cujas obras terão início em janeiro, e, assim, ver um sonho daquela população concretizado, é igualmente, um motivo de satisfação para mim. E fica já aqui o convite para o lançamento da obra. Assim como de outra velha aspiração da população, que é a inauguração, que se prevê para o primeiro trimestre do próximo ano, que é o Centro de Saúde dos Tojais. -----

Estou satisfeito com o trabalho que fizemos com a BRISA para a saída da A1, que vamos resolver, assim que venha o parecer da APA, e que também é uma velha aspiração de toda aquela população. Tal como a variante de Bucelas, cujo projeto está pronto e o concurso público será lançado no próximo ano. Uma promessa feita há tantos anos à população de Bucelas, e vamos ser nós agora a lançar esse concurso público. -----

Portanto, em três anos, é obra!-----

Também o asfaltamento de vias, que, durante anos, não viram um pingão de alcatrão. Portanto, é curioso a CDU vir agora falar de vias, que, durante anos, nunca foram alcatroadas, e tivemos que ser nós, agora, a lançar esta empreitada de um milhão e meio de euros, para asfaltar um conjunto de vias e arruamentos do nosso concelho. E continuamos, de forma empenhada, com a nossa pavimentadora e com os nossos funcionários, aos quais agradeço muito, a fazer o conjunto de pavimentações. -----

Também estamos num processo aquisitivo de uma nova pavimentadora para, em conjunto com as Juntas de Freguesia, possamos ir a mais localidades e a mais vias, tendo em conta o estado de abandono em que essas ruas estiveram durante oito anos. -----

Estamos a fazer aquilo que muitos falaram e não fizeram, que é as medidas de acalmia e segurança pedonal e rodoviária, principalmente junto aos estabelecimentos de ensino, numa empreitada de mais de um milhão de euros, para permitir uma melhor mobilidade e segurança da população escolar. Por isso, sim, estou satisfeito. -----

Depois, senhor vereador Gonçalo Carço, ainda tinha mais motivos de satisfação. Mas quanto à sua questão, nomeadamente, de uma transferência para as empresas públicas, do que se trata, é de uma transferência para a GesLoures. -----

Outra questão que convém referir, é a do PRR. E relativamente ao PRR, quero dizer de uma forma muito frontal, que a nossa opção foi a reabilitação e a dignidade na habitação, nomeadamente, a reabilitação de mil e duzentos fogos, que é quase metade do nosso parque habitacional. Foi essa a nossa prioridade. Foi dar às pessoas, dignidade na habitação. Também relativamente à construção de novos duzentos e oitenta fogos, não está em risco o seu financiamento a cem por cento, no âmbito do PRR. -----

Depois, ainda no âmbito do PRR, a única preocupação que tenho, são as comunidades desfavorecidas, e neste caso em concreto, estamos a falar do Centro de Saúde da Bobadela e da escola número cinco de Camarate. E em relação a estas comunidades desfavorecidas, sendo PRR, é uma matéria que irei abordar na próxima reunião do Conselho da Área Metropolitana de Lisboa. Ou seja, todo o PRR é até ao final de dois mil e vinte e seis e as comunidades desfavorecidas até ao final de dois mil e vinte e cinco. É óbvio que foi um lapso, mas enquanto não for reparado há essa preocupação. De resto, das obras do PRR, neste momento, não é motivo de preocupação. -----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Gonçalo Caroco, o senhor falou aqui nas obras das AUGI'S, mas quero dizer-lhe, que tal como eu tinha dito, a UGT5 e a UGT16, já foram adjudicadas, e está a ser preparado o lançamento, para o primeiro semestre do próximo ano, da UGT 3, da UGT2 e a da UGT8. Dizer ainda, que estamos a ver se ainda é possível até setembro ou outubro do ano que vem, fazer o lançamento da UGT10, na Portela da Azóia. E estamos a falar das obras em AUGI, e isto tem tudo a ver com o empréstimo que foi pedido para a realização dessas mesmas obras. -----  
Depois, dar aqui uma outra nota. Senhor Vereador Paulo Piteira, relativamente ao facto de o Centro Cultural estar orçamentado. Estava orçamentado o projeto que ia ser feito. Não estava no Orçamento o Centro Cultural. O senhor disse que havia verba, que estava tudo definido, que até estava no Orçamento. Mas não. Não estava nada orçamentado. Portanto, é bom que isto fique esclarecido, porque, de facto, não estava orçamentado. Parece que agarramos na verba do orçamento do Centro Cultural e utilizamos noutra coisa. Mas não. Não havia verba prevista para fazer o Centro Cultural. -----  
Depois, senhor vereador, quero dizer-lhe, muito genuinamente, que quando o senhor, há pouco, estava a falar do Pavilhão Paz e Amizade, eu tive um “*déjà vu*”. É porque em dois mil e dezassete, estava eu e o senhor vereador, à data, Vice-Presidente da Câmara, no Pavilhão Paz e Amizade, num evento, à tarde, e o senhor vereador disse-me, exatamente, o mesmo que ouviu da senhora Vice-Presidente. O que é facto, é que de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um, mantivemos o mesmo problema. E salvo erro, nesse ano, no Orçamento Municipal, estava reservada uma verba de seiscentos mil euros para fazer a reabilitação de parte da cobertura do Pavilhão Paz e Amizade. Essa verba não foi utilizada e mantemos os problemas, mas, de certo, vamos tentar criar aqui outras soluções. -----  
Dar aqui outra resposta, em relação ao valor orçamentado para o Mapa de Pessoal, uma vez que a senhora Vice-Presidente não está, dizer que há um aumento efetivo de perto de oito milhões, e muito desse valor tem a ver com as posições remuneratórias e com os aumentos que vamos ter, previsivelmente, na função pública. Dizer, também, que não podemos esquecer, que, atualmente, ao dia de hoje, só em pessoal que vem da descentralização de competências, já temos um terço do Mapa de Pessoal, que já é um valor significativo e é algo que tem que ser alocado. Dizer, também, que do valor que está previsto para a opção gestonária, o valor foi calculado com base na

percentagem máxima dos trabalhadores que podem ou não vir a ter a nota máxima para progredir na carreira.-----

São dez por cento dos trabalhadores, que foi aquilo que foi cabimentado nesta rúbrica, na previsão, e reafirmo, estamos a falar de uma previsão, que é a previsão do orçamento para esta área. -----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, ouvi-o com atenção e percebi que está satisfeito. Ainda bem. -----

Depois, vejo que a CDU contribuiu, decisivamente, para essa sua satisfação, uma vez que está satisfeito com tanta coisa que nós deixámos pronto para avançar. -----

Mas senhor Presidente, nós também gostamos de ver a população do concelho, feliz. E, evidentemente, se o senhor está feliz e satisfeito, e nós contribuímos para isso, isso também faz com que nós fiquemos satisfeitos com esse seu sentimento.-----

Agora, acho que o senhor Presidente não tem assim tantas razões para estar satisfeito, com diz. Aliás, parece-me até que está pouco ambicioso. E se há coisa que aconteceu nestes últimos anos, foi que a fasquia foi estando cada vez mais baixa. Porque a fasquia, antes, estava lá no topo. Inclusive, eu até tenho aqui o programa eleitoral do Partido Socialista, e vou ler: “(...) *Programa eleitoral dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e cinco, ponto dezanove. Valorizar a cultura. Criar um Centro Cultural multiusos em Loures (...)*”. Não somos nós que dizemos. Foi o Partido Socialista que disse isto no seu programa eleitoral. Depois, também diz “(...) *Criar um centro de artes para experimentação e instalação de artistas e indústrias culturais e criativas no concelho (...)*”. Também cá está. “(...) *Reabilitar o edifício 4 de Outubro (...)*”. Também cá está. E isto só na parte da cultura. Portanto, por aqui conseguimos ver como a fasquia estava alta. E é evidente que, neste momento, a fasquia está baixinha, de tal forma que o senhor Presidente até está satisfeito com o pouquinho que está a cumprir do programa eleitoral do Partido Socialista. Mas cada um satisfaz-se com aquilo que pode. Como tal, para mim, desde que o senhor Presidente esteja satisfeito, está bem. Agora, o que me preocupa é que, de facto, a população merecia e necessitava de mais. -----

Quer dizer, o senhor Presidente está satisfeito com o facto de a escola secundária da Portela estar como está, continuar a estar como está e não haver qualquer perspectiva de obras naquela escola? O senhor Presidente está



satisfeito, com o facto de, mais uma vez, ter contribuído para adiar as obras, absolutamente necessárias e fundamentais, aliás, cada vez mais necessárias, da Escola Mário de Sá Carneiro, em Camarate? O senhor sabe como é que está aquela escola? Sabe o estado em que está aquele pavilhão? Se calhar não sabe. Se está tão satisfeito, é porque não sabe. -----  
Está satisfeito, por ter contribuído, mais uma vez, para o adiamento da construção da nova escola de Frielas? Está satisfeito com isso? Está satisfeito com o facto de a população da Apelação, ter visto, mais uma vez, adiada, a requalificação da escola número um da Apelação? Está satisfeito com o estado em que ela está? Com a sobrepopulação que lá está, em que todos os cantinhos são uma sala de aulas? Está satisfeito com isso? -----  
Está satisfeito com o facto de a Escola de Vale Figueira continuar a funcionar, sem ter tido qualquer intervenção? Está satisfeito com isso? Continua satisfeito, por, mais uma vez, o pavilhão da Escola Luís Sttau Monteiro, não avançar, conforme prometeu? -----  
Está satisfeito com o facto, de, neste momento, como já lhe perguntei e não me respondeu, ter apenas dezoito por cento do PRR concretizado, em dois mil e vinte e quatro? Com sessenta milhões de euros que ainda não entraram e que estão previstos no Orçamento entrar? Está satisfeito? -----  
Está satisfeito com o facto de, para habitação, ter mais de cem milhões de euros que deixaram de estar previstos com o PRR e que estão para as calendas e logo se vê quem é que vai pagar? -----  
Realmente, senhor Presidente, o concelho precisava de mais. -----  
E eu, sinceramente, não esperava esta intervenção do senhor Presidente, porque tenho o senhor Presidente como alguém que é ambicioso. Alguém que quase que entende, que as eleições são apenas uma data, no meio deste processo. -----  
Eu sempre o tive como uma pessoa ambiciosa, até sobranceira de mais. E, se calhar, é essa sobranceira que o Partido Socialista e o senhor Presidente têm neste concelho, que faz com que nós assistamos a esta reunião e ao seu sentimento de satisfação com aquilo que conseguiu. -----  
Mas olhe, senhor Presidente, tenho a dizer-lhe, que era preciso ir mais longe. Era preciso e era necessário para este concelho, ter conseguido ir mais longe. Portanto, aquilo que nós vemos agora, é que o programa do Partido Socialista, é zero. Serviu para enganar as pessoas. Serviu para criar expectativas. Serviu

para dizerem às pessoas que iam resolver tudo. Mas agora, aquilo que temos é isto. Muito pouco. Muito pouco mesmo. -----  
Senhor Presidente, depois, quanto à questão dos bombeiros, também gostava de lhe dizer, que nos orgulhamos muito daquilo que fizemos. Porque aquilo que fizemos, foi parar com a “*sangria*” que o Partido Socialista estava a fazer nos bombeiros do nosso concelho. Paramos com essa “*sangria*”! Porque, no último mandato do Partido Socialista, aquilo que aconteceu, foi uma diminuição continuada das verbas que eram transferidas para os bombeiros.-----  
Senhor Presidente, também pela sua mão, que era vereador na altura, mesmo com os milhões e milhões de euros de dívida que cá deixou e que faz de conta que não é nada consigo, mas é muito consigo, porque foi o senhor, que agora é Presidente da Câmara, mas era o vereador das finanças deste concelho, na altura, e que deixou aqui, só de dívidas a fornecedores, mais de vinte e três milhões de euros.-----  
Mas mesmo com essa situação, que nos obrigou a estar na gestão deste município, mais de dois anos a pagar essas dívidas e a não termos dinheiro para fazermos, absolutamente, nada. Aliás, também não havia projetos. Portanto, estivemos a fazer os projetos que não haviam cá, para depois, a seguir, conseguirmos fazer alguma coisa. Foi isto que cá deixaram. Mas mesmo assim, houve algumas áreas do nosso trabalho e deste concelho, que nós decidimos que não podíamos deixar para trás. E os bombeiros foram uma delas. E orgulhamo-nos disso. E desde que a CDU tomou posse no final de dois mil e treze, até que saiu da gestão desta autarquia, todos os anos houve um aumento de transferências para os bombeiros. Todos os anos! E conseguimos, no final de dois mil e vinte e um, fazer com que as transferências para os bombeiros do nosso concelho, aumentassem trinta e três por cento, face àquilo que foi a realidade que o PS nos deixou cá. Foram trinta e três por cento que aumentamos e aumentamos todos os anos. -----  
Por isso, o Partido Socialista assim continuou. E fez bem. Mas não venha para aqui com a conversa que só nos lembramos dos bombeiros quando nos convém. Não. Nós lembramo-nos dos bombeiros sempre. Quando cá estivemos e agora na oposição também nos lembramos. Ao contrário do Partido Socialista, que durante os doze anos de gestão do PS, esqueceu-se, completamente, dos bombeiros. Aliás, diminui as transferências que tinha que fazer para eles.-----

Agora lembraram-se dos bombeiros neste mandato. Ainda bem. Pelo menos isso aprenderam. O que já não é mau.-----

Quanto à Polícia Municipal, quero salientar, que quem a implementou, foi a CDU. Quem teve que a implementar e pô-la a funcionar, foi a CDU. Não foi o PS. Quem reforçou o número de agentes da Polícia Municipal no mandato passado, foi a CDU. Portanto, virem aqui dizer que a CDU nada fez em relação à Polícia Municipal e que agora os senhores é que estão a resolver os seus problemas, realmente, o topete é muito grande, senhor Presidente. -----

Depois, senhor Presidente, o senhor disse que haviam ruas que não viram um pinga de alcatrão. Olhe, quando nós chegámos a esta Câmara, o que não tinha uma única pinga de alcatrão, era a Câmara Municipal. A Câmara Municipal, não tinha uma única pinga de alcatrão. Pavimentadoras? Estavam avariadas. Foi isto que os senhores deixaram. E então nós não resolvemos? Resolvemos. Alcatroámos? Alcatroámos. Se ficou muito por fazer, claro, porque há sempre muito para fazer. Mesmo depois de se terminar este programa de alcatroamento que a Câmara aprovou, vai haver quilómetros e quilómetros de estrada que necessitam de alcatroamento. Qual é a novidade? Nenhuma. Está a continuar aquilo que nós fizemos. Fez muito bem. Qual é a novidade? Nenhuma. E felizmente que deixámos as condições para os senhores fazerem isso. Ao contrário de nós, que quando cá chegámos, tínhamos zero condições. Portanto, mais uma vez, criámos as condições para que o senhor Presidente possa dizer que está satisfeito. Mas ainda bem que está satisfeito, porque é sinal que deixámos boas condições, para que no final deste mandato, possa dizer que está satisfeito com aquilo que fez. Embora, na minha opinião, seja pouco ambicioso.-----

Depois, senhor Presidente, questionámos sobre a rubrica da recuperação da dívida, que tem dezassete milhões de euros, mas que já no ano passado e neste também, mantem-se sem qualquer arrecadação. Zero euros. Portanto, gostaríamos de saber, porque é que se mantém esta rubrica neste valor, até mais elevado no Orçamento deste ano, tendo em conta que a arrecadação é zero euros. -----

-----  
A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTROLO DE GESTÃO, DR<sup>a</sup> MARIA CARMO GRAÇA: Senhor Presidente, respondendo a esta questão do senhor Vereador Gonçalo Carço, dizer quer tem a ver com dívidas que a Câmara aguarda vir a receber, nomeadamente, um processo da

Gabimóvel que está a decorrer em tribunal e que ainda não tem decisão. No entanto, a qualquer altura, de acordo com a informação do advogado que está a acompanhar o processo, esta verba poderá entrar. Não sabemos é quando. E como há a possibilidade dessa verba entrar, segundo informação dos advogados, temos aqui a verba da dívida contemplada. Assim como a dívida de contraordenações e outras que, a qualquer momento, a Câmara pode vir a receber. -----

O Orçamento é uma previsão. E nós fizemos essa previsão, com a receita expectável. -----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, se me desse permissão, perguntava à senhora diretora qual foi a verba arrecadada nesta rubrica, este ano. Qual foi a verba que já entrou este ano. Se confirma que foi zero euros, ou não. -----

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO FINANCEIRO E CONTROLO DE GESTÃO, DR<sup>a</sup> MARIA CARMO GRAÇA: Senhor Vereador, acabei de dizer que é uma receita espectável. Não entrou verba nenhuma. Poderá vir a entrar em dois mil e vinte e cinco, como poderá não ocorrer. -----

Volto a referir, que o Orçamento é uma previsão de receita. Receita essa que é expectável. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, para concluir este ponto, dizer ao senhor Vereador Gonçalo Caroço que não estou satisfeito com o estado ... aliás, o curioso, é o senhor vereador demonstrar a sua insatisfação sobre a Escola Secundária da Portela, e durante anos nada ter feito. Portanto, é curiosa esta insatisfação do senhor Vereador Gonçalo Caroço. Oito anos para resolver e não resolveram. -----

A Escola Mário Sá Carneiro, esteve oito anos para resolver e não o fez. Também a Escola de Frielas, esteve oito anos para resolver e não resolveu. Está insatisfeito com a Escola de Vale Figueira? Eu também estou. Mas vocês estiveram oito anos para resolver e não resolveram. E nós que só estamos há três, já tínhamos que ter resolvido? -----

Também estiveram oito anos, para resolver a questão da Escola Secundária da Portela, da Mário de Sá Carneiro, a de Frielas, a da Apelação, o Pavilhão da Escola Sttau Monteiro. Mas aqui a questão, é esta: ou nós queremos para uma

gestão comunista sem visão e que estagnou o Concelho de Loures, ou queremos continuar neste progresso e no desenvolvimento, a bem das pessoas que aqui trabalham, que aqui estudam e que aqui residem. Esta é que é a grande diferença, entre estes três anos de gestão e os oito anos de gestão CDU. Mas o senhor Vereador aquilo que vem dizer, é que continua insatisfeito. Pois bem, mas estive oito anos para estar satisfeito e não se conseguiu ficar satisfeito, porque não conseguiu fazer nada das preocupações que hoje aqui nos aponta. De facto, é preciso mesmo muito topete. -----

Quanto à questão da habitação, dizer-lhe que não tenho problema nenhum. A nossa obrigação e a nossa prioridade, foi dar dignidade na habitação pública. Não fazer como os senhores, que fizeram uns grafitis fora dos prédios, na Urbanização Municipal dos Terraços da Ponte, enquanto as pessoas viviam com água da chuva a cair dentro de casa. Não. Nós estamos a requalificar e a reabilitar todos esses mil e duzentos fogos, para dar dignidade às pessoas. Exigindo, obviamente, o cumprimento das suas obrigações, que é o pagamento da renda.-----

E é por isso que conseguimos baixar de cinquenta e cinco por cento, para vinte e dois por cento. Não à conta de despejo, mas à conta do Plano de Regularização de Dívidas. Por isso, agradeço a toda a população e a todos os moradores, por permitirem, quando iniciámos funções, que dos cinquenta e cinco por cento de incumpridores, baixássemos para vinte e dois. A CDU olhava para o lado, mas este Executivo Municipal baixou para vinte e dois. Direitos e obrigações para todos.-----

Depois, o senhor Vereador Gonçalo Caroço, vem falar, também, dos bombeiros. Mas uma coisa é certa, senhor vereador, e que venha um comandante de qualquer corporação de bombeiros dizer o contrário do que eu vou dizer aqui. Se havia tanta aposta nos bombeiros, porque é que quando o Governo lançou este programa das EIP'S – Equipas de Intervenção Permanente, e para quem não sabe, cada equipa de intervenção permanente, tem cinco bombeiros a tempo inteiro na corporação de bombeiros, a CDU não teve resposta. Que resposta é que a CDU teve? Se essa prioridade era, de facto, tão grande, e esse apoio era determinante para os bombeiros, então porque é que disseram que não tinham verba para as sete corporações. Que só tinham para três.-----

Mais, tiveram que sortear as corporações. Isto é verdade. Então este é que é o grande investimento nos bombeiros, na gestão CDU? Permitir que das sete corporações, só três é que tiveram direito às EIP'S?-----

Pois muito bem, senhor vereador Gonçalo Caroço, quero dizer-lhe que aposta nos bombeiros, foi o que nós fizemos. Dos dois milhões de euros que vocês tinham em dois mil e vinte e um, aumentamos para três milhões e duzentos mil euros. Que é o que temos agora para dois mil e vinte e cinco.-----

Apostar nos bombeiros, é fazer com que as corporações de bombeiros não tivessem que cair no ridículo de terem que ser sorteadas. Agora, não só todas elas têm uma EIP, como já têm duas. Aliás, somos o concelho no país com mais Equipas de Intervenção Permanente. E isto é algo que nos deve de orgulhar e muito. Esta sim, é uma clara aposta nas bombeiras e nos bombeiros do nosso concelho. -----

Mas nós não ficamos só nas transferências. Há muito tempo que o quartel dos bombeiros de Loures precisava de obras. E o que é que a CDU fez durante oito anos? Zero. Fomos nós que fizemos agora as obras de requalificação do quartel dos bombeiros de Loures. -----

O quartel dos bombeiros do Zambujal. Há anos que este quartel precisava de obras. E o que é que os senhores fizeram durante oito anos? Zero. Fomos nós que investimos mais de cem mil euros na requalificação do quartel dos bombeiros do Zambujal. Para além dos três milhões e duzentos mil euros.-----

O quartel dos bombeiros de Sacavém, que há muito tempo pediam umas cancelas, inclusive houve roubo de umas chaves de uma viatura. E fomos nós que participámos em quarenta mil euros, em obras para inviabilizar acessos indevidos ao quartel.-----

O quartel dos bombeiros de Fanhões. Somos nós que vamos agora investir cento e cinquenta mil euros, cuja obra vai começar durante o próximo mês, para a cobertura deste quartel. -----

Isto é que é apostar nos bombeiros. Não é retórica. Por isso, dizer que este é um Orçamento que reflete, obviamente, aquilo que nós planeámos. Mas não acaba aqui. Por isso é que há muitas coisas, em que há a necessidade de continuarem a ser feitas, e é para isso que vamos trabalhar e para que a população nos dê essa confiança, para continuarmos a fazer aquilo que não conseguimos fazer neste mandato. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA E O SENHOR VEREADOR DO CHEGA, TENDO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA USADO DO VOTO DE QUALIDADE.-----  
A SRª VICE-PRESIDENTE NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO.-----

-----DECLARAÇÕES DE VOTO-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Declaração de voto do Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove.-----

Este Orçamento para dois mil e vinte e cinco, confirma o desperdício de condições únicas, para o desenvolvimento do concelho -----

Foi hoje apresentado nesta Câmara, o último Orçamento do PS e PSD para este mandato. -----

Ao longo destes três anos, o atual Executivo foi afirmando, que, até ao final do mandato, cumpriria com os compromissos e propostas que apresentou à população em dois mil e vinte e um, o que desde sempre denunciámos como sendo falsas promessas com meros intuitos eleitoralistas. -----

Estando a dez meses das eleições autárquicas, fica, absolutamente, claro, com este Orçamento, que a CDU tinha e tem razão, quando afirma que foram quatro anos perdidos para Loures.-----

O conjunto dos fundos do PRR e outros fundos comunitários, aliada a uma estabilidade financeira e capacidade de endividamento deixada pela gestão da CDU, permitiria ao concelho de Loures, transformar-se, articulando a resposta adequada a muitas das necessidades da população.-----

Olhando para o investimento previsto no atual Orçamento para dois mil e vinte e cinco, concluímos que dos cento e quarenta e nove milhões de euros previstos, pouco mais de dez milhões, são provenientes de fundos próprios do Município, ou seja, não chega sequer a dez por cento do total do Orçamento para investimento.-----

Excluindo os fundos comunitários e os empréstimos aprovados, a capacidade de investimento do Município, é das mais baixas de sempre. -----  
A partir de dois mil e vinte e seis, quando acabarem os fundos do PRR e estiver esgotada a capacidade de investimento, esta situação agravar-se-á ainda mais, com um serviço da dívida que é já de oito milhões de euros em dois mil e vinte e cinco e que nos anos seguintes ultrapassará os dez milhões de euros por ano. Dívida essa, decorrente da contração, pelo PS e PSD, de empréstimos que totalizam cerca de cento e vinte milhões de euros e que se traduzirão em cento e sessenta milhões de euros de serviço da dívida, comprometendo o concelho de Loures, durante muitos anos. -----  
Temos assim um município que não só perdeu uma oportunidade única para se transformar e modernizar, mas que também vê comprometida a sua capacidade de investimento nos próximos anos.-----  
A verdade é que os principais investimentos ocorridos neste concelho durante este mandato, foram iniciados ou preparados pela CDU. Se assim não fosse, o descalabro teria sido ainda maior. -----  
São muitos os exemplos de obras iniciadas, adjudicadas, com concurso lançado ou com projeto pronto a ser lançado concurso, que aqui deixámos: a Frente Ribeirinha, que teve voto contra do PS. A rotunda de A-das-Lebres. O Pavilhão Desportivo do Infantado. A requalificação das escolas número três de Sacavém e número três de Unhos e Flamengo, que permitiram a abertura de mais salas de pré-escolar. A requalificação dos acessos ao Centro Comunitário de Santo António dos Cavaleiros. A requalificação do Parque Municipal Cabeço Montachique, inviabilizado pelo PS e pelo PSD, em dois mil e vinte. A rotunda na EN10, em Santa Iria de Azóia. A variante a Loures. As obras no Museu da Cerâmica, ambas inviabilizadas pelo PS e pelo PSD, em dois mil e vinte. O talude adjacente aos edifícios da Rua Domingos José de Moraes, em Sacavém, inviabilizada, também, pelo PS e pelo PSD, em dois mil e vinte. A requalificação do Parque Municipal do Cabeço de Montachique, projeto também inviabilizado em dois mil e vinte, pelo PS e pelo PSD. As escolas do Zambujal, a número cinco de Camarate, os novos equipamentos sociais, na área da infância e da terceira idade, com terrenos cedidos e apoio a projetos e candidaturas pela gestão da CDU, às IPSS do concelho. Os centros de saúde de Santa Iria de Azóia, Catujal e Santo Antão do Tojal. O Estádio Municipal, ou o Plano Estratégico de Reabilitação de Linhas de Água (PERLA), entre outras. -----



O Orçamento proposto para dois mil e vinte e cinco, é indissociável da concretização do que está previsto para dois mil e vinte quatro. Este aspeto ganha maior relevância, porque as taxas de execução atuais na área do investimento, são extremamente preocupantes e põem em causa obras fundamentais para o futuro de Loures.-----

Assim, em novembro de dois mil e vinte quatro, dos cento e quarenta e cinco milhões de euros de investimento previstos no Orçamento inicial, foram concretizados, até ao momento, apenas vinte e dois, vírgula quarenta e três por cento, ou seja, há mais de cem milhões de euros por executar este ano.-----

Há, ainda, vinte e cinco milhões de euros de investimento, sem financiamento assegurado, o que compromete a sua realização em dois mil e vinte e quatro.

Mas esta realidade com que Loures se vê confrontada, é ainda mais preocupante, porque nesse investimento previsto e não concretizado, estão projetos cofinanciados, que empurram a taxa de execução do PRR, para uns “*miseros*” dezoito, vírgula, cinco por cento, faltando executar mais de sessenta milhões de euros do PRR, previstos para dois mil e vinte e quatro.-----

É neste cenário que o PS e o PSD, nos apresentam um Orçamento, que já não lhes permite continuar a afirmar, que irão cumprir aquilo que andaram a prometer para este mandato. -----

Como exemplo disso, temos a não concretização das remodelações das escolas da Mealhada, de Frielas, a número um da Apelação, a Mário de Sá Carneiro, em Camarate, a Básica de Santa Iria de Azóia e o Pavilhão da Escola Básica Luís Sttau Monteiro. -----

Outras promessas vazias, são a remodelação do Palácio de Valflores, a Variante a Bucelas, a ligação de Sacavém à segunda circular, o aumento de vagas no pré-escolar, a conclusão da obra da via T7, em Camarate, a requalificação da Estrada Nacional oito, as mais de setecentas novas habitações municipais que estavam previstas na Estratégia Local de Habitação, aprovada pela CDU, ou as seis centenas de novas vagas de creche, de Lar e Centro de Dia, que não saíram do papel, por falta de investimento da Câmara e do Governo. -----

Acrescente-se que mesmo alguns projetos do Movimento Associativo e de IPSS, importantes para Loures, como o Centro Dia da CURPISIA, ou o pavilhão desportivo da AMSAC, não têm um euro previsto neste Orçamento.-----

Existem mesmo promessas que há muito tempo ficaram esquecidas, mas que convém serem lembradas. Estão neste lote, a emblemática proposta de fim das portagens da CREL e da A8, para a zona norte do concelho de Loures, o Centro Cultural de Loures, o LIOS à Portela e a Sacavém, não esquecendo quando o PS exigia que este fosse até Santa Iria de Azóia. -----

A construção de um novo parque de estacionamento em Moscavide. A reabilitação do Edifício 4 de Outubro. A criação de um centro de artes. O cheque fitness, para os jovens entre os dezoito e os trinta anos. O Programa de Habitação Jovem. A criação de uma bolsa de habitações com renda acessível para a classe média e para os jovens. A regeneração dos bairros municipais e dos seus espaços públicos. A reabilitação dos centros históricos. A revitalização de mercados municipais, em particular, em Loures e Moscavide, ou o festival de Arte Urbana, que, pasme-se, consta do programa eleitoral do Partido Socialista. -----

O concelho de Loures, infelizmente, é quem mais perdeu com esta gestão do PS e do PSD. É a população do concelho, que se sente defraudada, por uma política enganadora, suportada por uma campanha de comunicação que, por mais forte e mais dispendiosa que seja, não esconde a realidade de que tanto poderia ter sido feito e que tanto ficou por concretizar. -----

Um concelho cada vez mais desigual, também pelas opções de PS e PSD, que impedem uma maior descida do IMI, mas que impõem uma distribuição do IRS, que favorece quem já mais tem e retira um milhão de euros aos cofres do município. Um concelho onde a fatura da água cresceu como nunca: foram vinte e cinco por cento de aumento, que a população de Loures vai ter que pagar, sem que tivesse havido melhorias na recolha dos resíduos ou nas ruturas de água. Bem pelo contrário, o investimento do PS e PSD, na renovação de condutas, é irrisório, deixando a população à mercê de horas e dias sem água, cada vez de forma mais frequente e não diminuindo as perdas de água. Estas foram as razões que levaram a CDU a votar contra esta proposta de Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano, para dois mil e vinte e cinco/dois mil e vinte e nove. -----

A população do Concelho de Loures, terá oportunidade de alterar este rumo. E a CDU, como sempre, cá estará para trabalhar por um concelho desenvolvido, moderno e onde caibam todos os que cá moram, trabalham, estudam ou que pura e simplesmente nos visitam. -----

O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Os Vereadores do PSD votaram favoravelmente este Orçamento, porque, o mesmo, reflete um conjunto de investimentos para o Concelho de Loures, nomeadamente, na área da habitação, da educação, da saúde, dos transportes, no ordenamento do território, na ação social e na segurança. E na segurança, destacamos aqui a questão do projeto para dois mil e vinte e cinco, da videovigilância. Também o complexo desportivo municipal, assim como o novo Parque Verde, o PUSIA – Parque Urbano de Santa Iria da Azóia, o Parque Adão Barata, o Parque Municipal de Cabeço de Montachique, novos centros de saúde, a saída da A1, ou a variante de Bucelas. -----  
Pese embora todos estes investimentos e todas estas obras que estão aqui descritas para este Orçamento e que serão feitas neste mandato, os vereadores têm consciência que muito trabalho está feito, mas muito trabalho ainda há por fazer, neste Concelho. Por isso, votamos favoravelmente esta proposta de Orçamento. -----

O VEREADOR, SR. VITOR CACITO: Coerentes com a posição que temos adotado deste o início do mandato, votamos contra este Orçamento para dois mil e vinte e cinco, porque consideramos que, o mesmo, não altera a visão assumida até aqui pelo Executivo, em manter o elevado custo com a despesa no quadro de pessoal -----  
É um Orçamento que não vai onde poderia ir, relativamente à matéria fiscal, sendo tímido na redução do IMI, assim como do IRS. -----  
As Grandes Opções, são responsabilidades do Executivo do PS, a quem não daremos o nosso apoio. -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: A minha primeira intervenção neste ponto, constitui a declaração de voto do Partido Socialista. -----

PONTO SEIS - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 753/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA 2025, DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES -----

*“Considerando que: -----*

- A. O Mapa de Pessoal é um instrumento de gestão de recursos humanos, regulado pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----
- B. A proposta de Mapa de Pessoal tem em conta as atividades a desenvolver pelas unidades orgânicas previstas e os recursos financeiros disponíveis; --
- C. De acordo com o artigo 29.º da referida Lei, o Mapa de Pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho necessários à prossecução das atribuições do município, bem como, em anexo, os perfis de competências transversais aos cargos dirigentes e às carreiras gerais;-----
- D. A caracterização dos postos de trabalho constantes do Mapa de Pessoal obedece ao disposto no referido artigo; -----
- E. A distribuição dos postos de trabalho, segundo as diferentes modalidades de vinculação, encontra-se expressa da seguinte forma:-----

Vínculo de Emprego Público	Não Ocupados	Ocupados	Total
Designação em Comissão de Serviço	84	9	93
Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado	420	3032	3452
Contrato de Trabalho por Tempo determinado/determinável	0	1	1
Total	504	3042	3546

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, delibere submeter à Assembleia Municipal a aprovação do Mapa de Pessoal para 2025, em anexo à presente proposta e da qual faz parte integrante.-----

(...)”-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções:-----

A VEREADORA, SR<sup>a</sup> FERNANDA SANTOS: Senhor Presidente, compreendemos a necessidade de diminuição do número de lugares não

ocupados, por questões de acertos, mas preocupa-nos algumas diminuições, nomeadamente a nível do Departamento de Obras Municipais e do Departamento de Educação, designadamente, a diminuição do número de assistentes operacionais. Estes são dois departamentos que têm a maior diminuição de número de lugares.-----

Percebemos que entraram trabalhadores e que foram ocupar alguns destes lugares. De facto, há aqui um equilíbrio, mas não queremos deixar de expressar a nossa preocupação e perceber quais é que foram os critérios que estiveram subjacentes a estas eventuais diminuições, nestes dois Departamentos, como exemplo, mas podiam ser outros. Portanto, não queríamos deixar de dar esta nota.-----

-----  
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DR. CARLOS MOREIRA: Senhor Presidente, respondendo à questão da senhora Vereadora Fernanda Santos, dizer que as opções que foram tidas para este Mapa de Pessoal, efetivamente, houve aqui uma diminuição no número de postos não ocupados nos Departamentos de Educação e de Obras Municipais e conjugámos dois fatores. Um, aquilo que foram as necessidades levantadas pelas unidades orgânicas e o segundo, tivemos em conta os lugares cativos. - Para termos uma ideia da grandeza, no Departamento de Educação, neste momento, temos cinquenta e quatro postos de trabalho ocupados, de colegas que estão a fazer mobilidades por outras carreiras e por outros organismos. É expectável que esses trabalhadores venham a concluir o período experimental das novas carreiras, ainda durante este período, que vai dirimir no início do ano, no primeiro trimestre e irão libertar, “à priori”, cinquenta e quatro lugares, mais aqueles que estamos a considerar como novos postos de trabalho, é perfeitamente razoável, pelo menos, até setembro, que todos estes postos de trabalho, possam estar disponíveis, para serem ocupados por novos trabalhadores que, certamente, serão necessários, na nossa rede escolar.-----

-----  
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----

ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----  
VOTOU CONTRA, O SENHOR VEREADOR DO CHEGA. -----  
A SRª VICE-PRESIDENTE NÃO PARTICIPOU NA VOTAÇÃO.-----  
-----  
-----

--- **Eram catorze horas e quinze minutos quando os trabalhos da reunião foram suspensos, tendo sido retomados às quinze horas e trinta minutos, com a ausência definitiva dos Srs. Vereadores Vasco Touguinha e Vítor Cacito.** -----  
-----  
-----

PONTO SETE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 754/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER A APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: - A AUTORIZAÇÃO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO A VIGORAR NO ANO 2025; - A CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS E A DELEGAÇÃO DE PODERES NO PRESIDENTE DA CÂMARA PARA DESENVOLVIMENTO DO PROCEDIMENTO-----  
-----  
-----

*“Considerando que: -----*  
*A. Nos termos do estipulado no n.º 1 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito, junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito;-----*  
*B. De acordo com o n.º 2 do preceito legal supra invocado, os empréstimos podem ser a curto ou a médio e longo prazo;-----*  
*C. Atendendo ao disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 50.º da Lei supra invocada, os empréstimos a curto prazo são contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria;-----*  
*D. Ao abrigo do estipulado quer no n.º 2 do artigo 49.º, quer na segunda parte do n.º 1 do artigo 50.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, os empréstimos de curto prazo têm maturidade até um*

ano, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados;-----

- E. Os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, visto que até lá terão de ser integralmente amortizados, ficando balizados à sua função “gestão de tesouraria”, devendo-se, portanto, na fixação do seu montante atender à sazonalidade da receita, picos de estrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando-se, sempre, a necessidade de garantir, ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;-----
- F. Importa criar condições para uma eficiente gestão de tesouraria, através da contratação de um empréstimo a curto prazo a celebrar em 2025 e com vigência apenas durante esse ano, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município definidos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada;-----
- G. O n.º 5 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual e supra melhor identificada, conjugado com a alínea f) do n.º 1 e com o n.º 4 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, entre outros, estipula que compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, autorizar a contratação de empréstimos, devendo a proposta de autorização ser obrigatoriamente acompanhada de informação sobre as condições praticadas em pelo menos três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município;-----
- H. Contudo, o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, supra melhor identificada, estipula que a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento;-----
- I. O Município de Loures pretende contrair um empréstimo de curto prazo, na modalidade de abertura de crédito em regime de conta corrente, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), para vigorar durante o ano de 2025, com a finalidade prevista no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, em cumprimento dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação);-----

J. É premente que no início do próximo ano estejam reunidas as condições para a celebração do contrato de empréstimo referido na alínea antecedente;

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, supra já identificada, conjugada com alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquela mesma Lei e com o n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação vigente, supra melhor identificada, submeter à Assembleia Municipal de Loures: -----

1. A autorização para contratação de um empréstimo a curto prazo, na modalidade de abertura de crédito em regime de conta corrente, até ao montante de 6.000.000,00€ (seis milhões de euros), a celebrar e a vigorar no ano de 2025, enquadrado dentro dos limites da dívida total do Município (vd. Anexo I da presente proposta de deliberação), observando-se: -----

a) A consulta/convite às seguintes instituições financeiras: -----

- Caixa de Crédito Agrícola -----
- Caixa Geral de Depósitos, S.A. -----
- Banco Santander Totta, S.A. -----
- Novo Banco, S.A. -----
- Banco Comercial Português, S.A. - Millennium BCP -----
- Banco Português de Investimentos, S.A. -----
- Banco Montepio. -----

b) As condições constantes na ficha técnica (condições do empréstimo a curto prazo), junta como Anexo II, que farão parte do convite a efetuar às instituições financeiras supra identificadas. -----

c) A constituição da Comissão de Análise das Propostas, que assegurará o acompanhamento processual e análise das propostas, com os seguintes elementos: -----

- Membros efetivos: Dra. Maria do Carmo da Graça – Diretora do Departamento Financeiro e Controlo de Gestão; Dra. Sandra Paiva – Chefe da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão e Dra. Ana Paula Marques – Chefe da Divisão de Gestão Financeira; -----
- Membros suplentes: Dra. Helena Candeias – Técnica superior de Gestão da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão e Dra. Vânia Pina – Técnica superior de Contabilidade e Administração Pública da Divisão de Planeamento e Controlo de Gestão. -----



2. *A concessão de poderes ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures para desenvolver o processo de consulta aqui em causa. -----*

*(...)” -----*

--- Sobre a Proposta de Deliberação, foi proferida a seguinte intervenção: -----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, isto é, habitualmente, o que se faz sempre em final de cada exercício de cada ano económico, para ter eficácia no primeiro trimestre, particularmente, de cada ano, tendo em conta a arrecadação e a curva das receitas. -----

Normalmente não é utilizado sempre no máximo, para uma questão de precaução. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE -----

A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----

PONTO OITO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 755/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA FAVORÁVEL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU À SUA REPROGRAMAÇÃO – 2025 ---

*“Considerando que:-----*

*A. Atendendo ao estipulado no n.º 1 e no n.º 6 do artigo 22.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, que estabelece o Regime Jurídico da Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, reprimado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada sem a prévia autorização*

conferida pelo órgão deliberativo, salvo quando: resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados ou os seus encargos não excedam o limite de 20.000 contos (99.759,58€) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; -----

B. De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que a prova a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das Entidades Públicas, vulgarmente designada por Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvidas entidades da administração local; -----

C. Face ao disposto no artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação vigente, que estipula as normas disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA e à operacionalização da prestação de informação nela prevista, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, com exceção dos casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa;-----

D. O artigo 5.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua atual redação, prevê que a Administração Pública está vinculada ao princípio da boa administração; devendo pautar-se por critérios de eficiência, economicidade e celeridade; -----

E. Por motivos de agilização, simplificação e celeridade processuais de atuação quotidiana da Câmara Municipal de Loures, afigura-se premente que a Assembleia Municipal de Loures emita uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação nos termos dos preceitos legais supra invocados; -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, do artigo 12.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, e na

alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente, submeter à Assembleia Municipal de Loures a presente proposta para:-----

1. Emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais ou à sua reprogramação, nos seguintes casos:--
    - a) A assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação resulte de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou -----
    - b) Os encargos não excedam o limite de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não seja superior a três anos.-----
  2. Que a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação ao abrigo da autorização prévia que ora se propõe só possa fazer-se quando, para além das condições previstas no ponto anterior, sejam respeitadas as regras e os procedimentos previstos quer na LCPA, quer no DL n.º 127/2012, de 21 de junho, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais da execução de despesas. -----
  3. Que o regime de autorização ora proposto se aplique a toda a assunção de compromissos ou à sua reprogramação, desde que respeitadas as condições constantes nos pontos anteriores, com efeitos a 1 de janeiro de 2025. -----
  4. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal de Loures seja presente uma informação na qual constem os compromissos plurianuais assumidos ou reprogramados ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe. -----
- (...)” -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
ABSTIVERAM-SE A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----

PONTO NOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 756/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DA VERBA DE DESPESAS ELEGÍVEIS PARA OS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR), RELATIVA AO PAGAMENTO DE DANOS PROVOCADOS PELAS CHEIAS E INUNDAÇÕES EM DEZEMBRO DE 2022 E JANEIRO DE 2023-----

-----  
"Considerando que:-----

- A. *Nos termos da Resolução n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, o Governo declarou as cheias e as inundações ocorridas nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 como ocorrência natural excecional para os concelhos que preenchessem cumulativamente os critérios constantes das alíneas a) e b), do n.º 2;-----*
- B. *Na alínea g), do n.º 4 da mencionada Resolução, foram definidas as medidas de apoio à administração local, para apoiar a reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos públicos municipais de suporte às populações destruídos pelas cheias e inundações; -----*
- C. *O Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, autorizou a abertura das candidaturas para atribuição de apoio para reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelas cheias e inundações, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, sendo consideradas elegíveis, nos termos do n.º 3, as despesas incorridas desde a data das ocorrências excecionais, para as seguintes tipologias de infraestruturas e equipamentos: -----*
- a) Pontes e aquedutos no domínio público municipal; -----*
- b) Estradas e caminhos municipais, classificados como tal, apenas quando se verifique abatimento total ou parcial da via, com a interrupção e/ou condicionamento do trânsito, confirmados por entidade competente, excluindo -se expressamente os caminhos vicinais ou rurais, bem como os estradões florestais; -----*

- c) Taludes e muros de suporte de imóveis de propriedade municipal; -----*
  - d) Edifícios e construções municipais, incluindo habitação social; -----*
  - e) Equipamento urbano complementar e de lazer; -----*
  - d) Infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico; -*
- D. Estas medidas de apoio no âmbito da coesão social são atribuídas via Orçamento do Estado, sendo a atribuição precedida de fiscalização por parte das respetivas CCDR após candidatura por parte dos municípios afetados por estas ocorrências de natureza excepcional; -----*
- E. Nos termos do n.º 1, do Despacho n.º 8217-A/2023, de 10 de agosto, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foi autorizada a celebração do contrato-programa, no âmbito da cooperação técnica e financeira, com o Município de Loures, conforme consta no respetivo anexo, com o investimento elegível no valor de € 19.164.821,96, (com uma taxa de comparticipação de 50%) - (cfr. Anexo I);-----*
- F. Os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), serviço com autonomia técnica, financeira e administrativa para gerir os serviços de abastecimento de água, recolha e drenagem de águas residuais, têm como missão, ao abrigo do artigo 3º do respetivo Regulamento de Organização, "(...) garantir o abastecimento público de água, conforme os padrões de qualidade legalmente estabelecidos para consumo humano, a recolha e drenagem de águas residuais, e a recolha e transporte de resíduos urbanos (...)";-----*
- G. Os SIMAR, em prossecução do interesse local, lançaram o procedimento por Consulta Prévia 22/C/00415 para celebração do contrato de empreitada de obras públicas para reposição de pavimento betuminoso e calçada, intervenção necessária face aos danos provocados pelas cheias e inundações de dezembro de 2022 nas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico dos referidos concelhos (cfr. Anexo II);-----*
- H. A CCDR- LVT em 25 de julho 2023, informou da distribuição das elegibilidades por tipologias de intervenção, onde inclui a tipologia 6 - Infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, com um*

valor elegível de 183.202,10 €, com uma participação associada de 91.601,05 € (cfr. Anexo III);-----

I. Nos termos do Ofício S19088-202410-CD, enviado pela CCDR-LVT, datado de 14.10.2024, e ao abrigo do Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, veio aquela Comissão informar o Município do resultado do apuramento das intervenções elegíveis, entre elas as realizadas em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico que resulta de uma participação no valor de € 49.004,55 (quarenta e nove mil quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), (cfr. Anexo IV);-----

J. No dia 8.11.2024 a Câmara Municipal de Loures envio para a CCDR-LVT o comprovativo das declarações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos relativamente às cauções prestadas no âmbito contrato celebrado e resultante da Consulta Prévia nº 22/c/415 (cfr. Anexo V);-----

Tenho a honra de propor:-----

Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, bem como com o estipulado na alínea f), do n.º 3, do Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, autorizar a transferência da verba de despesas elegíveis de € 49.004,55 (quarenta e nove mil e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), para os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), tendo em vista o pagamento da intervenção realizada face aos danos provocados pelas cheias e inundações de dezembro de 2022 nas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico, em cumprimento das atribuições daqueles serviços, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 5.º do Regulamento de Organização dos SIMAR, e de acordo com os documentos já identificados na presente proposta de deliberação.-----

(...)”-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foi proferida a seguinte intervenção: -----

-----  
O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, esta Proposta passa para o último ponto da Ordem de Trabalhos, uma vez que depende da aprovação da 9ª Alteração Permutativa. -----  
-----

-----  
PONTO DEZ - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 757/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR), CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 317/2024, REFERENTE À ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SERVIÇO DE ÁGUAS RESIDUAIS, SERVIÇO DE RESÍDUOS URBANOS E SERVIÇOS PRESTADOS, A VIGORAR EM 2025, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR) -----  
-----

“Considerando que:-----

- A. *O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) na sua reunião 10.ª reunião extraordinária, de 20 de novembro de 2024, através da Proposta n.º 317/2024, aprovou a estrutura tarifária para o ano de 2025; -----*
- B. *A proposta de tarifário apresentada mantém a estrutura tarifária atualmente em vigor para os três serviços prestados, tendo em linha de conta um cenário de não atualização nas componentes de abastecimento de água e águas residuais, não prevendo também qualquer atualização na tarifa social, familiar e das instituições sem fins lucrativos; -----*
- C. *Com o atual panorama económico e financeiro das populações residentes nos concelhos de Loures e Odivelas e com o intuito de promover a universalidade do acesso aos serviços públicos essenciais, o tarifário ora proposto demonstra a preocupação em assegurar o abastecimento de água às famílias mais carenciadas dos dois concelhos, sem qualquer aumento de custo, em continuidade com a política adotada nos últimos dois anos; -----*

*D. A proposta apresentada pelos SIMAR prevê a continuidade da “subsidição” do preço do m3 de água vendida aos clientes domésticos do 1.º escalão de consumo doméstico, assumido os SIMAR a diferença entre o custo real da água adquirida à EPAL e o custo suportado pelo consumidor final e apesar de se estimar um incremento na ordem dos 2,1% na atualização das tarifas a praticar em 2025 pelos fornecedores de serviços em alta; -----*

*E. A proposta de tarifário apresentada dá cumprimento ao estipulado pelo Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), aos objetivos e metas definidos pelo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e às previsões do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030); -----*

*F. O tarifário proposto pelos SIMAR, em cumprimento do disposto pelo n.º 1 do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e pela Recomendação Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) para 2025 e tendo como desiderato a atualização gradual das recomendações e cumprimentos dos citados Regulamentos da ERSAR, não descurando a salvaguarda do impacto junto dos clientes dos SIMAR e assentando nos princípios da sustentabilidade ambiental, social e económica da entidade, traduz um aumento na faturação mensal de cerca de 1,31€ para os clientes domésticos do 1.º escalão (até 5m3) e de 1,60€ para os clientes do 2.º escalão, com um consumo de 8m3 (consumo médio mensal dos clientes domésticos no 1.º semestre de 2024), sendo que 95% do total dos clientes domésticos dos SIMAR se posicionam no 1.º e 2.º escalões;-----*

*Tenho a honra de propor: -----*

*Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual, aprovar a proposta de alteração ao Tarifário dos Serviços de Abastecimento de Água, Serviço de Águas Residuais e Serviço de Resíduos Urbanos e Serviços Prestados dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), para vigorar em 2025, nos termos devidamente explanados na informação n.º I/22124/2024 que se anexa à presente proposta de deliberação. -----*

*(...)” -----*



--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, se me permite, faria uma breve apresentação, relativamente ao tarifário dos SIMAR. Assim, dizer que o que vem aqui hoje proposto, reflete, em muito, aquilo que tem sido, também, a persecução do objetivo do equilíbrio financeiro, no que diz respeito aos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas. -----

O que está aqui hoje proposto no tarifário, define zero por cento de aumento, no que diz respeito ao abastecimento de água e às águas residuais. Zero por cento, de aumento do tarifário para o tarifário social e familiar e também zero por cento, de aumento para as Instituições de Solidariedade Social.-----

A grande alternância que tem aqui, é que a aplicação do Regulamento do Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos, o parecer da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, tendo em conta os desafios da matéria de gestão de resíduos e a necessidade de diminuir os prejuízos da área da atividade, deixa de existir neste tarifário, a subsídição cruzada nas áreas de negócio dos SIMAR e mantém a atual estrutura tarifária para todos os serviços. -----

Mantemos, neste mesmo tarifário, a subsídição, e isto é importante dizer, no que diz respeito à venda da água, no primeiro escalão do consumo doméstico, e isso já representou, desde a criação dos SIMAR, uma subsídição de cerca de três milhões de euros, no que diz respeito à água. -----

Para a elaboração deste tarifário, não podemos deixar de ter em conta e de olhar para isto, de uma forma muito mais estruturada, o aumento de quase duzentos e cinquenta mil euros, no que diz respeito ao tratamento de águas residuais. O incremento de mais um milhão de euros, no que diz respeito à água comparada à EPAL e o aumento de custos com o tratamento de resíduos para dois mil e vinte e cinco. -----

Dar aqui, também, a seguinte nota: a primeira proposta que houve, por parte da ERSAR, relativamente à questão dos resíduos, impunha um aumento de quarenta e seis por cento, no que diz respeito à tarifa de tratamento de resíduos urbanos.-----

Relativamente à proposta que esteve em cima da mesa e que já foi respondida pela Valorsul, estamos a aguardar que nos definam qual é o valor efetivo da tarifa, porque a resposta da tarifa ao segundo parecer da ERSAR, situava-se num valor que rondava os cinquenta e seis euros, por tonelada. -----

No que diz respeito à variação dos custos de tratamento, só para dar aqui uma nota, dizer que em dois mil e vinte e um, o total dos gastos do tratamento dos resíduos urbanos, era de cinco, ponto, oito milhões de euros por ano. Vamos fechar o ano de dois mil e vinte e quatro, com um custo no tratamento dos resíduos, de oito, ponto, cinco milhões. Um aumento significativo, no que diz respeito à tarifa cobrada. -----

Dizer, igualmente, que não conseguimos alocar todos estes aumentos, no que diz respeito à absorção por parte dos SIMAR, a esta matéria. Portanto, aquilo que decidimos fazer, e posso-vos dizer, até para debate, que a tarifa que tínhamos em dois mil e dezoito, por tonelada, era dezanove, ponto, oitenta e nove e a tarifa que tivemos de pagar, por tonelada, este ano, de deposição na Valorsul, era de quarenta e sete, ponto, noventa e três euros. Uma evolução brutal, no que diz respeito ao custo da tarifa. -----

E quando julgamos que este tarifário, e reafirmo que é um tarifário que não aumenta o custo da água. Nem da água adquirida, nem da água vendida, nem aumenta o custo das águas residuais, mas tem de acompanhar no que diz respeito ao tratamento dos resíduos, porque esta é a tarifa que nós temos, efetivamente, de cobrir. -----

Senhor Presidente, com esta pequena apresentação sobre os tarifários, reservar-me-ia, para alguma questão que seja colocada. -----

O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, queria colocar algumas questões a propósito do tarifário. E a primeira, é se foi submetido ou não, à ERSAR, em tempo, uma vez que o tempo terminava no dia quinze de outubro, a proposta de tarifário para este ano e se há emissão de parecer, por parte da ERSAR, à proposta de tarifários dos serviços. -----

A segunda questão, tem a ver com o facto de nós, neste momento, ainda não conhecermos o preço do tratamento da tonelada em alta. Estamos aqui a aprovar um tarifário e um Orçamento, baseados num princípio que, segundo as palavras do senhor Vereador Nuno Dias, talvez possa ser os cinquenta e seis euros a tonelada. -----

Portanto, estamos a aprovar um tarifário, na base de uma premissa, numa estimativa, que, já agora, gostava de saber como é que foi feita e qual foi o valor que se atribuiu a cada tonelada tratada no sistema em alta, para se chegar à despesa associada ao tratamento da alta.-----

Isto é uma perversão que o sistema em Portugal tem, que é a obrigação que os municípios têm, de apresentar uma proposta de tarifário, antes de haver, da parte da entidade reguladora, a emissão de um parecer, que permita fazer um tarifário, em consonância com aquilo que é a realidade dos factos e que vai ser aplicado a partir de janeiro. Tão simples quanto isto. Portanto, isto é uma coisa, completamente, perversa. -----

A terceira questão, tem a ver com o facto de o senhor Vereador Nuno Dias, ter colocado, e bem, a evolução dos preços do tratamento em alta, dos resíduos urbanos, que é uma coisa que é escandalosa em todo o país. E é escandalosa, porque andamos todos a “engordar”, aquilo que é a atividade de grandes empresas neste setor - só uma entidade, detém catorze entidades gestoras -, e em que andamos todos a pagar esta fatura. Mas isso já sabíamos. -----

Portanto, o que precisamos de saber, é o que é que este Município e o Município de Odivelas, pensam fazer, de modo a que possam vir a contestar os preços que são praticados pelo sistema em alta. Foram anunciadas várias ações judiciais, desencadeadas por vários municípios em todo o país, e eu gostava de saber, se da parte do Município de Loures, há ou não, a intenção de acionar algum mecanismo, do ponto de vista judicial, contestando os preços que, neste momento, são cobrados a toda a gente e que, inevitavelmente, acabarão por ser, pelo menos, parcialmente, refletidos nos consumidores.-----

E eu, na minha opinião, acho que não é justo, do ponto de vista social, que o tratamento dos resíduos, seja refletido, como se pretende, por parte da ERSAR, única e exclusivamente, nos consumidores.-----

Mas isto é aquilo que acho. E aquilo que nós, eventualmente, achamos todos. Mas é preciso fazer alguma coisa de concreto. E aquilo que eu e esta bancada gostávamos de perceber, é o que o Município está a fazer, em relação à evolução dos preços em alta, para contrariar esta tendência, que é um aumento brutal, a cada ano que passa, que inflaciona, em muito, os custos desta atividade, não havendo forma de a compensar, a não ser ir ao bolso dos munícipes. E isso, sinceramente, não nos parece justo, num Estado que se quer moderno, capaz de tratar os resíduos, de fazer a economia circular, etc. -

Ainda uma outra questão, tem a ver com a tarifa social automática. E o que gostávamos de saber, é se o município considerou ou não, a aplicação da tarifa social automática. E não a tendo considerado, quais são as razões para que tal aconteça. -----

-----  
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, relativamente à proposta agora apresentada, o que nos apraz dizer, é que o que dá lucro, deixamos continuar, e o que dá prejuízo, aumentam-se os preços, de uma forma que, na minha opinião, é quase escandalosa e de duvidosa aplicação e fundamentação e, por isso, começava já a colocar algumas questões.-----

Percebe-se que há um aumento de cinquenta por cento na ligação dos ramais de água e esgotos. E o que eu queria saber, é qual é o fundamento deste aumento de cinquenta por cento e porquê cinquenta por cento. Qual é a razão objetiva do mesmo. Saber, também, à data de hoje, qual é o atraso que temos, relativamente à instalação dos mesmos. Temos um atraso, que, há pouco tempo, era de cerca de um ano, portanto, à data de hoje, qual é o fundamento deste atraso e se este prazo se mantém. Ou seja, aumentam-se cinquenta por cento do preço das ligações e estamos mais de um ano, para que as mesmas sejam efetuadas. -----

Depois, temos também aqui dois custos, relativamente aos quais eu gostava de obter alguma informação, que têm a ver com a declaração de inexistência da rede de abastecimento, no valor de vinte e dois euros e noventa e um cêntimo. Portanto, se bem percebo, o munícipe vai aos SIMAR, quer saber se na sua residência tem água e, mesmo que não tenha rede, paga vinte e dois euros e noventa e um cêntimo. Gostava de saber se é mesmo assim como estou a perceber, ou se há aqui alguma coisa que me está a passar ao lado.--  
Depois também uma nova tarifa, que é a execução de derivação de retirada de ramal de obra, no valor de duzentos e doze euros e quarenta e um. Também gostaria de saber qual é a justificação e a valorização destes valores destas novas tarifas, para o munícipe pagar. -----

Depois, também não posso deixar de comentar, o aumento de dois, vírgula, um por cento, do impacto da fatura mensal dos consumidores, relativamente a este valor. É porque ao fazerem-se contas, relativamente à recolha de resíduos urbanos, há um aumento de vinte e oito, vírgula, oito por cento, da componente fixa e um aumento de dezasseis, vírgula seis, da componente variável. Para o

caso de consumos de natureza doméstica. Para o caso de consumos não domésticos, esses valores variam entre vinte e sete, vírgula, seis e vinte e cinco, vírgula, quatro, respetivamente. -----

Depois, o impacto final da faturação, para os consumidores, de cinco e dez metros cúbicos, que é isso que nos interessa no final das contas, do que conseguimos apurar, é que os consumidores de cinco metros cúbicos, o consumo típico monoparental, com um único elemento, verificarão, que a sua fatura será acrescida de seis, vírgula, nove por cento, relativamente a dois mil e vinte e quatro. -----

Já para o caso de dez metros cúbicos, o consumo médio, com três elementos no agregado familiar, o impacto na faturação do aumento das tarifas, significa um aumento de cinco por cento, na fatura da conta dos munícipes do nosso concelho. -----

Portanto, é caso para se dizer, que, onde é preciso aumentar com força, os senhores aumentam. -----

Termino, como comecei. Ou seja, onde dá lucro, deixam estar, onde há prejuízo, aumentam para o consumidor pagar. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Tiago Matias, o impacto para alguém do primeiro escalão, com cinco metros cúbicos, no valor final da fatura, e tal como o senhor vereador disse, o que interessa é o valor final, estamos a falar de um euro e trinta e um cêntimo. -----

Para oito metros cúbicos, e mais de noventa e cinco por cento dos nossos consumidores, estão entre o primeiro e o segundo escalão, estamos a falar de um aumento de um euro e sessenta cêntimos. Portanto, julgamos que a atualização dos valores, e considerando, também, a viabilidade financeira dos SIMAR, não nos podemos esquecer, nem podemos desfrinçar que tivemos e apanhámos os Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, com um prejuízo de mais de onze milhões de euros de prejuízos acumulados. Foi o que tivemos até ao ano passado. -----

Muito desse prejuízo já foi aqui amplamente falado, e pegando já na intervenção do senhor Vereador Paulo Piteira, dizer que isso tem muito a ver com o incremento do serviço em alta, que a nós não nos autofinancia. É impossível. -----

Aquilo que o senhor vereador disse e muito bem, é a questão dos serviços em alta e da tarifa que nós somos obrigados a acompanhar, quase na questão de monopólio do pagamento dessa tarifa, porque não temos forma de não a fazer, de não a conseguir percutir. Basicamente é isto.-----

Posso dizer, que o senhor Presidente, quer na AML - Área Metropolitana de Lisboa, quer, também, na Associação Nacional de Municípios, tem debatido e trabalhado e, inclusivamente, foi criado um grupo de trabalho na AML, por causa desta mesma situação, porque, de facto, os municípios, não podem continuar a subsidiar, porque tudo aquilo que são receitas e tudo aquilo que é feito a nível de receitas, é para subsidiar as entidades em alta, e a única forma de subsidiar a atividade, é com a tarifa cobrada ao cliente. E aí sim, temos um problema. Temos um problema no subsidiar uma atividade que deveria de ter os apoios necessários para que ela fosse desenvolvida de forma autónoma. E é isso que não acontece.-----

No que toca aos ramais de água e aos ramais de água residual, dar aqui nota que quanto aos ramais de água, não há qualquer atraso no que diz respeito ao abastecimento de água nos ramais. No que diz respeito às águas residuais, sim, de facto, temos um atraso. Não estamos com tanto atraso como estávamos, mas estamos com alguma dificuldade em fazer a execução desses mesmos ramais. -----

No que diz respeito ao aumento da tarifa nestes casos, ele foi feito com base, de modo a cobrir os custos de construção da execução desses mesmos ramais. Como não poderia deixar de ser, numa entidade que tem, efetivamente, de fazer essas mesmas ligações.-----

Pegando num caso mais em concreto, dar aqui uma nota que é importante. Eu concordo com aquilo que o senhor Vereador Paulo Piteira disse, ou seja, que não podem ser os municípios nem as entidades intermunicipais, a serem os únicos subsidiários e aqueles que têm que cumprir com tudo e têm de absorver todas as tarifas, por parte da ERSAR. Concordo plenamente, quando me diz, inclusivamente, que nós temos de apresentar um orçamento prévio à designação dos valores das tarifas a serem cobradas no ano seguinte. Isso, de facto, não faz sentido. É uma deturpação daquilo que são os documentos previsionais para o ano económico que nós somos obrigados a apresentar. Mas as regras que temos são estas. Sei que está a ser trabalhado, até pela área Metropolitana, algumas alterações e algumas propostas para esta matéria em

concreto, mas essa apreciação teremos que a fazer mais à frente e agora temos o tarifário para poder apreciar.-----

Portanto, reafirmo apenas, que, até cinco metros cúbicos, o efeito deste tarifário é um, vírgula, trinta e um cêntimo. No segundo escalão, o consumo médio de oito metros cúbicos, é um e sessenta.-----

-----  
O VEREADOR, SR. TIGO MATIAS: Senhor Vereador Nuno Dias, ao ouvi-lo falar, até pensei onde é que o senhor vereador andava no último mandato. Porque alguém que falava dos grandes problemas de gestão da CDU, ao ouvi-lo falar, pergunto-me onde é que andava nos mandatos da CDU, quando nós tantas vezes falámos destes problemas que agora aqui tão bem retratou e que soube agora trazer e que nós há tantos anos falamos, que são reais e que efetivamente não são justos para a gestão das águas e resíduos de todos os municípios e não apenas do nosso.-----

Mas o que o senhor Vereador Nuno Dias tentou defender, e, efetivamente, nós não podemos acompanhar, é o facto de dizer que o aumento é de, apenas, um, vírgula, trinta e um cêntimo e de um e sessenta, consoante os consumos de cinco ou de dez metros cúbicos. Bom, os dez metros cúbicos ao ano, são quase quarenta euros. e nos cinco metros cúbicos, são vinte euros. Portanto, este valor, na minha opinião, para quem paga, é muito. Fora os outros que há pouco enunciei e que ainda não percebi a justificação dos tais aumentos que aqui referiu.-----

Portanto, efetivamente, é caso para dizer que assim também eu sei gerir. Pondo os custos às costas dos consumidores, assim, é fácil de gerir. Quando no final do dia, do mês ou do ano, a conta recai sobre o consumidor, assim é fácil ser gestor e administrador de uma empresa municipal. Porque, no final, paga o mesmo: o consumidor e o nosso município. E isso é que é de lamentar.-----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, não me foi respondida a questão da tarifa social automática, que há pouco coloquei e gostava de ter uma justificação do Executivo. Há vários municípios no país que aplicam esta tarifa, que pretende alguma justiça social, nomeadamente em relação aos segmentos mais fragilizados da população. Em Loures não ontem sido possível aplicá-la, portanto gostávamos de saber quais são as razões porque isso acontece.-----

É certo que no passado também não foi aplicada, mas isso aconteceu, porque, na altura, se fizeram contas, e chegou-se à conclusão que não era possível, uma vez que não havia acordo entre os dois municípios - Loures e Odivelas -, quanto ao custo final. Como não sei se essa situação se mantém ou não, gostava de ouvir uma explicação relativamente a esta matéria. -----

Outra questão que gostava de colocar, tem a ver com o seguinte: nós constatamos que, de facto, há um aumento muito significativo, das tarifas em alta. E aquilo que eu consigo perceber, é que, de facto, é assim, que é injusto, que não devia de ser, mas nada acontece. -----

E aquilo que volto a perguntar, é o que é que os municípios – Loures e Odivelas, estão a ponderar fazer, porque há municípios que tomaram a iniciativa de lançar providências cautelares, em relação às entidades que fazem a gestão da alta, para evitar os aumentos que estão perspetivados em vários sistemas de tratamento em alta de resíduos urbanos. Portanto, o que é que o Município de Loures está a pensar fazer. Se é que está a pensar fazer alguma coisa. ---

É fácil, como há pouco dizia o Vereador Tiago Matias, refletir isto aos consumidores. É a parte mais fácil. Mas isto não resolve o problema, que é um problema de “*deficit*” crónico que a atividade de resíduos tem em Portugal e que carece de medidas de fundo, que têm que ser tomadas por quem gere o sistema em alta e têm que ser decretadas, naturalmente, pelo Governo. -----

E, ou os municípios conseguem pôr-se de acordo relativamente a esta matéria, ou este caminho que, uma vez mais, está aqui a ser proposto com este tarifário, que é o caminho do agravamento dos preços aos consumidores, é um caminho que está esgotado. Não é possível continuar por esta via. Nós estamos a falar, no caso daquilo que está aqui proposto, de aumentos, no que tem que ver com os resíduos urbanos, têm no segmento doméstico, um aumento da tarifa fixa de vinte e um, vírgula, oito, por cento, por comparação com o ano anterior. E na tarifa variável, dezasseis, vírgula, seis por cento, no segmento doméstico. - No segmento não doméstico, ainda é pior. São vinte e sete, vírgula, seis por cento e vinte e cinco, vírgula, quatro por cento, isto são aumentos brutais. E não é possível continuarmos a pensar que é possível persistirmos neste caminho. As pessoas não têm possibilidades de pagar estas quantias. E é preciso “*arrepiar caminho*”. E “*arrepiar caminho*”, só pela ação conjugada dos municípios. Portanto, não percebo o que é que se está a fazer para contrariar isto. -----



Houve reuniões na Área Metropolitana de Lisboa. Houve posições da Associação Nacional de Municípios. E o que eu pergunto é se o Município se propõe, ou não, a lançar uma providência cautelar? E o Município, com o administrador que tem nomeado na Valorsul, vai tomar alguma posição, ou não? Na Assembleia Geral da Valorsul, vão tomar alguma posição, ou não? É isto que interessava aqui perceber. -----

Há outras questões que têm que ver, ainda, com o tarifário e que nós temos dificuldade em conseguir compreender. E uma questão que está aqui colocada, tem que ver com algumas novas tarifas que são criadas, nomeadamente, uma nova tarifa que é a declaração de inexistência de rede de abastecimento, e que nós não conseguimos perceber porque é que existe, qual a razão e porque é que tem este valor associado. -----

Quer dizer, um munícipe que não tem acesso à rede, tem que assumir uma declaração pela qual tem que pagar, ainda para mais uma quantia que não é simpática, para ser simpático, em relação àquilo que aqui está preconizado? Portanto, gostávamos de perceber porque é que esta tarifa existe e porque é que agora se lembraram de a criar. Porque é que não existia anteriormente e agora passou a existir? -----

Por outro lado, já foi aqui colocado, mas não é de mais sublinhar, que a execução de ramais, que apresenta um atraso muito significativo, de muitos meses, para não dizer um ano, em relação à execução, tem um agravamento do respetivo pagamento. Ou seja, as pessoas esperam muito tempo e vão pagar mais, por um serviço, relativamente ao qual esperam muito tempo. Isto, para nós, não faz sentido. E como não nos faz sentido, gostávamos de ter aqui uma explicação, para que consigamos entender a lógica que possa estar subjacente à tomada de tal medida. -----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, já o ano passado, por esta altura, aquando a discussão do aumento do tarifário, o argumento do senhor Vereador Nuno Dias, era exatamente o mesmo. É que o aumento era só de cerca de um euro e meio por mês. O argumento é sempre o mesmo e o aumento também é sempre o mesmo. -----

Ou seja, todos os anos vai havendo aumentos e todos os anos o senhor Vereador Nuno Dias vai dizendo que é só um euro e meio de aumento, por isso não custa nada. -----

Mas o problema, é que desde que os senhores começaram com estes aumentos, que não custam nada, já estamos a falar de custos anuais, só com estes aumentos, de cem euros. Cem euros! E cem euros, se calhar, para alguns não custa nada, mas para muita gente, custa. Por isso, senhor Vereador Nuno Dias, acho que não lhe fica bem dizer isso dessa forma, porque, de facto, estamos a falar de aumentos que vão atingir todas as pessoas. E desde que os senhores tomaram posse, cem euros por ano, faz muita falta a muita gente.---

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Tiago Matias, vou-lhe explicar o que é que é a gestão. O senhor, em dois mil e vinte e um, com quase seis milhões de despesa de resultados negativos nos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas, pagou em resíduos, cinco, ponto, oito milhões. Em dois mil e vinte e um. Ao dia de hoje, em dois mil e vinte e quatro, e não foi por via só dos aumentos, porque nós tivemos aumentos nas tarifas, sim, mas também tivemos aumentos nas prestações, nos vencimentos dos trabalhadores, tivemos o aumento inflacionário que houve em todo o mundo, e nós pagamos oito, ponto, cinco milhões de euros. Só na tarifa de resíduos. -----

Portanto, senhor vereador, de dois mil e vinte e dois, a dois mil e vinte e cinco, tivemos, só de aumentos, para pagarmos só à EPAL, oito por cento, de águas residuais, quinze por cento, de tratamento de resíduos, trinta e seis por cento. E só pela forma de gestão, se tivéssemos tido o mesmo valor no custo de resíduos na tarifa, senhor vereador, garanto-lhe não apresentávamos os resultados negativos que tinham sido apresentados até então. -----

É porque virem com a conversa de que “*com esta forma sei eu fazer*”. Não, não é esta forma que sabe fazer. É uma diferença de gestão. É. Mas é assim. -----

Outra questão, senhor Vereador Paulo Piteira, os SIMAR sempre foram alvo de discussão. E quando o senhor Vereador Tiago Matias perguntou onde é que eu andava, no que diz respeito ao aumento da tarifa, no mandato anterior, eu fui aqui claro e objetivo, quando chumbei o tarifário dos SIMAR. Claro e objetivo. Uma força política que não tem maioria absoluta, que não se digna a negociar com o Partido Socialista para viabilizar os documentos que já tinham sido viabilizados em anos anteriores, no último ano, desculpem, mas é porque não querem o tarifário aprovado. Eu disse-lhe isto aqui. -----

Senhor Vereador, não sabe onde é que eu andava. Eu estava sentado, exatamente, onde o senhor vereador está. E disse isto. -----

Mais, senhor vereador, e permita-me que lhe diga o seguinte: quando nós estamos na altivez e olhamos para isto de forma autista e que nós é que sabemos, e não leve isto de forma literal, foi o que aconteceu no último ano no tarifário.-----

Mais, estava eu nesse lugar, quando os desafiei a apresentarem medidas concretas, para que, assim, viabilizássemos os tarifários dos SIMAR. Mas os senhores preferiram manter como estava, mas isso é uma opção política. Eu disse para apresentarem medidas concretas. Portanto, senhor Vereador, aquilo que nós tivemos, e não querendo politizar muito mais esta questão, aquilo que nós tivemos, foi um aumento ... em dois mil e vinte um, a tarifa estava em trinta e cinco euros a tonelada de resíduos. Em dois mil e dezoito, quando os SIMAR começaram a dar resultados negativos, a tonelada estava a dezoito euros. É dito que estamos a falar. Foi alguma incapacidade de gestão? Foi. Não tenho dúvidas. Se é necessário fazer algo de forma urgente para verificar isto? É. E confio no senhor Presidente. Confio na capacidade de autoridade da Associação Nacional de Municípios, como confio na Área Metropolitana, para poderem, de uma vez por todas, agarrar num tema, que é um tema crucial para a Área Metropolitana de Lisboa, e não deve de ser tratada casuisticamente, por cada município. Deve de ser tratada num conjunto, para podermos avançar, de forma definitiva, para a resolução de um problema, que só vai ser agravado com as novas medidas que temos de utilizar agora, para outro tipo de recolhas, como está no PAPERSU, que ainda não foi aprovado.-----

No que diz respeito à comparticipação da APA, para quem quer fazer os furos, é uma declaração que é passada para ser apresentada à APA. Ou seja, é uma declaração que é passada, e não é a questão de não ter acesso à rede. É para quem quer, efetivamente, fazer os furos de água, para dizer que não tem outra forma de abastecimento que não aquela. Basicamente, é uma taxa de apreciação.-----

Portanto, aquilo que nós temos no tarifário e que propomos é isto. E não é uma questão de ser difícil ou não. Porque o aumento que nós estamos a preconizar para o custo da água ... aliás, não nos podemos esquecer, que nós subsidiámos a água no primeiro escalão, isto é, nós vendemos mais barato do que compramos, também é um apoio. -----

No que diz respeito à tarifa social, senhor Vereador Paulo Piteira, dizer que estamos a ver qual é o impacto financeiro, para podermos decidir e para poder aplicá-la de forma automática, ou não, relativamente à vida financeira dos SIMAR. -----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Vereador Nuno Dias, começando na sua questão, a propósito desta nova taxa de declaração de existência da rede de abastecimento na área, dizer que, de facto, é espantosa esta conceção. Então, os municípios não têm rede porque a entidade gestora não lha colocou à porta. E para poderem executar um furo, para resolver o seu problema, têm que pedir à entidade gestora, que passe uma declaração pela qual pagam, a dizer que a entidade gestora não conseguiu lá colocar a rede. Isto, de facto, é uma coisa inusitada. Convenhamos. -----  
Então a pessoa não tem. Mas tem que pagar para que lhe digam que não tem. E como não têm, podem fazer um furo e apresentar a declaração na APA. Isto, de facto, é extraordinário. -----

Voltando à questão do tarifário, senhor vereador Nuno Dias, se eu tivesse chegado, aqui, hoje, à Reunião de Câmara, e não tivesse assistido a outras reuniões onde discutimos os tarifários e o Plano de Atividades e Orçamento dos SIMAR, eu até “*comprava*” a explicação que o senhor esteve aqui a tentar vender-nos. Mas senhor vereador, eu lembro-me muito bem, do que é que aconteceu em mandatos anteriores, quando a CDU trouxe a proposta de tarifário à Câmara, viu a proposta de tarifário viabilizada na Câmara pelo Partido Socialista e depois inviabilizada na Assembleia Municipal pelo Partido Socialista. Lembro-me, também, de outra ocasião, em que trouxemos à Câmara, uma proposta de atualização do tarifário, que era ao nível e ao valor da inflação, pura e simplesmente só isto, a inflação subiu, e como nós não queremos agravar a vida às pessoas, só propomos que seja exatamente o valor da inflação. E o que é que aconteceu? O Partido Socialista chumbou. -----

O senhor Vereador diz que devíamos ter falado convosco, porque se tivéssemos falado convosco, os senhores tinham imposto umas condições que talvez nos fizessem ter uma boa gestão. Desculpe? Uma boa gestão? Então nós precisávamos de compensar o efeito da inflação e os senhores nem com isso estiveram de acordo. Sabendo que havia, como há todos os anos, agravamento de custos de operação, nos diferentes segmentos de atividade, desde os resíduos, à energia, passando pelos combustíveis, como os custos

da mão de obra, das despesas de pessoal, tudo isso aumenta, e queriam que nós fossemos negociar, exatamente, o quê?-----

Na altura, os senhores sabiam, tal como sabem hoje, e já havemos de falar nisso mais adiante, que estavam em curso importantes investimentos, nomeadamente, ao nível das infraestruturas de abastecimento de água. Foi isso, aliás, que permitiu, que hoje tenham resultados, substancialmente, melhores, do que aqueles que nós aqui encontramos, naquilo que tem que ver com as perdas. Foi o investimento que se fez, em infraestruturas enterradas. Foram cinquenta quilómetros que foram executados nos dois concelhos. É bom lembrar isto.-----

Mas os senhores não quiseram que a CDU tivesse o instrumento financeiro que lhes ia proporcionar continuar a fazer essa gestão. Mas foi deliberado, do ponto de vista político. Com isso prejudicaram quem? Prejudicaram a CDU? Não. Prejudicaram a população dos dois concelhos e os SIMAR, que apresentaram, obviamente, piores resultados. Mas agora, dizem que no passado, os resultados dos SIMAR eram muito maus, quando a gestão era comunista. ----- Não. Não! A gestão foi condicionada, por decisões como aquela que os senhores aqui tomaram, e que obrigaram a que se agravasse o “*deficit*”. É bom não escamotearmos aquilo que, historicamente, se passou e não vir agora aqui esgrimir, que no passado era mau e que agora não é bom, porque sobem muito os custos da alta.-----

Pois sobem. E sobem, sabe porquê, senhor vereador? Porque alguém, concretamente, os Governos da Troika, decidiram privatizar um sistema que dava lucro, que era o sistema que geria os resíduos neste país, a Valorsul pública, com dinheiros da Administração Central e dos municípios. Decidiu privatizá-la, entregá-la a um grupo privado, a Mota-Engil, que comprou à escala do país, os sistemas todos que existiam sob a gestão da EG. -----

E o que agora acontece, é que passados estes anos todos, passado dois Governos do Partido Socialista, um em maioria relativa e outro em maioria absoluta, pese embora ter assumido, por escrito, compromissos, no sentido de reverter a privatização do sistema em alta, nunca os conseguiu cumprir.-----

Se daquele lado, os senhores do PSD, privatizaram o sistema e, com isso, prejudicaram a população, do outro lado, os senhores do Partido Socialista, não cumpriram, primeiro, aquilo que tinham escrito, e depois, não tiveram a coragem política, para reverter a privatização. E os resultados estão aí. Os resultados estão aí! É isto que aqui está hoje. É aquilo que hoje todos temos

que pagar. É hoje aquilo que os senhores se queixam aqui, que é o agravamento dos custos.-----

Nós estamos a falar de uma empresa que não dava prejuízo. Dava lucro. Distribuía dividendos aos seus acionistas. E o Partido Socialista, em relação a esta matéria, tem muita responsabilidade. Eu diria até, que tem grande parte da responsabilidade, que, aliás, divide com o PSD. Porque, como diz o ditado, se *“uns fizeram o mal, outros fizeram a caramunha”*. É disto que se trata. -----

E hoje, não nos podemos queixar, de facto, daquilo que são os preços. Do que a bancada da CDU se pode queixar é da inércia que há, naquilo que tem que ver com a necessidade de nos opormos, não só no Município de Loures, mas à escala de todos os municípios, a este estado de coisas. Porque isto é impensável. Venha quem vier, gerir, no futuro, os destinos do Município de Loures e dos outros municípios todos, está confrontado com um problema que é insolúvel, porque não vai ser possível continuar a ver aumentar os custos do tratamento em alta, e refletir esses custos nas pessoas, porque as pessoas não aguentam. Portanto, ou se encontra outro modelo de gestão dos resíduos em Portugal, ou isto é ingerível. E é bom que todo a gente perceba isto, como uma realidade. -----

É porque não vai ser possível continuar a ver aumentar os custos do tratamento em alta, e refletir esses custos nas pessoas, porque, volto a referir, as pessoas não aguentam e, ou se encontra outro modelo de gestão dos resíduos em Portugal, ou isto é ingerível, e é bom que se perceba isto como uma realidade que é preciso enfrentar e à qual é preciso dar resposta. E desse ponto de vista, continuo a não ter aqui respostas.-----

Também não obtive resposta, em relação à questão da ERSAR, nomeadamente, se esta entidade já emitiu parecer sobre o tarifário que está a ser proposto.-----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, duas notas: a primeira, tem a ver com o facto de o senhor Vereador Nuno Dias estar muito preocupado com os aumentos em alta, da taxa dos resíduos e fazer de conta que o Governo do Partido Socialista, no seu primeiro mandato, não fez um Decreto-Lei, em que aumentava, de forma brutal, os preços em alta do fornecimento de água e águas residuais. Mas fez. Mas nessa altura, quando esses preços começaram a ser pagos pelos SIMAR e, evidentemente, que a despesa começou a aumentar pelos SIMAR, devido a esses aumentos em alta,

porque eles não começaram agora. Os dos resíduos pode, neste momento, estar a aumentar mais do que na altura, mas o das águas e das águas residuais não começaram agora. Começaram nessa altura. E foi, exatamente, nessa altura, que os senhores sabiam disso, sabiam das dificuldades que isso estava a levantar aos SIMAR e não se coibiram de votar contra a proposta de tarifário que só tinha lá o aumento da inflação. -----

Mas eu acho que passados quatro anos, nós já percebemos porque é que foi esse voto contra. Foi porque os senhores entendem que se deve aumentar o tarifário dos SIMAR, de forma significativa. E como nós não tínhamos essa proposta, os senhores votaram contra. Tiveram que esperar que viesse um Presidente do Partido Socialista, neste caso, o Presidente Ricardo Leão, para poderem executar essa vossa política, que é aumentar o tarifário dos SIMAR. Como essa não era a nossa proposta, os senhores decidiram votar contra. Pois bem, tenho a dizer-vos que, da nossa parte, se os senhores fizerem uma proposta de aumento do tarifário igual à inflação, nós estaremos de acordo e acompanharemos. Se os senhores mantiverem a proposta de aumentar o tarifário muito acima da inflação, que é o que está aqui a ser proposto, nós iremos votar contra, porque é isso que nos difere.-----

Nós entendemos que têm que ser outros a assegurar as necessidades dos SIMAR, neste aspeto e que não pode ser a população a levar, só ela, com os custos dos SIMAR, que aumentam ano após ano. Não pode ser. Portanto, nós não acompanhámos no passado, nem vamos acompanhar hoje. -----

-----  
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, TENDO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA USADO DO VOTO DE QUALIDADE.--  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----

-----*DECLARAÇÃO DE VOTO*-----

O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: O documento base para a preparação do orçamento de atividade, é o seu tarifário, o qual traduz a relação que a

entidade prestadora do serviço pretende estabelecer com os seus utentes/clientes e de qual a remuneração que pretende que lhe seja prestada em troca da prestação dos seus serviços e da garantia da sua melhoria.-----

No caso do tarifário proposto para dois mil e vinte e cinco, é expresso que se pretende manter constantes, as tarifas relativas às prestações do serviço de água e do serviço de recolha das águas residuais domésticas, constância essa que será também mantida para os utentes dos tarifários “social”, “familiar” e “Instituições sem fim lucrativo”, em que se mantêm todas as tarifas de qualquer uma de atividade.-----

Entretanto e para o caso da prestação de serviço de recolha e destino final dos resíduos, pretende-se uma atualização de valores das respetivas tarifas que, alegadamente, proporcione a não subsídio cruzada das atividades e cobertura dos gastos nesta área de atividade, como a ERSAR vem pugnando nas suas diretivas, recomendações e outras instruções. -----

É conhecido, das prestações de contas dos exercícios de atividade dos últimos anos, que os SIMAR têm apresentado com regularidade, “*superavits*” ou lucro, nas atividades de “água de abastecimento” e de “água residual” e, em contrapartida, “*deficits*” ou prejuízos, na atividade de resíduos urbanos. -----

Surge assim uma primeira contradição tarifária que é a de manter o princípio pugnado pela ERSAR, em matéria de não cruzamento da subsídio à atividade dos resíduos, sem, contudo, proceder à correspondente deflação ou diminuição dos valores dos respetivos tarifários nas atividades com “*superavit*”. Como se costuma dizer “se dá lucro, deixar continuar, se dá prejuízo, aumenta o preço”! -----

A segunda contradição tarifária, situa-se no efetivo impacto com que os consumidores vão ser confrontados com este novo tarifário, onde se desvaloriza o efeito a atualização dos preços das tarifas da atividade dos resíduos urbanos, fazendo-se referência a que o indicador dos Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) previsto para o ano de dois mil e vinte e cinco, se prevê situar nos dois, vírgula, um por cento. -----

Porém, não é neste nível de aumento de dois, vírgula, um por cento, que se situa o impacto do aumento da fatura mensal com que os consumidores vão ser confrontados. Longe vão os tempos em que o PS e o PSD reprovavam tarifários que aumentavam apenas o valor da inflação, conforme sempre foi proposto pela CDU. Desde que tomaram posse, todos os tarifários aumentaram



acima da inflação, perfazendo já mais de vinte e dois por cento de aumento desde dois mil e vinte e um. -----

As tarifas referentes à recolha de resíduos urbanos, sofrem o aumento de vinte e um, vírgula, oito por cento, na sua componente fixa e o aumento de dezasseis, vírgula, seis por cento, da componente variável, para o caso dos consumos de natureza doméstica e, para os consumos não domésticos, esses valores aumentam de vinte e sete, vírgula, seis por cento e de vinte e cinco, vírgula, quatro por cento, respetivamente. -----

Assim, e para o caso dos consumos de natureza doméstica, essas variações das tarifas, traduzem-se -se num aumento de dezanove, vírgula, seis por cento do preço da atividade de recolha, para os consumidores de cinco metros cúbicos por mês e de dezoito, vírgula, sete por cento para os consumidores de dez metros cúbicos por mês. -----

Calculando-se o impacto final na faturação resultante dos aumentos de tarifa nesta atividade, o valor da faturação mensal para os consumidores de cinco metros cúbicos por mês e de dez metros cúbicos por mês, é possível apurar que os consumidores de cinco metros cúbicos por mês (o consumo típico da família monoparental, portanto, com um único elemento) vão verificar que a sua fatura será acrescida de seis, vírgula, nove por cento, relativamente a dois mil e vinte e quatro. -----

Já para o caso do consumidor de dez metros cúbicos por mês, o consumidor médio com três elementos no seu agregado familiar, o impacto na faturação resultante do aumento das tarifas relativas à recolha de resíduos será da ordem dos cinco por cento. -----

Em qualquer dos casos de apreciação, o valor referido para o IHPC de dois, vírgula, um por cento, é pura miragem, que só serve para distrair e para desvalorizar o efeito perverso do tarifário que pretende ser implementado pela atual gestão camarária liderada pelo PS, com a conivência do PSD. -----

Esta não conformidade dos aumentos tarifários com a variação dos índices de preços oficiais, é também patente no tarifário relativo a outros serviços prestados. -----

Neste domínio verifica-se o aumento generalizado de dois, vírgula, um por cento, de quase todas as tarifas aí contempladas, mas em que algumas delas sofrem de aumentos muito diferenciados, na ordem dos vinte e cinco por cento e mesmo de cinquenta por cento, em vários casos e mesmo a criação de novas tarifas. -----

No caso de novas tarifas, surge a criação da tarifa relativa a “Declaração de inexistência de rede de abastecimento de água/drenagem de águas residuais, de vinte e dois euros e noventa e um cêntimo”, cuja natureza e fundamentação se assume duvidosa. -----

Estando atribuída aos SIMAR, a responsabilidade do serviço público de abastecimento de água e de coleta da água residual na zona territorial dos municípios constituintes, não se afigura razoável que seja liquidada uma tarifa pela não prestação desse serviço. -----

Acresce, ainda, também, uma nova tarifa para “Execução de derivação e retirada de ramal de obra, de duzentos e doze euros e quarenta e um cêntimo” que, de igual modo, se assume de justificação e valorização duvidosas. -----

Entretanto e em matéria relativa aos ramais de abastecimento de água, as tarifas aí previstas, aumentam de vinte e cinco por cento e no caso dos ramais de águas residuais e dos ramais de águas pluviais, as tarifas aí previstas, sofrem o aumento de cinquenta por cento, relativamente a dois mil e vinte e quatro. -----

Para além de se tratar de aumentos incompreensíveis e sem correlação com o respetivo aumento de custo, afigura-se “despudorado” tal aumento se tido em conta o seu estado de execução, com atrasos superiores a um ano, como é sobejamente conhecido. -----

Pelos motivos anteriormente expostos os vereadores da CDU votaram contra esta proposta. -----

-----  
-----  
PONTO ONZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 758/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR, CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 318/2024, RELATIVA AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2025, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

-----  
“Considerando que:-----

A. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua reunião 10.ª reunião

*extraordinária, de 20 de novembro de 2024, através da Proposta n.º 318/2024 aprovou os Documentos Previsionais para o ano de 2025; -----  
Tenho a honra de propor: -----  
A Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo das alíneas c) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Loures, os Documentos Previsionais para o ano de 2025 dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. -----  
(...)” -----  
-----*

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----  
-----

O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, dar aqui nota que, este ano, o Orçamento dos SIMAR, importa em mais de cento e oito milhões de euros. Dar nota, também, que, relativamente às despesas com pessoal, é levado em conta o incremento resultante do aumento previsto na retribuição mínima garantida mensal, de oitocentos e vinte, para oitocentos e setenta euros, assim como as alterações de posicionamento remuneratório previstas, em resultado do processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores, o SIADAP. -----

Paralelamente, e no âmbito da política de recursos humanos, admite-se um cenário de admissão de cento e quarenta e sete novos trabalhadores, estando previstas quarenta saídas de trabalhadores por aposentação. -----

Nas despesas com aquisições de bens e serviços, deverá refletir-se o impacto das despesas com os fornecedores em alta, muito já falado, no que diz respeito ao tarifário. Portanto, para dois mil e vinte e cinco, a aquisição de água terá um incremento de um milhão de euros, justificando, em larga medida, na mesma linha, o raciocínio de acréscimo de duzentos e cinquenta mil euros, na despesa para tratamento de águas residuais em alta, por parte das Águas Tejo Atlântico. Quanto ao tratamento de resíduos sólidos, é expectável o aumento de meio milhão de euros, por parte da Valorsul, mas, tal como falamos há pouco, ainda não saiu, efetivamente o valor da tarifa. -----

No que diz respeito às despesas de capital, e não obstante os constrangimentos a nível financeiro, devo salientar algumas das medidas que temos previstas. Há aqui um investimento que está bem vincado e que está no Orçamento de um, ponto, cinco milhões de euros a executar nos próximos dois anos, que diz respeito à substituição de contadores. Temos também, no domínio da contentorização, um investimento espetável que ronda os um, ponto, dois milhões de euros, dos quais, meio milhão destina-se à área dos bio resíduos. Enquanto na renovação da frota, designadamente, na recolha de resíduos urbanos, não obstante a dificuldade na entrega das viaturas, por parte dos fabricantes, está previsto um esforço financeiro de cerca de dois milhões de euros e com isto, a entrar ao serviço de mais dez viaturas novas durante o ano de dois mil e vinte e cinco. -----

De referir que, apenas de despesas de capital, a partir de dois mil e vinte e quatro, os SIMAR de Loures e Odivelas, iniciaram a amortização dos empréstimos contratualizados pela Câmara Municipal de Loures e pela Câmara Municipal de Odivelas, para o investimento das infraestruturas de abastecimento de água. -----

Dar, também, aqui, uma nota muito pessoal, dizendo que nós, aquilo que temos e o grau de investimento que temos efetivamente este ano, não é comparável com o grau de investimento que tivemos, aquando da execução dos empréstimos e da execução das obras que estavam programadas fazer. -----

Infelizmente, os SIMAR não geram receita suficiente para fazer um investimento mais forte naquilo que deve de ser o investimento e na rede de abastecimento de água, mas estamos a trabalhar para podermos avançar, e há uma coisa que este Orçamento nos dá, de uma forma prudente, que é o equilíbrio financeiro para continuarmos o trabalho de recuperação dos Serviços Intermunicipalizados de Loures e Odivelas.-----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, examinámos o Plano de Atividades e Orçamentos dos SIMAR e, de facto, não posso deixar de constatar, que o documento acaba por nos surpreender de alguma forma. E surpreende-nos, grosso modo, pelo facto de ser um documento que demonstra, depois da sua leitura, que nos SIMAR estamos sem rumo e sem ambição para o futuro. -----

E estamos sem rumo e sem ambição, porque este Orçamento, é um Orçamento que, olhando para os números, podemos concluir que ele, basicamente, aquilo que faz, é satisfazer aquilo que são os compromissos inerentes à despesa corrente, às despesas às quais não é possível fugir, porque, naturalmente, tem que se pagar as despesas de funcionamento da estrutura, as despesas com pessoal e que as verbas associadas aos investimentos, rondam aquilo que é próximo da indigência. -----

Portanto, de um lado, assegura-se, com a receita que existe, as despesas de funcionamento, e no plano dos investimentos, eles são, praticamente, inexistentes. As obras que estão previstas no Plano de Atividades e Orçamento, no essencial, são obras que resultam do deslize na execução das obras de anos anteriores, ou seja, as obras atrasaram-se e aquilo que vai acontecer em dois mil e vinte e cinco, é concretizar-se aquilo que devia de ter sido executado em dois mil e vinte e quatro, no essencial. Não há investimentos dignos de monta nas redes, nas infraestruturas, naquilo que faz funcionar os SIMAR e, se os há, o senhor vereador Nuno Dias que me diga quais são. -----

Dizer, também, entre outras coisas, naquilo que tem que ver com alguns aspetos que são estruturantes, mesmo em relação à redução da despesa, pouco ou nada se prevê, como, por exemplo, um combate claro às perdas de água, que no passado, tantas vezes nos foram apontados como o principal, se não um dos problemas fundamentais dos SIMAR. E ao ler este documento, não se consegue vislumbrar como é que vão ser atacados, de forma decidida, como no passado o Partido Socialista achava que podiam ser atacados e resolvidos, em vez de operações contabilísticas, que melhora os índices, mas não melhora as perdas de água. Melhoram os índices naquilo que tem que ver com os consumos. Mas não elimina as perdas de água. Isso é fácil de fazer, mas nós nunca quisemos ir por esse caminho. Preferimos investir. Investir através dos empréstimos, de que há pouco se falava. Empréstimos que chegaram ao fim, em termos de execução, mas os SIMAR e as administrações municipais de Loures e Odivelas, não encararam a necessidade de novos empréstimos, para se fazer face àquilo que é a necessária renovação das infraestruturas, sob pena de comprometermos, a prazo, o seu funcionamento e de, no imediato, termos, do ponto de vista da rentabilidade que se extrai dessas infraestruturas, perdas significativas, porque, ao perder água, naturalmente, temos que a comprar e temos que a pagar. E se não há renovação de condutas, a possibilidade de isso ocorrer é maior. -----

Portanto, se não há investimento naquilo que tem que ver com os reservatórios de água, com novas estações elevatórias, com as sobressoradoras, ou com os redutores de pressão, que, em muitos sítios, podiam ser uma boa resposta àquilo que é um funcionamento, que está longe de ser perfeito, das pressões existentes na área do concelho, e os dois concelhos têm características muito particulares desse ponto de vista, do ponto de vista altimétrico, são tudo questões que não estão, minimamente, tratadas, com verbas condignas, para aquilo que importava fazer. E isto significa que não há nenhuma ideia, da parte da atual administração dos SIMAR, de fazer investimentos, que venham influenciar positivamente, aquilo que se dizem ser, neste momento, os prejuízos avultados que os SIMAR têm, e a necessidade de manter esta infraestrutura, que se diz que se quer defender, enquanto infraestrutura pública e municipal, para os serviços essenciais a que dá resposta. -----  
Depois, dizer, também, que não basta dizê-lo. É preciso fazê-lo. E fazê-lo, não está aqui refletido. Porque, de facto, este documento, é um documento que peca pela escassez, porque não tem recursos suficientes, e não é uma questão que tenha que ver com os técnicos e com toda a área técnica dos SIMAR, onde há muita gente capaz de dar resposta aos desafios que estão aqui colocados, têm que ver, de facto, é com os recursos que se mobilizam ou não, nos Orçamentos Municipais, para acudir às necessidades de investimento que aqui se colocam. -----  
Outro domínio de atividade em que importaria fazer investimentos significativos, tem que ver, por exemplo, com a redução dos consumos energéticos e com uma maior eficiência energética. E eu pergunto quais são as medidas que aí estão previstas. Quais são as medidas que estão previstas, em relação ao aumento da eficiência energética. Nós temos alguns dos nossos segmentos, em termos de redes, nomeadamente, da distribuição de água, que podiam beneficiar de medidas que, no passado, foram identificadas, como sendo medidas que podiam permitir poupar muita energia e conseguir tomadas de água, nas condutas da EPAL, que reduziam significativamente a fatura da energia, veja-se o caso de Bucelas como a toma em Cabeço da Rosa, que foi uma ideia que não está aqui minimamente refletiva e pelos vistos foi completamente abandonada e que podia de facto trazer efeitos significativos do ponto de vista do consumo da energia elétrica. -----

Dizer, igualmente, o seguinte: nós, constatamos que o valor do investimento do ano dois mil e vinte e quatro, passa de um valor de vinte e três milhões e meio de euros, grosso modo, para, em dois mil e vinte e cinco, neste documento que temos hoje aqui em apreciação, para uma proposta que situa o investimento em treze, ponto, cinco milhões. É de vinte e três e meio, para treze. Ou seja, há uma redução de dez milhões de euros, ao investimento. Isto há de querer dizer alguma coisa! Significa que, de facto, não se está a cuidar do futuro. Significa, que, de facto, ao tomar medidas neste momento, se está a agravar a situação dos SIMAR e a levá-los a uma situação, que é uma situação de insustentabilidade do ponto de vista financeiro a prazo. -----  
E que isto aconteça com o nosso acordo, seguramente que não acontecerá. Não temos a capacidade de inverter o rumo das coisas porque não somos maioria, mas não deixaremos de denunciar aquilo que está, neste momento, a ser feito aos SIMAR e que, na nossa opinião, é grave. -----  
Quando se olha para estes números, de facto, há uma redução que é superior a quarenta e dois por cento, do nível de investimento, do ano corrente para aquilo que se propõe para o próximo ano. Quarenta e dois, vírgula, cinco por cento. É aquilo que é a redução no que tem que ver com o investimento associado ao Plano de Atividades e Orçamento. -----  
Naturalmente, esta é uma situação que nos preocupa. E preocupa-nos muito.

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Vereador Paulo Piteira, quero dizer-lhe, de uma forma muito direta, que aqueles níveis de investimento nos SIMAR, só foram alavancados por via de empréstimo. -----  
Senhor vereador, permita-me que lhe diga, que até parece que nos anos de dois mil e treze, a dois mil e vinte e um, eram vinte e três milhões de euros. ---  
Senhor vereador, vamos lá ser, intelectualmente, honestos. Então o valor de investimento, ano após ano, de dois mil e treze, a dois mil e vinte e um, eram vinte e três milhões de euros? Nós tivemos anos, em que o investimento previsto, era de cinco milhões de euros e o executado era dois. Vamos lá ser honestos intelectualmente. -----  
Naturalmente, esgotando as linhas de financiamento, agora estamos a pagar com um esforço financeiro, de um, ponto, cinco milhões de euros por ano, naturalmente, se não temos procedimento alavancado num novo empréstimo financeiro, não me vai dizer que os níveis de investimento têm que ser garantidos, porque não dá. Como sabe. -----

Com a discussão toda que tivemos antes, só dá através de empréstimo. Ponto. Por isso, não me venha dizer, que nos anos todos em que estive na administração dos SIMAR, o nível de investimento era de vinte e três milhões de euros. Eu digo-lhe que foram dois anos. E num, já não estava na administração.-----

Depois, dizer, também, que é natural, que depois dos investimentos feitos e pagos, se não estão os novos investimentos previstos, irresponsáveis seríamos se os mantivéssemos orçamentados. -----

Portanto, senhor Vereador Paulo Piteira, relativamente ao nível de investimento que está previsto ... há uma coisa que lhe dou razão, não é possível fazer uma beneficiação ou uma recuperação da rede que tem que ser feita, por este valor de investimento. E no que diz respeito às perdas de água, não houve grande “*maquiagem*”. Nós entrámos na administração dos SIMAR com trinta e nove por cento, estamos com trinta e três, portanto houve uma “*maquiagem*” muito pouco bem feita. -----

Aquilo que nós fizemos, foi gerir. Foi trabalhar. Foi atuar. E aquilo que prevemos para este Orçamento, e eu já aqui disse há algum tempo, que aquilo que prevemos e que estamos agora a elaborar, é um conjunto de necessidades e de projetos, para os quais temos que ir buscar financiamento, mas que ainda não cabem neste Orçamento, porque não há maturidade suficiente nos projetos que temos em carteira para poder alavancá-los. -----

Depois, senhor Vereador Paulo Piteira, quando fala do Cabeço da Rosa, no Cabeço da Rosa, já estava previsto, há décadas ... aliás, eu até lhe digo que o que está feito no Cabeço da Rosa, é metade. Nem é metade. É um terço, que não liga nem a um lado, nem a outro. É um terço ali a meio. Uma opção de gestão fantástica, que nem se ligou em cima, nem se ligou em baixo. Pôs-se ali a conduta a meio, e que não está a fazer grande coisa. Mas se me perguntar se temos capacidade financeira para alocá-la agora. Não temos. Infelizmente, não temos. Não temos, mas estamos a trabalhar, de modo a que tenhamos projetos em carteira, para quando tivermos disponibilidade financeira e maturidade nos projetos, possamos alavancar esse investimento.-----

Agora, não me venha dizer, que no ano a seguir àquele em que terminámos a execução dos empréstimos, sem pedidos de novos financiamentos, temos que ter o mesmo grau de investimento. Isso é impossível. Como sabe, nos SIMAR, isso é impossível. E não é impossível hoje. Já era impossível. E o senhor vereador sabe disso, porque estava lá. -----



Mas a questão que se coloca aqui é outra. É que os graus de investimento que lá estiveram feitos, foram todos alavancados à base do investimento do empréstimo. Como sabe também.-----

Portanto, se não temos pedidos de empréstimo agora para o abastecimento, dificilmente, vamos conseguir avançar. -----

Ainda em relação aos ramais, dizer que naquilo que estamos a tentar trabalhar, é para que consigamos ter financiamento e maturidade de projetos para avançar. Porque, de facto, aquilo que fizemos, foi a execução do empréstimo que nos deixaram. E foi bom. -----

Em relação aos ramais de águas residuais, dizer que, esses sim, de facto, estão mais atrasados, porque tivemos um problema no procedimento, que foi um dos procedimentos que trouxemos a esta Câmara, para fazer a sua denúncia. No entanto, os ramais de água normal, ou seja, os de abastecimento, esses estão ao dia. Não há atraso nestes ramais. -----

Os ramais de águas residuais, considerando aquilo que aconteceu no concurso, considerando que tivemos que voltar atrás, sim, mas já iniciámos um novo procedimento para a execução desses mesmos ramais de águas residuais, já foi enviada uma consulta prévia ao mercado, para que possamos atuar, no imediato, nos casos mais concretos e mais graves. -----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Vereador Nuno Dias, ouvi-o com atenção, e admito que, apesar de, de momento, estar afastado do Conselho de Administração, tenha que o defender. Contudo, na minha opinião, penso que pode ter uma relação um bocadinho distante da realidade. Porque a questão que aqui se coloca, senhor vereador, tem que ver com algumas das afirmações que aqui colocou, em relação ao nível de investimento. -----

O senhor vereador diz que é irrepetível o nível de investimento que foi feito nestes anos. Que é irrepetível e que não há condições. Acho extraordinário que diga semelhante coisa. Então, mas não é repetível porquê? Só não é repetível, se os dois municípios, que são os acionistas dos SIMAR, decidirem, como parece terem decidido, ambos geridos, aliás, pelo Partido Socialista, que não vão investir na renovação e bom funcionamento das infraestruturas, nomeadamente, de abastecimento de água e saneamento, como é necessário e elas merecem. Porque o serviço público que prestamos às populações, que queremos de qualidade, a isso obriga. -----

Porque, de facto, se a CDU tivesse olhado, como os senhores estão a olhar, para a gestão desta rede de infraestruturas, que não tem recursos próprios, logo, não é possível fazer, ainda não tinham acontecido as obras que aconteceram nos anteriores mandatos. A renovação das infraestruturas faz-se com investimento, como é óbvio. Portanto, é uma verdade de “*La Palisse*”. Agora, se os SIMAR não têm recursos para o fazer, tem que haver, da parte dos municípios o estabelecimento de Contratos-Programa com os SIMAR, que sustentem estes investimentos. É a quadratura do círculo. É o ovo de Colombo. É uma receita muito difícil de encontrar, senhor vereador, que é: se não há recursos nos SIMAR, tem que haver quem os aloque aos SIMAR, para poder fazer. Porque são os municípios que são acionistas. E os municípios podem contrair empréstimos, para sustentar o investimento que é necessário, ou darem garantia e autorizarem os SIMAR, a fazerem esses empréstimos que alavanquem os investimentos que são necessários. -----

Então num município que tem mais de cento e vinte milhões de empréstimos, como é o caso do Município de Loures, para as coisas mais diversas, como tivemos a ocasião de ouvir já aqui hoje, não haverá uns dez milhões que sejam possíveis de afetar a esta matéria? O senhor Presidente está satisfeito com este nível de investimento que existe, neste momento, nos SIMAR, como estava tão satisfeito ainda há pouco, com os vários investimentos que referenciou aqui? Até disse que estava satisfeito com o quartel da GNR, e que nós é que não estávamos satisfeitos. Então e aquelas verbas que vai alocar ao quartel da GNR, não podiam servir para suportar aqui os investimentos que são necessários, num bem que é fundamental, que é a distribuição de água às pessoas? Haver água para as pessoas. Haver recolha eficaz dos resíduos sólidos. Haver infraestruturas de saneamento a funcionarem em condições. Não é isso mais importante, que o quartel da GNR e a realização de um conjunto de rotundas e jardins, que já estão feitos e que apenas vão ser renovados e que vão consumir recursos próprios dos SIMAR? Os problemas dos SIMAR não são mais importantes? Na lógica do Partido Socialista, são mais importantes as outras coisas? -----

É porque, na nossa opinião, é muito simples resolver este problema. É afetar os recursos que estão a afetar a outras áreas muito menos críticas, em termos da atividade, àquilo que é, de facto, crítico. Mas, pelos vistos, não é esta a opção que o Partido Socialista faz. -----

Estão satisfeitos com a realidade que aqui está criada? Eu acho que, de facto, isto comprova uma coisa que já tivemos a ocasião de afirmar neste debate, que é: este Orçamento, é um Orçamento que assume o conformismo da gestão, com a situação vigente e que satisfaz unicamente a gestão financeira relativa à despesa corrente, para o dia a dia, àquilo que não é possível fugir, sem nenhuma ambição de melhoria do funcionamento e das respostas que se dão às necessidades de investimento das infraestruturas no concelho e ao serviço público de qualidade que nós continuamos a defender, como sendo possível prestar, a partir dos Serviços Intermunicipalizados de Água e Resíduos de Loures e Odivelas. E não há nenhum arrojo, nenhuma medida que seja inovadora, no que tem que ver com a implementação de novas iniciativas, que visem sanear financeiramente ou criar maior e melhor resposta, aos problemas financeiros com que os SIMAR, neste momento, estão confrontados e que a melhoria do serviço exige que tenham uma resposta mais eficaz. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NELSON BATISTA: Senhor Presidente, tenho estado a ouvir atentamente este debate, mas há coisas que eu fico sem perceber, nomeadamente, o facto de os senhores vereadores da CDU, dizerem que não estão de acordo com o aumento da tarifa, mas depois pedem investimento. Portanto, há aqui qualquer coisa que não conjuga bem. Porque se não temos receita, não podemos fazer despesa. É completamente o oposto do que os senhores pensam, em relação a este tipo de situação.-----

Depois, quando dizem que o investimento para dois mil e vinte e cinco, é de treze, vírgula, cinco milhões, eu sei que é pouco, mas há uma coisa que para mim é fundamental, que é ter contas certas. E para mim, o equilíbrio financeiro de qualquer empresa municipal ou de qualquer empresa, é fundamental para o seu sucesso. Não tenhamos dúvidas nenhuma quanto a isto.-----

Depois, dizer que eu também consigo fazer um orçamento em que consigo empolar as contas. Não custa absolutamente nada. Podíamos pôr aqui vinte e cinco milhões de euros ou o que quiséssemos, e, normalmente, os contabilistas têm esta facilidade em fazer isto, o pior, depois, é realizar. Portanto, primeiro, temos que arrumar a casa. Depois, não contrair endividamento. -----

Depois, acabou aqui de ser dito, também, que acabámos de resolver o problema com a questão dos empréstimos. Eu percebo que se fizermos mais empréstimos, temos que fazer mais investimento, mas também temos encargos. -----

Se queremos ter uma empresa saudável, equilibrada e com futuro, eu fico na dúvida, porque não se pode fazer como muitos, que andam a dizer que querem que os SIMAR tenham futuro e que preveem que se possa manter os SIMAR, mas a forma como pensam e como dizem as coisas, parece que querem hipotecar e fechar a porta aos SIMAR. É isso que me leva a pensar. -----  
Portanto, este Orçamento que se prevê aqui, é um Orçamento equilibrado, é um Orçamento que, obviamente, poderia ser mais ambicioso, mas tínhamos que ter mais dinheiro. É um Orçamento que poderia ir mais além, mas esta situação já vem assim há muitos anos atrás. A falta de investimento na rede, que todos nós sabemos que é necessária, que temos que fazer esse investimento. Mas, por vezes, temos que dar um passo atrás, para depois darmos dois em frente, no futuro. E esta questão da gestão das boas contas, a mim, diz-me sempre muito, que é fazer as contas, de maneira a que se consiga dar dois passos em frente. -----  
Depois, foi dito aqui, que se podia deixar de fazer o quartel da GNR, para fazer o investimento nas redes dos SIMAR. De facto, há coisas que eu não consigo perceber. Os senhores sempre disseram que era o Governo que tinha que fazer. Mas é tão importante fazer o quartel da GNR, como é importante fazer o investimento nas condutas. São ambos importantes. Não podemos estar aqui a comparar. Por isso, na minha opinião, os senhores não deviam de ter feito esta comparação, porque não há comparação possível. -----  
Nós, nestes treze, vírgula, cinco milhões que temos aqui previstos para o investimento no próximo ano, não é muito nem é pouco, é o possível, tem que ser bem gerido, tem que ser bem aplicado e vamos ver se em dois mil e vinte e seis, estamos em condições de fazer um investimento maior, depois de ter a “*casa arrumada*” e em condições de dar dois passos em frente. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, depois da última intervenção do senhor Vereador Paulo Piteira, permita-me que diga, que toda a gente sabe como é que há de fazer o investimento. Como é que há de ir buscar as formas de financiamento. Aquilo que eu disse, é que, atualmente, ainda não temos projetos com maturidade suficiente, para estarmos a alocar já para um financiamento. Foi isto que eu disse. E não temos. -----

E a questão que se coloca, é que os senhores estiveram oito anos na Administração, e nos últimos dois anos é que lançaram um conjunto de investimentos que fizeram falta, porque já tinham projetos com alguma maturidade para poder avançar. E nós não temos.-----

Portanto, o reforço que estamos a fazer, no que diz respeito aos piquetes. O reforço na substituição de contadores. Aquilo que vamos investir na aquisição de viaturas. Não é no aluguer, é na aquisição. E a questão das viaturas é importantíssima, por uma boa gestão e para, também, para um bom serviço prestado nos resíduos. E os valores que temos inscritos para essa mesma aquisição, atualmente, é com fundos próprios dos SIMAR. Não foi com recurso a empréstimos. Foi com fundos próprios dos SIMAR. É disto que estamos a falar.-----

Nós estamos com capacidade e a capacidade que temos de investimento atual é esta. Não temos outra. Infelizmente. E com a que temos, temos que fazer o melhor para o serviço público. E não é uma questão de defender ou não o serviço público. É a capacidade que temos, ou não, de fazer o investimento necessário. E nesta fase, não temos essa capacidade.-----

-----  
O VEREADOR, SR. TIAGO MATIAS: Senhor Presidente, relativamente ao que foi aqui dito, nomeadamente, pelo senhor Vereador Nelson Batista, não posso deixar de fazer o seguinte comentário. Senhor Vereador, analisarmos isto como despesa e receita, eu digo-lhe que, de político, tem pouco. -----

Depois, dizer ao senhor Vereador Nuno Dias, que, há pouco, disse uma coisa importante, que foi o facto de se ter conseguido reduzir as perdas, de trinta e nove, para trinta e três. No entanto, devíamos de fazer a análise, porque é que isso se conseguiu. Ou acha que a renovação de cinquenta quilómetros de rede está indissociável deste facto. É disto que estamos a falar. É de um percurso de redução de perdas que estava encetado e que agora se quebra. E em relação a isso, o senhor Vereador Nelson Batista e o PSD vão ficar associados. É isso que está em causa.-----

Senhor Vereador Nelson Batista, o senhor, ficou muito chocado, com a questão do quartel da GNR. Mas eu posso mencionar algumas coisas que nos diferem politicamente, e não devemos de ter problemas em o assumir, como, por exemplo, o custo da Avenida Estado da Índia. E digo-o com toda a convicção política, o critério, era: era mais importante contrair um empréstimo para dar continuidade ao processo de redução de perdas de água de cinquenta

quilómetros, que não é pouco. Sabemos que há muito mais por fazer, mas foi encetado um caminho e conclui-se agora, passados três anos, que ainda vão começar a fazer os projetos. E isso é que é de lamentar. -----  
Portanto, há uma clara e objetiva pausa no caminho que estava a ser traçado, que teve uma pausa e que nós condenamos e politicamente não podemos aceitar. Essa é a grande diferença da visão política que queremos para os SIMAR. -----

-----  
O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, nesta reunião, a primeira coisa que me salta à vista, é que, de facto, houve aqui um processo iniciado de tentativa de desmantelamento dos SIMAR, que depois acabou por não acontecer, e que faz com que neste momento os SIMAR tenham uma gestão do dia a dia. É isso que está aqui a acontecer. -----

Então, admite-se, que durante três anos, não tenham feito um único projeto? O que é que andaram a fazer? Andaram à espera de despachar o assunto, não é? Foi isso. Os senhores pensaram que já não ia ser para vocês, portanto, não se iam preocupar mais com o assunto, porque ia ser para entregar às Águas de Portugal e, portanto, iam deixar andar. Foi isto que aconteceu. Três anos não tiveram condições para fazer um único projeto. E agora dizem que para o ano vão começar? Isto, de facto, é dizer, aqui, claramente, que, para vocês, os SIMAR é um empecilho que aqui está. Porque a dedicação para que os SIMAR evoluam, é zero. Como se pode constatar. -----

Senhor Vereador Nelson Batista, quero dizer-lhe que os SIMAR não são uma empresa privada. Prestam é um serviço público. Portanto, prestando um serviço público, tem como acionistas, o Município de Loures e o Município de Odivelas. Portanto, aquilo que os dois municípios têm que fazer, é criar as condições para que os SIMAR prestem o serviço público nas áreas, da água, dos resíduos e das águas residuais, que sirva a população. E se for preciso para isso, que se contraiam empréstimos, devem fazê-lo. Mas não fazem porque não querem. -----

Portanto, senhor vereador, se está tão preocupado com essa questão, então porque é que não falou com os seus companheiros do PSD, no anterior mandato, quando os seus companheiros do PSD chegavam aqui às reuniões de Câmara e votavam contra, os aumentos da inflação. Mas depois vinham dizer que não fazíamos investimento. Então como é que ficamos? Como é que os contabilistas fazem isto? É que é muito bonito vir aqui para a reunião dizer

que é contabilista e que se não há dinheiro, não há investimento. Então e os seus companheiros, que diziam que nós não tínhamos investimento e que não deixavam aumentar as tarifas ao nível da inflação. Foi com isto que nós convivemos. Foi isto que tivemos no último mandato. Foi não conseguirmos fazer as coisas, porque os seus companheiros, também era essa a atitude política que tinham. De fazer com que nós tivéssemos que pagar, porque havia eleições. Mas quem pagou foram os SIMAR e é a população que está a pagar neste momento. -----

Foram três anos de inércia completa, relativamente à questão das condutas.-- Sabem qual é o valor que está, neste momento, no Orçamento, para as condutas, no Concelho de Loures? Sabem quanto é? Não são treze milhões. Não. Para as condutas no concelho de Loures, estão trinta e cinco mil euros. É esse o valor que cá está. Portanto, se acham que está tudo equiparado. Que, por exemplo, o quartel da GNR de Bucelas é tão importante como as condutas de água. Mas cada um tem as suas opções, como é evidente. -----

Portanto, era e é necessário, fazer o caminho que estava a ser trilhado no passado. Foram feitos cinquenta quilómetros de substituição de condutas em fibrocimento. São seiscentos quilómetros que existem nos dois concelhos. E esse trabalho tem que continuar. E para continuar, evidentemente, que tem que haver investimento por parte dos municípios. -----

Mas não tem havido. Não é essa a opção e continua a não ser. Ainda para mais, não havendo investimento, continuam a aumentar-se as tarifas, como vimos anteriormente. E é isto que não é suportável. -----

Como se costuma dizer, tudo isto é legítimo. Cada um toma as posições que entender, mas nós não acompanhamos este tipo de opção política. -----

-----  
O VEREADOR, SR. NUNO DIAS: Senhor Presidente, eu não resisto a dizer que, de facto, quando temos uma retórica, que maquilhamos aquilo que queremos, à vontade como queremos ... até parece, que nos oito anos de administração da CDU nos SIMAR, o nível de investimento anual nos SIMAR, era uma coisa fantástica. Uma coisa, absolutamente, extraordinária. -----

Esteve quatro anos sem que os chateassem na Administração dos SIMAR. Mas no último mandato não se queixou. Aliás, esteve um mandato inteiro, onde podia ter feito os projetos todos, mas não os fez. É porque estar-nos a exigir a nós, que em três anos, tivéssemos feito os projetos todos que vocês fizeram e

que só lançaram um ano antes das eleições. Mas estamos a comparar a beira da estrada com a estrada da Beira? -----

Senhor Vereador, ao contrário, a nossa aposta foi a frota própria. Nós não pagámos seis milhões por um aluguer operacional de viaturas. Nós gastámos quatro milhões a adquirimos dezassete viaturas. Adquirir. Adquirir! Não alugamos. Compramos. -----

Sim, fizemos um investimento naquilo que também é muito importante neste concelho, que é a recolha de resíduos sólidos. Viaturas, para que os SIMAR tenham viaturas próprias. Portanto, não comparemos o que é incomparável. É que virem dizer-nos, que nós, em três anos na administração, não fizemos investimento, quando os senhores estiveram oito anos, e só nos últimos dois, é que o fizeram. Estarem a cobrar-nos o mesmo nível de investimentos, depois de três anos na administração? Portanto, não comparem o que é incomparável. Mais, não comparem aquilo que foi feito nos SIMAR, a nível de custos, a nível de redução e a nível de solvabilidade financeira. Estamos a falar dos SIMAR, que, de dois mil e dezoito, a dois mil e vinte e dois, teve prejuízos acumulados, num valor aproximado de doze milhões de euros. É disto que estamos a falar. Com que investimento? É porque não houve investimento nesses onze milhões de euros. E para fazer investimento, foi preciso pedir um empréstimo de doze milhões. Estamos a brincar? -----

Fizemos solvabilidade financeira à empresa. Demos solvabilidade financeira. Onde é que ela esteve? Esse é o problema que temos. Mais, teve tanta solvabilidade financeira, como estarmos a falar no tarifário social, que tantas vezes foi cobrado e que teve que ser esta Câmara Municipal, quando chegou cá, a pagar aquilo que não tinha sido pago, relativamente ao tarifário social, que a Câmara devia aos SIMAR. -----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, em relação à questão dos resíduos sólidos urbanos, que foi agora colocada nesta última intervenção do senhor Vereador Nuno Dias, sublinhar, que o senhor vereador falou dos investimentos em frota própria e uma série de outras coisas, mas gostava só de relembrar, que o Município de Loures, assumiu que ia fazer a recolha em seis grandes urbanizações do Concelho de Loures, desonerando os SIMAR, relativamente a esta matéria. -----



Podia ter transferido para os SIMAR, as verbas correspondentes a esse encargo, que decidiu assumir para si, quando tem uma entidade gestora, daquilo que é responsável a entidade titular, neste caso, a Câmara Municipal. Nós, até hoje, ainda não conseguimos perceber porque é que o fez e não vejo as razões para se estar a lamentar, do encargo que resulta da aquisição de frota própria, pois era suposto, exatamente, haver um investimento na frota própria, tal como é suposto haver, também, um investimento nas infraestruturas, e esse investimento, quando não existem recursos próprios, como é sabido, é difícil gerar, no atual contexto, que já analisámos aqui, nomeadamente, no que tem que ver com os custos de operação e, em particular, com os custos de operação associados às tarifas em alta dos resíduos sólidos urbanos, porque é aí que radica o problema fundamental dos SIMAR, têm que ser sempre, e em qualquer circunstância, supridos pelos acionistas, através da contração de empréstimos ou da avalização de empréstimos contraídos pelos SIMAR, que os próprios acionistas possam assumir os respetivos encargos. -----

Isso é possível ser feito, e só não é feito, porque os senhores, do ponto de vista político, não querem fazer. Porque se quisessem e tivessem vontade política, era possível fazer esses empréstimos. No entanto, decidiram não os fazer, porque entendem que há coisas muito mais importantes do que a água ou a recolha de resíduos, nos dois concelhos. -----

São todas aquelas obras que tivemos aqui a ocasião de examinar ainda há pouco, e que o senhor Presidente está muito satisfeito. Muito satisfeito, com aquilo que está a acontecer no Concelho de Loures. Se calhar, a população, é que não vai estar tão satisfeita, daqui a algum tempo, quando deixar de ter água a correr lá em casa. Não vão abrir a torneira e correr GNR's, seguramente. Nem vai haver uma Praça da República, em vez de um contentor. É disto que se trata. É uma questão de opção, que, do ponto de vista político, cada um faz as suas e acarreta com as consequências respetivas. Mas o eleitorado está aí para fazer o julgamento. -----

-----  
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----

VOTARAM CONTRA, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, TENDO O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA USADO DO VOTO DE QUALIDADE.-- A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Quando há cerca de dez anos foram criados os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, o objetivo que presidiu à sua constituição, foi a estruturação de uma organização de excelência, focada na satisfação das expetativas dos seus utentes, dos trabalhadores, dos prestadores de serviços e fornecedores, pela qualidade dos serviços prestados e no respeito pelos mais elevados padrões de responsabilidade ambiental, financeira e social. -----

A missão dos SIMAR, consubstancia-se, por isso, na prestação de serviços públicos essenciais, nas áreas da distribuição de água, recolha e drenagem de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos, nos territórios de Loures e Odivelas, em cumprimento com os níveis de qualidade de serviço mais adequados à satisfação das necessidades humanas e de acordo com as exigências da legislação nacional e europeia, em vigor. -----

Desta forma, prosseguem como objetivos estratégicos os seguintes desígnios: Garantir a continuidade do abastecimento de água às populações dos Municípios de Loures e de Odivelas, com elevados padrões de qualidade e no cumprimento da legislação em vigor. Continuar a implementar medidas que contribuam para a redução das Perdas de Água. Construção e substituição de infraestruturas de abastecimento. Substituição de aparelhos de medição em fim de vida útil, com vista à diminuição da submedição. Colocação de aparelhos de medição em regas de zonas verdes. Reforçar a rede e a recolha seletiva trifluxo, implementando ações que permitam o alinhamento com as metas nacionais e comunitárias. Contribuir para o aumento da prevenção, reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos (RU), com a conseqüente redução de consumo de matérias-primas naturais de recurso limitado. Alargar a recolha seletiva de Biorresíduos em ambos os territórios, em articulação com as políticas nacionais. Continuar a implementação do Plano de Renovação e Modernização da frota afeta à de resíduos, apostando na aquisição de viaturas

multifuncionais. Reforçar o investimento nos equipamentos para deposição de resíduos. -----

A vertente da qualidade não será descurada, com o acompanhamento e a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), tendo em vista a manutenção da certificação dos sistemas, nos termos da NP EN ISO 9001:2015. Neste capítulo, a manutenção do Laboratório acreditado dos SIMAR, com selo de garantia da confiança na qualidade da água distribuída, será, também, um dos focos destes Serviços. -----

Reforçar a equipa de trabalhadores dos SIMAR é outro dos nossos objetivos, através da admissão de cerca de cento e oitenta e sete novos trabalhadores para as diferentes áreas de intervenção, em ordem a garantir a renovação e substituição em função das aposentações previstas. A aposta na formação e qualificação profissional dos trabalhadores continua a merecer um especial enfoque. Assim, serão reforçadas as competências dos trabalhadores em diversos domínios, designadamente em matérias relacionadas com a segurança no trabalho, contratação pública, recursos humanos e tecnologias de informação, como também com as atividades operacionais. Para tal, será dada continuidade à implementação do Plano de Formação Profissional relativa ao biénio dois mil e vinte e quatro/dois mil e vinte e cinco. -----

Considerando o exposto, o valor total do Orçamento para o ano de dois mil e vinte e cinco, é de cento e oito milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e noventa e oito euros, onde importa referir que as receitas previstas são essencialmente receitas correntes no valor de cento e oito milhões, duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e três euros e as de Capital de trezentos e onze mil, seiscentos e setenta e cinco euros. Resultam fundamentalmente da venda das três atividades *core*, abastecimento de água, águas residuais e resíduos urbanos. -----

Para o exercício de dois mil e vinte e cinco, e atendendo ao atual contexto económico-social, não se procedeu a qualquer atualização do Tarifário nas componentes de Abastecimento de Água e Águas Residuais, à semelhança do ano anterior. -----

No domínio dos Resíduos Urbanos, considerando a necessidade de dar cumprimento ao Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (RTSGRU), procedeu-se à atualização desta componente, garantindo, nesse sentido, a não subsidiação cruzada das atividades e a cobertura dos gastos nesta área de atividade. -----

Acresce que a proposta em apreço não prevê, também, qualquer atualização na Tarifa Social, Familiar e das Instituições Sem Fins Lucrativos praticada pelos SIMAR, constatando-se a preocupação em assegurar o abastecimento de água às famílias mais carenciadas dos concelhos, sem qualquer aumento de gastos, em continuidade com a política adotada nos últimos dois anos. -----

Esta proposta tem, ainda, como desiderato uma atualização gradual das recomendações e cumprimentos dos Regulamentos da ERSAR salvaguardando, assim, o impacto junto dos nossos clientes, tendo sempre como princípios enquadradores a sustentabilidade ambiental, social e económica da Organização. -----

As receitas de capital são de trezentos e onze mil, seiscentos e setenta e cinco euros e resultam, fundamentalmente, das Receitas Próprias das atividades dos SIMAR de Loures e Odivelas, não dispondo para dois mil e vinte e cinco de qualquer fonte de financiamento externa aos investimentos a realizar. -----

As Despesas têm um valor total de cento e oito milhões, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e noventa e oito euros, sendo que destas, as alocações às Despesas Correntes são de noventa e sete milhões, vinte e três mil, oitocentos e noventa e três euros. -----

Nas Despesas Correntes, as Despesas com o Pessoal atingem o valor de vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três euros, ou seja, representa vinte e quatro, vírgula, três por cento, do total das Despesas. -----

Em termos de Despesas com o Pessoal, importa realçar o incremento resultante do aumento previsto da retribuição mínima mensal garantida para dois mil e vinte e cinco, de oitocentos e vinte euros, para oitocentos e setenta euros, assim como das previstas alterações de posicionamento remuneratório, em resultado do processo de avaliação de desempenho dos trabalhadores no período de dois mil e vinte e três/dois mil e vinte quatro, além do provável aumento dos salários da Administração Pública, na ordem dos dois por cento.

As despesas com Aquisição de Bens Serviços terão o montante de sessenta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e um euros, ou seja, sessenta e um por cento do total das Despesas. Nestas, assume particular relevância, a aquisição de água no valor de dezanove milhões de euros, o tratamento de águas residuais no montante de quinze milhões, novecentos e

quinze mil euros, bem como a deposição e tratamento de resíduos em cerca de sete milhões e quinhentos mil euros. -----

As Despesas de Capital têm um valor de onze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e cinco euros. Destas, assumem relevo as despesas nos sistemas de drenagem de águas residuais de um milhão, duzentos e sessenta e seis mil e quinhentos euros, a captação e distribuição de água no valor de três milhões, setecentos e oitenta e sete mil e quatrocentos euros, o material de transporte de recolha de resíduos e equipamento de recolha de resíduos três milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil e duzentos euros e outros investimentos, no valor de um milhão, oitocentos mil, noventa e nove euros. -----

Ainda neste domínio, destaca-se que, a partir de dois mil e vinte e cinco, dá-se início à Amortização de Capital dos Empréstimos contratualizados, sendo o valor previsto este ano de um milhão, cento e cinquenta e cinco mil euros. -----

Importa, sempre, sublinhar também o empenho e o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores dos SIMAR, ao longo deste período, que muito agradecemos, pois revelou-se fundamental para a concretização dos objetivos propostos. ----

No domínio da intervenção dos SIMAR os desafios atuais são muitos, quer ao nível do setor das águas, quer ao nível da gestão de resíduos, designadamente a alteração legislativa que devolve ao regulador – ERSAR, a definição de regras com carácter vinculativo ao nível da harmonização da estrutura tarifária, o cumprimento das metas e objetivos definidos no PERSU 2030 e, conseqüentemente no PAPERSU, os quais deverão ser tidas em consideração no âmbito da atuação destes Serviços. -----

Os SIMAR de Loures e Odivelas, têm uma história sem paralelo a nível nacional, consubstanciada num conjunto de realizações só ao alcance de entidades que possuem uma grande capacidade de adaptação aos constantes desafios e transformações que se verificam no País e no mundo, ajustando permanentemente a sua estratégia e a sua atuação, de forma dar uma resposta célere e efetiva às necessidades dos seus clientes. -----

Perante o exposto, o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores do Partido Socialista da Câmara Municipal de Loures votam favoravelmente a Proposta de Deliberação nº. 758/2024, relativa aos Documentos Previsionais para dois mil e vinte e cinco dos SIMAR. -----

PONTO DOZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 759/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, A DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SIMAR, CONSTANTE DA PROPOSTA Nº 319/2024, RELATIVA AO MAPA DE PESSOAL PARA 2025, DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR)-----

-----  
*“Considerando que:-----*

*A. A Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, prevê a existência de mapas de pessoal enquanto instrumento de gestão dos Serviços; -----*

*B. Nos termos do artigo 29.º do anexo ao citado diploma legal, os órgãos e serviços preveem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução;-----*

*C. O Conselho de Administração dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), na sua 10.ª reunião extraordinária, de 20 de novembro de 2024, deliberou aprovar a proposta do mapa de pessoal para 2025, de acordo com o estipulado no artigo 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua última redação e nos termos da proposta n.º 319/2024;-----*

*Tenho a honra de propor: -----*

*Que, a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Mapa de Pessoal dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, para o ano de 2025, aprovado pelo Conselho de Administração dos SIMAR, de acordo com a proposta n.º 319/2024. -----*

*(...)” -----*

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, em relação à evolução do Mapa de Pessoal e à proposta que temos para dois mil e vinte e cinco, da análise que fizemos aos números, parece-me resultar o facto de ter havido, em relação ao número de lugares ocupados, uma redução, diria que com algum significado, na área dos assistentes operacionais. Se as nossas contas estão bem-feitas, terá havido uma redução de cerca de vinte e quatro lugares ocupados, na área dos assistentes operacionais. -----

E os assistentes operacionais, eu diria que talvez seja a categoria mais importante de entre aquelas que existem no Mapa de Pessoal dos SIMAR. ----

Quando não existem assistentes operacionais, isso significa que em áreas significativas da atividade, temos um “*deficit*” de pessoal. -----

E a explicação que gostávamos de obter, é, em primeiro lugar, porque é que houve esta diminuição do número de lugares ocupados e porque é que está previsto, agora, de repente, um acréscimo de cento e vinte novos lugares, comparando o mapa de pessoal de dois mil e vinte e quatro, com aquilo que está proposto para dois mil e vinte e cinco. -----

Eventualmente, estarão previstos procedimentos concursais, e no caso de estarem previstos, gostávamos de saber quais são e quando é que vão ter lugar, porque a redução do número de assistentes operacionais, preocupa-nos e muito, porque os assistentes operacionais, são os cantoneiros de limpeza, os canalizadores, são aqueles que desempenham o cotidiano, em termos de tarefas nos SIMAR. -----

Portanto, saber porque é que chegámos aqui, em termos da redução de lugares ocupados e como é que vai ser resolvida esta quadratura do círculo, que é o facto, de, de repente, conseguirmos ir buscar cento e vinte assistentes operacionais para aquelas áreas em que temos vindo a perder tanta gente. Até porque, na Administração Pública, paga-se aquilo que se paga, e, naturalmente, que nalgumas áreas de atividade, não é fácil suprir, através de recrutamento, as necessidades evidenciadas. -----

Uma outra questão, tem a ver com o seguinte: está previsto, também, uma redução, do número de lugares ocupados e a ocupar, ao nível dos fiscais. Tanto nos fiscais de leituras e cobranças, como nos fiscais do serviço de águas e

saneamento. Ora, a fiscalização, eu diria que é, talvez, uma das áreas em que carecíamos de maior crescimento, em termos de efetivo. Porque sem a fiscalização, não é possível garantir que as “coisas” no território, ocorram como deveriam ocorrer e que não há condutas menos próprias, por parte das entidades que operam no nosso território. -----

Ora, se nós em dois mil e vinte e quatro tínhamos poucos, ainda estar a propor uma redução para dois mil e vinte e cinco, é uma coisa que só nos pode deixar preocupados. Portanto, gostávamos de obter uma explicação relativamente a esta matéria. -----

-----  
A DIRETORA DELEGADA DOS SIMAR, DR.<sup>a</sup> FILIPA PENEDOS: Senhor Presidente, relativamente à questão colocada, dizer que o Mapa de Pessoal que os SIMAR trazem hoje a Reunião de Câmara, é fruto da necessidade de renovar o seu efetivo de trabalhadores, quer por fruto da aposentação, quer por mobilidades, ou por saída para outras entidades públicas. Tal como as restantes entidades públicas, todos sabemos da dificuldade em recrutar trabalhadores. Aliás, nos últimos dois/três anos, alguns procedimentos têm ficado desertos e outros, preenchemos o número de lugares, mas nem sequer ficamos com reserva de recrutamento.-----

Dizer, também, que este Mapa de Pessoal, prevê cerca de noventa e um assistentes operacionais, sendo que, neste momento, ainda estão a decorrer concursos, nomeadamente, para a área dos resíduos urbanos. Julgo que são vinte e nove trabalhadores, na categoria de cantoneiros de limpeza e um previsto para condutores de máquinas e veículos especiais. -----

Dizer, igualmente, que no próximo ano, o objetivo é, sobretudo, dotar a área dos piquetes, cabouqueiros e canalizadores, para reforçar a área das águas de abastecimento e de águas residuais. -----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, agradeço os esclarecimentos da senhora Diretora Delegada, mas gostava de ouvir, também, uma explicação, a propósito da redução daquilo que julgo ser uma redução do número dos lugares reservados a fiscais, ocupados e a ocupar. -----

-----  
A DIRETORA DELEGADA DOS SIMAR, DR.<sup>a</sup> FILIPA PENEDOS: Senhor vereador, o número de fiscais vai reduzir por via de aposentações que estão previstas, uma vez que os atuais trabalhadores reúnem os requisitos para



passarem à aposentação. Dizer, também, que estamos a fazer um esforço, na área da fiscalização, para recrutar, também, técnicos superiores, designadamente, engenheiros, para poderem acompanhar toda a parte da rede predial.-----

-----  
O VEREADOR, SR. PAULO PITEIRA: Senhor Presidente, só para perguntar se em relação aos fiscais, foi lançado algum procedimento concursal de recrutamento externo, ou não.-----

-----  
A DIRETORA DELEGADA DOS SIMAR, DR.<sup>a</sup> FILIPA PENEDOS: Senhor Vereador, externo, ainda não. -----

-----  
--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
ABSTIVERAM-SE, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----

-----  
PONTO TREZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 760/2024 - SUBSCRITA PELO SR. VEREADOR NUNO DIAS, PARA APROVAR E SUBMETTER A CONSULTA PÚBLICA, POR UM PERÍODO DE 30 (TRINTA) DIAS, O PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO E AO REGULAMENTO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE LOURES -----

-----  
“Considerando que: -----

A. Na 60.ª reunião ordinária, da Câmara Municipal de Loures, realizada a 06 de março de 2024, iniciou-se o procedimento administrativo relativo à alteração do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública e do Mobiliário Urbano, Regulamento Municipal para Reconversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génese Ilegal e Regulamento de Taxas do Município de Loures;-----

B. Definindo-se um prazo de 10 dias úteis, contados a partir das datas de publicitação dos procedimentos no sítio institucional do Município de Loures, para os interessados se constituírem como tal, visando a apresentação de contributos para as alterações regulamentares mencionadas.-----

C. Tendo o prazo oferecido para a constituição de interessados, decorrido entre 30 de outubro a 15 de novembro, não se verificou, a constituição de qualquer interessado, bem como a apresentação de quaisquer contributos;-----

D. Após análise jurídica detalhada, verificou-se apenas existir a necessidade concreta de alterar/adequar os Regulamentos Municipal de Edificação e Urbanização e de Taxas do Município de Loures. -----

E. Nomeadamente, no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, as alterações propostas, visam adaptar e integrar as alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, com especial enfoque nas modificações resultantes do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, que promove a reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria. -----

F. Já no que respeita ao Regulamento de Taxas do Município de Loures, as alterações propostas, incidem genericamente, na atualização dos valores das taxas municipais, nos ajustes nas configurações das taxas municipais face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, que introduz alterações significativas ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na uniformização de conteúdos transversais aos vários capítulos do regulamento e Reavaliação das isenções e reduções de taxas. -----

G. Nos termos da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, que aprova o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo órgão deliberativo e qualquer alteração ao regulamento de taxas municipais, de acordo com qualquer outro critério que não o resultante da atualização dos valores das taxas de acordo com a taxa de inflação, através dos orçamentos anuais municipais, efetua-se mediante alteração ao regulamento de criação e deve conter a fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores. -----

Assim, -----

Tenho a honra de propor: -----

Que a Câmara Municipal de Loures, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação vigente,

e do artigo 98.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, em vigor, delibere:-----

1. Aprovar as propostas de alteração ao Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização e ao Regulamento de Taxas do Município de Loures, onde faz parte integrante a fundamentação económico-financeira subjacente aos novos valores (Anexo I do Regulamento de Taxas);-----
2. Submeter as mencionadas alterações, a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis a contar da data da sua publicação em Diário da Republica, devendo as sugestões serem formalizadas através da apresentação de pretensão, escrita, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Loures, para o endereço eletrónico [dgru@cm-loures.pt](mailto:dgru@cm-loures.pt). As referidas pretensões deverão conter a referência expressa ao objeto do procedimento em causa, nome, endereço eletrónico e o consentimento do interessado, para que o mesmo seja utilizado (artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo).-----

(...)”-----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
ABSTIVERAM-SE, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA.-----  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO-----

PONTO CATORZE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 763/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A 9.ª ALTERAÇÃO PERMUTATIVA AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2024 E OPÇÕES DO PLANO 2024-2028-----

“Considerando que:-----

- A. As despesas de pessoal carecem de reajustamentos respeitantes ao “Transitado de anterior nomeação definitiva”, ao “Pessoal aguardando aposentação”, ao “Subsidio de refeição – Contrato por tempo indeterminado”

- e “outros abonos em numerário ou em espécie”, que se encontram compensados entre as despesas de pessoal;-----
- B. No âmbito das candidaturas “Lisboa -03-1203-FEDER-000047” e “Lisboa -03-1203-FEDER-000048”, com os objetos “Eficiência energética na iluminação pública de CML, Sacavém, Santo António dos Cavaleiros e Portela; Circunvalação Loures-Infantado e acesso ao Hospital Beatriz Ângelo” e “Eficiência energética na iluminação pública de CMLoures do Parque Adão Barata”, respetivamente, é premente dotar o Orçamento/Plano Atividades Municipais (PAM) de verbas suficientes para cumprir o plano de reembolsos;-----
- C. Tendo sido aprovada a candidatura ao projeto LISBOA 2030 – FEDER - 01242200 “Escola Básica do Bairro da Covina – Ampliação do edifício e remodelação do logradouro” é necessário dotar o Orçamento ao nível da receita e da despesa;-----
- D. No âmbito da cooperação técnica e financeira, entre o Município de Loures e a CCDRLVT – Repor Loures, é necessário o reembolso aos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas (SIMAR) face ao adiantamento já recebido e ao valor elegível de despesas já realizadas;-----
- E. É necessário o reforço da verba inerente ao contrato-programa celebrado com a GESLOURES, Gestão de Equipamentos Sociais, E. M., Unipessoal, Lda.;-----
- F. É urgente o reforço de verbas para as ações: “FFD - Educação – Escola a tempo inteiro” e “Serviço de apoio à família”;-----
- G. De acordo com a execução conjeturada pelos serviços municipais, as Grandes Opções do Plano (GOP’S) carecem de reajustamentos, mas que se encontram compensados entre si, nomeadamente no âmbito dos projetos “Fundo ambiental – CRO e bem-estar animal”, “Programa mais Loures”, “Suportes informativos” e “Incentivo à criação e difusão – Mostra de teatro”;
- Tenho a honra de propor:-----
- Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, do ponto 8.3.1 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, na redação vigente, e do artigo 46.º-B da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação

vigente, aprovar a 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento Municipal 2024 e Grandes Opções do Plano 2024-2028, conforme documento em anexo. -----

(...)” -----  
-----  
-----

--- Sobre a Proposta de Deliberação foram proferidas as seguintes intervenções: -----  
-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, esta Alteração tem a ver com a urgência no reforço da rubrica de transferências para a GesLoures e isso é de extrema importância para a empresa, bem como a questão da Proposta setecentos e cinquenta e seis, que é a transferência de verba de despesas para os SIMAR, relativa ao pagamento de danos provocados pelas cheias e inundações em dezembro de dois mil e vinte e dois e janeiro de dois mil e vinte e três, que está dependente da aprovação desta Alteração. São estas as razões desta Alteração vir a esta Reunião de Câmara, da forma como veio. -----  
-----

O VEREADOR, SR. GONÇALO CAROÇO: Senhor Presidente, eu sei que é uma altura complicada do ano, mas se esta matéria era assim tão urgente, podiam ter tratado das coisas de forma a que elas chegassem a tempo. Esta é que é a questão. -----

É evidente que o senhor Presidente tem pessoas da sua confiança que podem acompanhar, mas nós, temos que preparar as questões da Reunião de Câmara, e esta em particular, como foi complexa, não tivemos condições para analisar o documento, de modo a podermos ter aqui uma intervenção que permita contribuir, de alguma forma, com algumas ideias e com algum pensamento, sobre o futuro do Concelho de Loures, -----

Portanto, o que eu peço ao senhor Presidente, é que ponha quem de direito a tratar destes assuntos, de forma a que os serviços os tratem de outra forma. Senhor Presidente, evidentemente que não vamos inviabilizar esta Proposta, mas gostaríamos que uma Proposta desta natureza, fosse tratada de outra forma, nomeadamente, com mais tempo de antecedência. Relembro que chegou ontem às quatro da tarde. -----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA COM OS VOTOS A FAVOR DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DA SENHORA VEREADORA E DO SR. VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA E DOS SRS. VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA.-----  
ABSTIVERAM-SE, A SENHORA VEREADORA E OS SENHORES VEREADORES DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA. -----  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----  
-----  
-----

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhores Vereadores, retomamos agora ao ponto nove, que é a Proposta número setecentos e cinquenta e seis, relativa à transferência de verba de despesas para os SIMAR, relativa ao pagamento de danos provocados pelas cheias e inundações em dezembro de dois mil e vinte e dois e janeiro de dois mil e vinte e três. -----  
-----  
-----

PONTO NOVE - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO Nº 756/2024 - SUBSCRITA PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, PARA APROVAR A TRANSFERÊNCIA DA VERBA DE DESPESAS ELEGÍVEIS PARA OS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DOS MUNICÍPIOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR), RELATIVA AO PAGAMENTO DE DANOS PROVOCADOS PELAS CHEIAS E INUNDAÇÕES EM DEZEMBRO DE 2022 E JANEIRO DE 2023-----  
-----  
-----

*“Considerando que:-----*

*A. Nos termos da Resolução n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, o Governo declarou as cheias e as inundações ocorridas nos meses de dezembro de 2022 e janeiro de 2023 como ocorrência natural excecional para os concelhos que preenchessem cumulativamente os critérios constantes das alíneas a) e b), do n.º 2;-----*

*B. Na alínea g), do n.º 4 da mencionada Resolução, foram definidas as medidas de apoio à administração local, para apoiar a reposição e reparação de infraestruturas e equipamentos públicos municipais de suporte às populações destruídos pelas cheias e inundações;-----*

- C. O Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, autorizou a abertura das candidaturas para atribuição de apoio para reparação dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais provocados pelas cheias e inundações, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, sendo consideradas elegíveis, nos termos do n.º 3, as despesas incorridas desde a data das ocorrências excecionais, para as seguintes tipologias de infraestruturas e equipamentos: -----
- a) Pontes e aquedutos no domínio público municipal; -----
  - b) Estradas e caminhos municipais, classificados como tal, apenas quando se verifique abatimento total ou parcial da via, com a interrupção e/ou condicionamento do trânsito, confirmados por entidade competente, excluindo -se expressamente os caminhos vicinais ou rurais, bem como os estradões florestais; -----
  - c) Taludes e muros de suporte de imóveis de propriedade municipal; -----
  - d) Edifícios e construções municipais, incluindo habitação social; -----
  - e) Equipamento urbano complementar e de lazer; -----
  - d) Infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico; -
- D. Estas medidas de apoio no âmbito da coesão social são atribuídas via Orçamento do Estado, sendo a atribuição precedida de fiscalização por parte das respetivas CCDR após candidatura por parte dos municípios afetados por estas ocorrências de natureza excecional; -----
- E. Nos termos do n.º 1, do Despacho n.º 8217-A/2023, de 10 de agosto, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, foi autorizada a celebração do contrato-programa, no âmbito da cooperação técnica e financeira, com o Município de Loures, conforme consta no respetivo anexo, com o investimento elegível no valor de € 19.164.821,96, (com uma taxa de comparticipação de 50%) - (cfr. Anexo I);-----
- F. Os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), serviço com autonomia técnica, financeira e administrativa para gerir os serviços de abastecimento de água, recolha e drenagem de águas residuais, têm como missão, ao abrigo do artigo 3º do respetivo Regulamento de Organização, "(...) garantir o abastecimento público de água, conforme os padrões de qualidade legalmente

*estabelecidos para consumo humano, a recolha e drenagem de águas residuais, e a recolha e transporte de resíduos urbanos (...);-----*

*G. Os SIMAR, em prossecução do interesse local, lançaram o procedimento por Consulta Prévia 22/C/00415 para celebração do contrato de empreitada de obras públicas para reposição de pavimento betuminoso e calçada, intervenção necessária face aos danos provocados pelas cheias e inundações de dezembro de 2022 nas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico dos referidos concelhos (cfr. Anexo II);-----*

*H. A CCDR- LVT em 25 de julho 2023, informou da distribuição das elegibilidades por tipologias de intervenção, onde inclui a tipologia 6 - Infraestruturas de abastecimento de água e saneamento básico, com um valor elegível de 183.202,10 €, com uma participação associada de 91.601,05 € (cfr. Anexo III);-----*

*I. Nos termos do Ofício S19088-202410-CD, enviado pela CCDR-LVT, datado de 14.10.2024, e ao abrigo do Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, veio aquela Comissão informar o Município do resultado do apuramento das intervenções elegíveis, entre elas as realizadas em infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico que resulta de uma participação no valor de € 49.004,55 (quarenta e nove mil quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), (cfr. Anexo IV);-----*

*J. No dia 8.11.2024 a Câmara Municipal de Loures envia para a CCDR-LVT o comprovativo das declarações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos relativamente às cauções prestadas no âmbito contrato celebrado e resultante da Consulta Prévia nº 22/c/415 (cfr. Anexo V);-----*

*Tenho a honra de propor:-----*

*Que a Câmara Municipal de Loures delibere, ao abrigo da alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, e em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2023, de 6 de fevereiro, bem como com o estipulado na alínea f), do n.º 3, do Despacho n.º 3484/2023, de 17 de março, da Secretária de Estado do Orçamento e do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, autorizar a transferência da verba de despesas elegíveis de € 49.004,55 (quarenta e nove mil e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), para os Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas (SIMAR), tendo em vista o pagamento da intervenção realizada face aos danos provocados pelas cheias e inundações*



de dezembro de 2022 nas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento básico, em cumprimento das atribuições daqueles serviços, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 5.º do Regulamento de Organização dos SIMAR, e de acordo com os documentos já identificados na presente proposta de deliberação.-----  
(...)” -----  
-----

--- POR VOTAÇÃO NOMINAL, A REFERIDA PROPOSTA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE -----  
A SRA. VICE-PRESIDENTE E OS VEREADORES, SRS. VITOR CACITO E VASCO TOUGUINHA, NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO -----  
-----  
-----

### **III - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** ----- -----

--- Inscreveu-se para intervir, a senhora Stella Silva Cardoso, alertando para a falta de transportes para a Quinta Nova de São Roque e solicitando que o autocarro que vai para o Fanqueiro, passe na Quinta Nova de São Roque. ----  
-----

--- Inscreveu-se para intervir, o Sr. João Soares Resa, sobre as questões referenciadas nos pontos seguintes:-----

- Horário do Período de Intervenção do Público, na Reunião de Câmara; -----
- Reforço de pessoal, para atendimento aos munícipes, no edifício dos Paços do Concelho;-----
- Vários problemas, quanto ao funcionamento da Carris Metropolitana;-----
- Remodelação da Habitação Municipal;-----
- Ponto de situação dos Edifícios “Romeu e Julieta”;-----
- Relativamente ao facto de circularem camiões na rua Padre Américo, no Tojal, provenientes da fábrica do sebo e que provocam um cheiro nauseabundo, sugere que seja feita uma queixa às entidades competentes. Também referiu a falta de uma paragem de autocarros num dos lados da referida rua; -----
- Manifestou o seu desagrado com o valor que é gasto do Orçamento Municipal, em fogo de artifício, assim como o tempo de utilização, que, na sua opinião, devia de ser mais reduzido.-----

--- Inscreveu-se para intervir, o senhor João Teodoro Bebiano, sobre questões diversas de mobilidade e urbanismo no concelho, nomeadamente, o LIOS, a linha violeta do metro e a requalificação da Rua Avelar Brotero, em Loures e a requalificação da Estrada Nacional dez. Questionou, também, se o Município está preparado para cumprir as obrigações comunitárias para dois mil e vinte e cinco, nomeadamente, para a obrigatoriedade da recolha seletiva de bio resíduos, têxteis e resíduos perigosos domésticos. -----  
-----  
-----

--- O Sr. Presidente da Câmara, relativamente à questão da senhora munícipe Stella Silva Cardoso, informou que a Carris Metropolitana deve ser adaptável às necessidades da procura e, por isso, irá interceder junto da mesma, para a possibilidade de fazer esse desvio e assim dar resposta à sua necessidade. --

--- Quanto à questão do senhor munícipe João Teodoro Bebiano, nomeadamente, do LIOS, esclareceu que estão a tentar aumentar a capacidade de transporte e que uma maior parte da zona oriental do concelho possa ser abrangida por este sistema de transporte, com mais horários e que tenham como destino, as estações do comboio e a estação do metro de Moscavide. -----

Deu ainda, nota, que esta proposta será alvo de estudo com o Governo e que posteriormente será dado conhecimento à população. -----

Quanto à questão da linha violeta do metro, referiu que houve um problema de concurso público, nomeadamente, uma proposta que foi rejeitada e as duas que foram aceites, o valor base que apresentaram, era muito acima do valor base do concurso público. Referiu, também, que será feita uma nova consulta ao mercado e, devido a isso, irá sofrer um atraso de três meses, relativamente ao que estava programado, mas a previsão é que em abril haja condições para fazer a adjudicação. -----

Quanto à obra da Rua Avelar Brotero, esclareceu que, a mesma, não será já efetuada, devido a alterações que irão ser feitas na Estrada Nacional oito, por via das obras de expansão do metro, e se se avançasse já com essa obra, isso iria dificultar, e muito, o trânsito na cidade de Loures. Portanto, só após a concretização da linha violeta, a obra de requalificação da Rua Avelar Brotero terá início. -----

Quanto ao planeamento das ciclovias, referiu que, o mesmo, já está a ser reprogramado.-----

Quanto à Estrada Nacional dez, deu nota que, neste momento, a prioridade do Município, é criar condições para que os peões possam circular naquela via, e a construção de uma rotunda junto à COPAM, que irá facilitar a circulação naquele local.-----  
-----

--- Quanto às questões do senhor munícipe João Resa, referiu que, como é habitual e regimental, responderá, posteriormente, por escrito.-----  
-----

**IV - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----  
-----

--- Pelo Sr. Presidente da Câmara, foi dado conhecimento dos seguintes documentos:-----  
-----

- Ata da 9ª Reunião Extraordinária dos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, realizada em 2024.11.04;-----  
-----

- Comunicação com o registo nº E/209028/2024, de 2024.11.18, relativo à renúncia ao mandato de Mário Rui Pedroso Pina.-----  
-----

**V - ARQUIVO DE DOCUMENTOS:**-----  
-----

--- Nos termos do artigo quinto do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, todos os documentos referenciados nas Propostas e não reproduzidos na Ata, dão-se aqui como transcritos, ficando arquivados, em suporte digital, na plataforma eletrónica “Acesso à Ordem do Dia, com exceção dos documentos a seguir identificados, que ficam arquivados, em suporte papel, junto às Propostas, em pasta anexa ao Livro de Atas:-----  
-----

- Proposta de Deliberação n.º 752/2024 – Orçamento Municipal para 2025 e Opções do Plano 2025-2029 da Câmara Municipal de Loures;-----

- Proposta de Deliberação n.º 758/2024 – Documentos Previsionais para 2025, dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. -----  
-----  
-----

--- SEGUIDAMENTE, POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, AO ABRIGO DO ESTATUÍDO NO N.º 3 DO ARTIGO 57.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E NO N.º 4 DO ARTIGO 34.º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, FORAM APROVADAS EM MINUTA, AS PROPOSTAS DELIBERADAS NA PRESENTE REUNIÃO, APÓS PRÉVIA DISTRIBUIÇÃO, EM SUPORTE DIGITAL, A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL. -----  
-----  
-----

--- Eram dezassete horas e sete minutos, quando foram encerrados os trabalhos constantes da Ordem do Dia, nos termos que ficam descritos. -----  
-----  
-----

--- A reunião foi secretariada pela Diretora do Departamento de Administração Geral. -----  
-----  
-----

--- A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO, FEVEREIRO, CINCO, NÃO TENDO PARTICIPADO NA VOTAÇÃO, OS SRS. VEREADORES BRUNO MIGUEL DE OLIVEIRA NUNES E ARMANDO COSME MARTINHO, POR NÃO TEREM ESTADO PRESENTES NA REUNIÃO. FOI DISPENSADA A SUA LEITURA UMA VEZ QUE A MESMA HAVIA SIDO DISTRIBUÍDA PELOS MEMBROS DO EXECUTIVO, COM ANTECEDÊNCIA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 4.º DO DECRETO-LEI N.º 45 362, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1963. -----  
-----  
-----

O Presidente da Câmara,

O Secretário,